

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

RENATA VIRGÍNIA DA SILVA

**A VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR NA
PERSPECTIVA DOS SUJEITOS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 13/3/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

**FLORIANÓPOLIS
2006/2**

RENATA VIRGÍNIA DA SILVA

**A VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR NA
PERSPECTIVA DOS SUJEITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas.

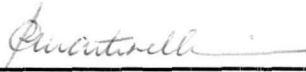
FLORIANÓPOLIS
2006/2

RENATA VIRGÍNIA DA SILVA

**A VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE: um olhar na perspectiva
dos sujeitos**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas



Profa. Luiza Maria Gerber



Selma Junkes

**FLORIANÓPOLIS
2006/2**

AGRADECIMENTOS

É muito bom chegar ao fim de mais uma etapa da vida e ter a satisfação de agradecer a todos aqueles que de alguma forma fizeram parte desta caminhada.

Muitas pessoas foram importantes na minha trajetória, mas algumas foram essenciais.

Ao meu namorado, Julio, companheiro de todas as horas, que me mostrou um lado da vida que não conhecia e estimula sempre o meu crescimento como pessoa e como profissional. Obrigada pelos momentos de consolo, pelos conselhos, por todo incentivo, amor e dedicação. Você é e continuará sendo o meu estímulo para ser uma pessoa cada dia melhor. Te quiero mucho!!!!

As minhas amigas Diane e Clarice pelo companheirismo em todos os momentos difíceis, por compartilhar com sinceridade e afeto de tantos momentos importantes da minha caminhada. Tenho muito amor por vocês!

A Assistente Social, Arlei Borges, minha supervisora de estágio, uma profissional muito dedicada e um ser humano cheio de generosidade. Obrigada por toda compreensão que sempre teve comigo e pelo grande apoio em todos os momentos que precisei. Aprendi muito com você.

As minhas amigas de estágio, Ângela e Valéria, trabalhar com vocês sempre foi uma tarefa leve e tranqüila, tanto com uma, quanto com a outra formei uma ótima equipe. Agradeço a vocês pelo modo prestativo e atencioso.

A todos os participantes dos grupos de convivência do SESC/Florianópolis agradeço pelo carinho e atenção. Aprendi muito com todos vocês!

A minha orientadora, Rosana Martinelli, agradeço pela maneira tranqüila com que me auxiliou e pelas instigações, que certamente me proporcionou um grande crescimento.

Aos meus pais e meus irmãos faço com amor e carinho uma dedicatória, de modo a evidenciar com este trabalho que os sonhos são possíveis e que podemos transformar a realidade, quando assim o queremos.

Estas serão pessoas que levarei comigo em pensamento e no coração, vocês foram fundamentais na minha caminhada. MUITÍSSIMO Obrigado!!!!

“Não há nada na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar.

A. Gramsci

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de um processo de reflexão sobre a experiência de estágio realizada com os grupos de convivência do Serviço Social do Comércio (SESC), em Florianópolis/SC, onde pudemos perceber algumas mudanças na postura dos velhos. Em face de mudanças na postura dos velhos participantes dos referidos grupos houve o interesse em pesquisar sobre a percepção do sujeito velho sobre o envelhecimento na sociedade brasileira atual, como estas refletem na imagem que constroem sobre sua própria condição e na maneira que se inserem na dinâmica social. A pesquisa exploratória implicou na realização da revisão bibliográfica para fundamentar a pesquisa através de um resgate histórico sobre a velhice em sociedades ocidentais de grande relevância na construção do pensamento ocidental. Em seguida abordamos a velhice na sociedade brasileira, para compreender como esta vem se manifestando através de representações sociais desde o período da colonização. Apresentamos ainda uma análise sobre a construção das políticas de proteção social no Brasil e como estas se revelam nas políticas específicas de proteção à velhice, objetivando entender seu surgimento e os determinantes que formaram estas políticas. Por fim apresentamos a análise da pesquisa realizada com 30 velhos na faixa etária de 60 a 70 anos, participantes dos grupos de convivência do SESC/Florianópolis. Tendo em vista os objetivos propostos foram realizadas entrevistas estruturadas, de caráter qualitativo e quantitativo, para apreender as percepções desses sujeitos sobre a velhice na sociedade brasileira atual.

Palavras Chaves: Sociedades, Velhice, Sociedade Brasileira, Políticas Sociais e Percepção dos sujeitos.

LISTA DE SIGLAS

ANASPS.....	Associação Nacional de Servidores da Previdência Social
ANG.....	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs.....	Caixa de Aposentadorias e Pensões
CLT.....	Consolidação das Leis do Trabalho
COPAB.....	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
FGTS.....	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL.....	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPs.....	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS.....	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS.....	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA.....	Legião da Brasileira de Assistência
LOAS.....	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS.....	Lei Orgânica da Previdência Social
MPAS.....	Ministério da Previdência e Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PNI.....	Política Nacional do Idoso
PRORURAL.....	Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural e Organizada
SBGG.....	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC.....	Serviço Social do Comércio
SESI.....	Serviço Social da Indústria
SINPAS.....	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	9
1	UM RESGATE HISTÓRICO DA VELHICE EM SOCIEDADES OCIDENTAIS.....	13
1.1	Concepções sobre a Velhice.....	14
1.2	A velhice na Idade Antiga.....	17
1.2.1	Os velhos na sociedade Hebraica.....	17
1.2.2	Os velhos na sociedade Grega.....	19
1.2.3	A velhice na sociedade Romana.....	21
1.2.4	Os velhos na sociedade Inca.....	23
1.3	A velhice da Idade Média à Idade Moderna.....	25
2	A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VELHICE NO ESTADO BRASILEIRO.....	33
2.1	A velhice no Brasil: breve histórico.....	33
2.2	O estado e as políticas de proteção social.....	39
2.3	As políticas de atenção à velhice.....	48
3	A VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS.....	60
3.1	Procedimentos metodológicos.....	60
3.2	Caracterização dos Sujeitos.....	62
3.3	Apresentação e análise da pesquisa.....	63
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
	APENDICE A – Termo de Livre Consentimento e Roteiro das Entrevistas	
	APENDICE B - Tabulação das Entrevistas	

APRESENTAÇÃO

A transição para a última fase do ciclo vital é um momento de mudanças fundamentais, uma delas é a ruptura com alguns laços de inclusão social, tais como; o trabalho formal, a saída dos filhos de casa e até mesmo uma constante perda de amigos da mesma faixa etária. Essas transformações promovem uma outra relação com o tempo para a organização da vida individual e familiar, a rotina é totalmente alterada pelas mudanças peculiares desta fase.

Entendemos que o envelhecimento é um tempo a ser pensado e redimensionado, caracterizado pelas angústias do processo transitório e por algumas perdas determinadas pela passagem do tempo, como as fragilidades físicas e psíquicas. Trata-se de uma fase peculiar e ambígua, no sentido social ao mesmo tempo em que perde o status de pessoa produtiva e possui menos influência social, se sente liberado de muitas obrigações, no sentido psíquico de um lado se sente mais estável e sereno, por outro confuso e desmemoriado.

Outro fator relevante na análise e caracterização sobre esta etapa da vida se inscreve no tempo e no espaço, ou seja, a imagem da velhice difere dependendo do período histórico e do modelo social, econômico, político e cultural.

A partir de um conhecimento prévio dos Grupos de Convivência do Serviço Social do Comércio (SESC) – Florianópolis e da experiência nas fases de realização do projeto “Reconstrução da imagem do envelhecimento no núcleo familiar¹”, percebemos uma resistência dos velhos em buscar a participação familiar e uma preocupação constante de não incomodar os familiares, de serem independentes, percepção esta que nos levou a pensar sobre o pensamento que permeia este novo posicionamento do velho perante a família e a sociedade.

O Trabalho: A velhice na contemporaneidade: um olhar na perspectiva dos sujeitos; objetiva analisar a percepção do velho sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual.

¹ Este projeto foi elaborado como plano de intervenção de estágio no segundo semestre do ano de 2005 e teve sua aplicação ampliada no ano de 2006, objetivava debater com os familiares dos participantes de grupos do SESC temas relacionados com a questão do envelhecimento.

Partindo da concepção de que o contexto social, cultural e histórico é fator determinante das relações sociais, procuramos com este trabalho analisar o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual na perspectiva dos sujeitos, de modo a desvendar, se na concepção do velho existem mudanças com relação à convivência social e as políticas sociais na velhice, em caso afirmativo pretendemos identificar quais são.

Consideramos importante discutir e analisar esta temática por ser este segmento uma nova e crescente demanda para o profissional de Serviço Social, assim sendo, compreender o atual processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual através da percepção dos sujeitos, nos permite uma aproximação maior com esta realidade, e desta forma identificar as reais necessidades desta população e conseqüentemente contribuir para uma intervenção profissional mais qualificada.

Para elaborar este trabalho de pesquisa, utilizamos como instrumentos, primeiramente a Pesquisa bibliográfica por se tratar de um método que nos fornece um maior embasamento teórico, maior fundamentação nas análises e ainda por nos permitir ir além das informações que podemos coletar diretamente. De acordo com Gil (1999, p.65)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Desta maneira entendemos que usar deste modelo de pesquisa foi indispensável neste trabalho que realizou um resgate histórico sobre o envelhecimento e trouxe informações generalizadas sobre esta temática.

Realizamos entrevistas por estas nos permitirem ir além da observação dos fatos e criar uma relação com os sujeitos da pesquisa. Para Gil (1999, p.117) “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social[...] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

As estratégias metodológicas visavam direcionar a pesquisa dentro das exigências e necessidades do presente trabalho, que como mencionado objetivavam levantar algumas questões sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira contemporânea a partir de um olhar sob a perspectiva dos sujeitos.

No primeiro capítulo abordamos algumas concepções sobre a velhice, juntamente com uma explicação e análise das denominações utilizadas para se referir à

pessoa na fase da velhice, destacando o termo velho, o qual usaremos para retratar os sujeitos desta pesquisa.

Fizemos ainda uma contextualização histórica sobre a imagem da velhice e o papel dos velhos em sociedades significativas na construção do pensamento ocidental; sociedade Hebraica, Grega, Romana, Inca e sociedades européias inseridas no período histórico entre a Idade Média à Idade Moderna.

Para analisar as concepções e denominações sobre a velhice utilizamos as considerações de Peixoto (1998) e para contextualização da velhice em sociedades antigas nos embasamos principalmente nos registros de Beauvoir (1990) e Minois (1987), e ainda buscamos elementos na literatura de história geral para uma melhor contextualização sobre a temática do envelhecimento em algumas sociedades.

No segundo capítulo abordamos a velhice no estado brasileiro. Primeiramente apresentamos um breve histórico sobre a questão da velhice no Brasil, na seqüência uma análise sobre o sistema de proteção social brasileiro e sobre as políticas de atenção à velhice.

Na explanação sobre a velhice no contexto brasileiro consideramos as reflexões dos cadernos "A Terceira Idade" do SESC, onde foram evidenciadas as contribuições de Barroso (1992) e Silva (2003). Para abordar sobre a temática do Estado e a políticas de proteção social tivemos como fundamento autores com os quais tivemos maior contato durante a formação acadêmica, dos quais se destacam; Couto (2004), Pereira (2000) e Mota (1995). No que se refere às políticas específicas de atenção à velhice, nos apoiamos novamente em Peixoto (1998), Haddad (1993), nas Leis e no Estatuto voltado para este segmento.

No terceiro e último capítulo apresentamos a pesquisa realizada, através de entrevistas, de caráter quantitativo e qualitativo, com 30 participantes dos grupos do SESC-Florianópolis, que tinham entre 60 e 70 anos de idade, sendo também apresentada uma análise sobre a percepção do velho sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira contemporânea.

Para realizar as análises decorrentes da investigação com os sujeitos utilizamos novamente os cadernos "A Terceira Idade" onde se destacou Santana e Sena (2003) e

revistas “Serviço Social e Sociedade” com maior evidência para Bruno (2003) e Martins e Paiva (2003).

Ao final, associando os conhecimentos e dados levantados na pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória realizamos algumas considerações acerca da velhice na sociedade brasileira atual e esperamos que estas possam contribuir de alguma forma para um processo de reflexão da prática profissional do Serviço Social diante dessa nova e crescente demanda.

1. UM RESGATE HISTÓRICO DA VELHICE NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

Desde os primórdios da história, as sociedades humanas têm como principal preocupação a garantia da produção e reprodução da espécie, para tanto foi se fazendo presente a divisão e classificação social para organizar a existência humana. As diferenças de sexo e de idade sempre foram importantes critérios classificatórios dentro das diversas organizações sociais, o modo de denominações reflete ou reafirma a diferenciação de papéis no interior de cada sociedade, e uma determinada hierarquização parece ser a condição de qualquer vida social. De acordo com Almeida (2003, p.39)

O lugar atribuído e ocupado por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos decorre das soluções encontradas, por cada coletividade, para responder aos imperativos de sua existência; como “lugares sociais” revestem-se de valores e juízos morais. Por outro lado, este processo de classificação a partir de determinantes biológicos não é estático nem imutável, mas dinâmico e constantemente renovado.

Desta forma entendemos que a organização sócio-econômica e cultural é o que determina os papéis e categorias sociais, cada sociedade tem um modelo ideal de homem e deste depende a imagem que se constrói sobre os gêneros masculino e feminino, e sobre as etapas (infância, adolescência, adulta e velhice). Em todas as fases do ciclo vital, haverá sempre fatores inerentes do indivíduo e outros externos a ele, que se articulam e são relevantes na construção de cada categoria social, na sua valorização ou desvalorização.

A construção dos papéis de acordo com a idade possui um perfil singular na história, quase todas as sociedades estruturam a distribuição de tarefas seguindo os critérios da idade, aquelas que valorizam os mais velhos e lhes atribuem o exercício do poder, tendem a reservar aos mais novos atividades penosas e subordinadas, outras que por sua vez valorizam o vigor físico e a capacidade produtiva, tendem a reservar aos mais velhos um status inferior ou até mesmo marginalizá-los. Conforme Minois(1987,p.24)

Desde a época da sociedade primitiva, se coloca o problema da ambigüidade da velhice, ao mesmo tempo fonte de sabedoria e de doença, experiência e decrepitude, prestígio e sofrimento. Conforme as circunstâncias, o velho é respeitado ou desprezado, honrado ou morto.

A visão desse processo dependerá sempre do indivíduo e da sociedade que estivermos considerando, portanto, faz-se necessário um resgate histórico do papel e função

social dos velhos nas distintas sociedades, se quisermos compreender a velhice nos tempos atuais.

Realizaremos um resgate histórico sobre o processo de envelhecimento em antigas sociedades, para tanto cabe esclarecer que tal empreendimento requer algumas considerações importantes; primeiramente porque o contingente de velhos nunca foi tão significativo como no momento atual, fato este que explica a escassez de relatos históricos sobre este segmento em muitos períodos históricos; outro fator importante a ser considerado é que a velhice em muitas sociedades esteve relacionada com a noção do divino, das lendas e mitos sagrados, o que por sua vez dificulta uma fundamentação real dos fatos.

Por fim que a história sobre o envelhecimento na sociedade ocidental é contada na maioria das vezes sob uma perspectiva aristocrática, que emerge de uma classe específica: os nobres e fidalgos.

A história prima por personagens que participam da vida social, ou seja, os marginalizados pelo sistema raramente figuram no quadro histórico que busca uma análise conjuntural da época.

Desta forma, através da revisão bibliográfica, apresentaremos uma síntese histórica sobre a imagem da velhice com base em algumas das sociedades de maior importância na construção do pensamento ocidental, sendo que primeiramente faremos uma breve explanação sobre algumas concepções a respeito da velhice, que serão usadas no decorrer deste trabalho.

1.1 Concepções sobre a Velhice

Apesar do processo de envelhecimento se constituir como um fato natural no desenvolvimento de todos os seres vivos, no caso do ser humano, além de evidenciar-se como uma seqüência de mudanças biológicas e naturais, reflete outras dimensões da vida humana, muitas vezes com maior intensidade e significação.

Ao longo da história da sociedade a imagem da pessoa velha foi estereotipada em vários sentidos. Segundo Mascaro (1997, p.54) “o que atrapalha os idosos são os preconceitos, as idéias de que a velhice é sinônimo de doença e incapacidade.”

O envelhecimento é um processo que envolve uma série de modificações físicas, psíquicas e sociais e o homem nem sempre está preparado para aceitar essa fase da vida com naturalidade.

Sabemos que a sociedade nos impõe normas, de modo a estabelecer papéis e regras de comportamento a cada fase da vida. Desta forma, analisar o processo de envelhecimento ao longo da história implica inúmeras formas de se pensar e viver, tendo em vista a especificidade da cada cultura particular. De acordo com Mercadante (1998, p. 24 e 25)

As classificações culturais se constituem, ao mesmo tempo, com as realidades sociais particulares. São essas classificações as responsáveis pelo estabelecimento das relações sociais entre homens e mulheres, pais e filhos, avós e netos; das relações entre os grupos de poder e entre as gerações. São essas classificações que vão determinar o quanto um corpo envelhecido deve ou não trabalhar.

Nesse sentido, Fraimam (1995) afirma que a questão da velhice é vista de acordo com sua idade cronológica, biológica, social e existencial; a idade cronológica é uma medida abstrata, criada principalmente para classificar a pessoa na condição de velho e para facilitar funções de ordem administrativa, a idade biológica é definida por meio de regras e expectativas sociais, e por fim a idade existencial que se refere à somatória de experiências pessoais, refletida e acumulada ao longo dos anos. Essa última é a menos considerada em sentido social, econômico e administrativo.

A velhice é uma etapa de desenvolvimento do homem, o resultado de sucessivas passagens ocorridas na vida de uma pessoa. Conforme registra Mascaro (1997, p.49)

O envelhecimento não é resultado de um único fator, mas representa muitos fenômenos funcionando conjuntamente. Ao lado dos fatores genéticos, os aspectos sociais e comportamentais também são muito importantes. O processo do envelhecimento humano precisa ser considerado num contexto amplo, no qual circunstâncias de natureza biológica, psicológica, social, econômica, histórica, ambiental e cultural, estão relacionados entre si.

Embora a velhice se constitua como um processo natural do desenvolvimento humano existe por parte da sociedade uma negação de suas características e a não identificação com termos que fazem parte e são constitutivos do processo de envelhecimento. Na sociedade ocidental contemporânea chamar uma pessoa de velho

pode denotar desrespeito e desprestígio, situação decorrente dos significados subjacentes pela palavra “velho” em nossa sociedade. Segundo Silva (2003, p.102)

A cultura engendrada pela sociedade constitui um impeditivo para as interpretações conceituais, que possibilitem a identificação da velhice como parte da grade etária da vida, cujos pertencentes a esta são denominados velhos. O fato de o termo ser utilizado para se referir as pessoas como produtos descartáveis permite que esta associação leve a negação do termo e a identificação das condições de ser velho.

Na França, um dos primeiros países a perceber o aumento populacional das pessoas velhas, de onde se originam os primeiros estudos sobre o processo de envelhecimento, os termos utilizados para denominar esta população foram bastante discutidos. De acordo com Peixoto (1998, p.71)

Esse recorte das pessoas de mais de 60 anos foi acompanhado de locuções diferenciadas para tratar cada grupo de pessoas da mesma idade: designava-se mais correntemente como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto os que o possuíam eram em geral chamados de idosos (*personne âgée*).[...] o termo *vieillard* não possuía uma conotação pejorativa: ele designa também os velhos abastados, cuja imagem estava associada a “bom cidadão”, “bom pai” etc.

Nesse sentido o termo idoso surge como uma maneira mais respeitosa de se tratar à pessoa velha, no entendimento de Salgado (1982) a denominação idoso define aquelas pessoas que estão envelhecendo e não se deixam abater pelas representações negativas deste fato, continuam aprendendo e vivendo de forma ativa.

Outro fator que em meados da década de 1960, criou uma nova denominação para este segmento foi o agrupamento das pessoas velhas de acordo com o recebimento do recurso da aposentadoria a partir de determinada idade, gerando a categoria do aposentado, que segundo Peixoto (1998) por um lado gerou mais respeito e valorização deste segmento, e por outro ocasionou um sentimento de inutilidade para àquelas pessoas que ainda se sentiam capazes de trabalhar.

Prevaleceu neste período, no entanto, a idéia da aposentadoria como transição para uma nova e melhor etapa da vida, momento em que o individuo se libertaria das obrigações sociais e desempenharia atividades de acordo com suas vontades. De acordo com Peixoto (1998) surge neste cenário a terminologia *Terceira Idade* para definir uma velhice ativa e independente, vinculada principalmente a idéia de lazer.

No caso brasileiro, ainda segundo registros de Peixoto (1998) o sentido negativo da expressão velho, seguiu um processo parecido com o da França, acontecendo várias ações que reivindicavam alterações na terminologia. No entanto, trocou-se apenas o estilo da referência, pois no que se refere ao tratamento e a assistência a este segmento, não houve alterações significativas.

No presente trabalho pretendemos utilizar os termos velho e velhice, por considerar a afirmação de Lenoir apud Peixoto (1998, p.73) “para quem o termo idoso não é tão preciso quanto o velho, mesmo que seja mais respeitoso”. Outras terminologias são, além de um mecanismo para mascarar e negar o processo de envelhecimento, uma forma de estabelecer clivagens e desigualdades no segmento da população velha.

Entendemos ainda, que usar o termo velho seja uma forma de se trabalhar no sentido de romper com essa lógica, de que este, seja no plano objetivo ou subjetivo, remete sempre a uma idéia negativa. Não obstante, sabemos que classificar o que de fato é velho envolve concepções subjetivas e uma profunda discussão, de modo que neste trabalho vamos nos ater ao termo, no sentido primeiro de quebrar com conotações pejorativas.

1.2 A velhice na Idade Antiga

De acordo com convenções históricas é chamado de Idade Antiga o período compreendido entre o aparecimento das primeiras civilizações no Oriente (3000 a. C) e a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C). Apesar de reconhecer a importância de várias outras sociedades deste período, inclusive das Civilizações Mesopotâmicas, onde surgiram os primeiros estados e as primeiras formas de escrita, neste trabalho vamos nos ater apenas a quatro sociedades ocidentais: Hebraica, Grega, Romana e Inca.

Desta forma, nos próximos subitens pretendemos identificar de maneira sintética o papel destinado aos velhos nestas sociedades antigas de grande relevância na construção do pensamento ocidental.

1.2.1 Os velhos na sociedade hebraica

Consideraremos a seguir alguns elementos sobre a velhice entre o povo hebreu, na época nômade, que se remete ao começo do século X (a.C) Encontramos nos livros da Bíblia várias passagens que retratam os anciãos, ou seja, os homens mais velhos como detentores do poder de decisão e encarregados de guiarem o povo. Conforme Minois (1987, p.43) “Os velhos tinham um papel fundamental e eram considerados como os chefes naturais do povo. Moisés só toma as suas decisões depois de os consultar: [...] O livro de Números fala da criação do conselho dos anciãos como uma iniciativa divina”.

Neste período os velhos eram os conselheiros dos Reis, os quais respeitavam suas orientações e consideravam fundamental o papel dos anciãos, que se constituíam como o principal apoio na organização e manutenção da vida nas tribos. Essa posição adquirida pelos velhos nesta época se efetiva e é garantida por estar ligada a noção do sagrado e do divino. A longevidade era considerada como uma benção divina, quanto mais velhos fossem os conselheiros de uma determinada tribo, maior valor lhe era atribuído.

A aliança de Deus com os povos era feita através dos mais velhos, quanto maior fosse o entendimento do Rei com os conselhos dos anciãos, maior seriam as bênçãos divinas para seu povo. Tal crença enaltece a posição dos mais velhos e valoriza a fase da velhice entre o povo hebreu. Segundo Minois (1987, p.38) “o respeito pelos velhos foi certamente maior nessas antigas sociedades impregnadas de sagrado do que será em certas sociedades mais racionalistas.” As crenças são mutáveis como é demonstrado por fatos históricos, nossas sociedades experimentaram muitas mudanças na maneira de buscar respostas para os questionamentos humanos.

Durante longos períodos os homens buscaram as razões que explicassem a vida. Primeiramente fundamentaram-se na fé, como todo principio e origem do inexplicável, procurando assim orientações nos Deuses. Quando estas respostas não foram suficientes, procuraram na sua própria existência e condição, dando passo a era racional do pensamento. Assistimos na história humana a um ciclo entre eras de fé e eras da razão, sempre precedido pela crise do pensamento vigente.

Esta realidade é notada na medida em que a idéia da velhice ligada ao divino começa a perder valor, e a imagem da velhice se transforma, passando por um declínio. As idéias sobre o poder e sabedoria dos velhos passam a ser contestada e até mesmo ridicularizada. Com o surgimento de novos conhecimentos e uma nova corrente de

pensamento, principalmente do Helenismo², os velhos perdem seu prestígio e tornam-se apenas pessoas doentes e frágeis.

1.2.2. Os velhos na sociedade grega

Tratar a questão da velhice entre os povos da Grécia antiga, é uma tarefa complexa tendo como dificultadores as ambigüidades que definem esta sociedade, por um lado a força da mitologia, por outro a racionalidade marcada pelos maiores pensadores de nossa História.

No que se refere aos mitos, a velhice era considerada como uma maldição, a caixa resguardada por Prometeu e que foi aberta pela Deusa Pandora trouxe ao mundo todos os males, entre eles a velhice. Os velhos eram odiados na mitologia grega. Segundo Minois(1987, p.63)

Em cada geração, os velhos são destronados pelos seus próprios filhos. A história de Urano, castrado pelo seu filho Cronos, por sua vez vítima de seu filho Zeus, remonta aos mitos mais antigos.[...] A geração definitiva, a dos olímpios é constituída por deuses e deusas jovens ou eternamente na força da idade.

A imortalidade e a eterna juventude são sonhos míticos do homem. A eterna juventude está sempre relacionada com a felicidade plena. A procura da fonte da juventude é assunto nos mais antigos escritos. A mitologia está repleta de seres imortais e cita com freqüência seres de grande longevidade.

Quanto às considerações dos intelectuais da época, temos registros de que vários poetas gregos escreveram sobre a longevidade. Hesíodo³ descreveu uma raça dourada, constituída por um povo que vivia centenas de anos sem envelhecer e que morriam dormindo quando chegasse o seu dia. Aristóteles, filósofo grego acreditava que cada pessoa nascia com certa quantidade de calor interno que iria se dissipando com o passar dos anos considerando então a velhice o período final desta dissipação de calor. Aristóteles, o mais influente filósofo do pensamento ocidental, sugeria o desenvolvimento de meios que evitassem a perda de calor o que prolongaria a vida, dando um certo cunho científico ao problema.

² Conjunto das idéias e costumes da Grécia, especialmente da Grécia antiga.

³ Poeta grego que viveu no século oitavo A.C

Aristóteles ao estudar o processo de envelhecimento buscava métodos de adiar esta etapa da vida, pois demonstrou possuir uma visão negativa da velhice, para ele a fragilidade do corpo físico atingia o indivíduo como todo e acreditava que a experiência não era sinal de sabedoria, mas sim de frustrações acumuladas ao longo da vida que se expressavam nas más atitudes dos velhos. De acordo com Beauvoir (1990, p. 136)

Em a *retórica*, Aristóteles pinta a juventude com as cores mais risonhas: calorosa, apaixonada, magnânica – a velhice apresenta-se, para ele, em todos esses pontos, como oposto: “Porque viveram inúmeros anos, porque muitas vezes foram enganados, porque cometeram erros, porque as coisas humanas são, quase sempre, más, os velhos não tem segurança em nada, e seu desempenho em tudo está manifestamente aquém do que seria necessário.” Eles são reticentes, hesitantes, temerosos. Por outro lado: “Tem mau gênio, pois, no fundo, ter mau gênio é supor que tudo está pior. Estão sempre supondo o mal em virtude de sua desconfiança e desconfiam de tudo por causa de sua experiência da vida.”

Aristóteles se mostra radicalmente contra qualquer atribuição positiva a velhice, e lhe atribui somente defeitos e valores pejorativos. Em contrapartida o filósofo grego Platão revelou-se um defensor da velhice, este defendia que com o tempo as paixões se enfraquecem, deixando lugar para a serenidade e para as coisas do espírito. Conforme registra Beauvoir (1990, p. 135 e 136)

Platão conclui: Os mais idosos devem mandar, e os jovens obedecer. “Entretanto, ele acrescenta ao critério da idade e do valor. Em sua *República*, os corregedores, que controlavam todos os magistrados, tem de 50 a 75 anos. Os guardiães de leis, cujo papel é muito importante, tem de 50 a 70 anos. Os homens de mais de 60 anos não participam mais dos cantos e das bebedeiras dos banquetes. Mas se presidem estes banquetes, impedem os excessos e fazem uso da palavra, para tratar dos assuntos morais que inspiram os cantos.

Esta defesa e elogio a velhice feita por Platão não refletia a realidade da sociedade grega, onde os velhos eram desconsiderados e até mesmo ridicularizados, vários poetas e filósofos gregos atingiram idades bem avançadas e relataram suas experiências, enquanto sujeitos da situação. Nestes registros encontramos muitas reclamações sobre a etapa da velhice, a opinião sobre o envelhecer revela se sempre negativa e desfavorável.

De acordo com Minois (1987) os conselhos de anciãos muitas vezes citados na história da sociedade grega, como o nome já o define era formada por homens mais velhos, mas este fato não representava prestígio e poder aos velhos, tendo em vista que a função dos conselhos era mais consultiva, e que sua formação prestigiava a participação da

aristocracia e não dos mais velhos. Se alguma pessoa de idade avançada era venerada, certamente não o era pelo fato de ser mais velho, mas por pertencer à aristocracia ou por atos heróicos, como no caso dos heróis homéricos.

1.2.3 A velhice na sociedade romana

A sociedade romana tem seu início a partir de Rômulo, que aos 18 anos constituiu uma pequena cidade no Monte Palatino em meados do séc. VIII a.C, que chamou Roma a partir do seu nome. Roma se tornou a capital de um dos maiores impérios que a civilização conheceu.

Uma das primeiras ações realizadas na construção da cidade foi eleger dentre os mais velhos e grandes proprietários para formar um conselho, que deveria organizar e dirigir as atividades da nova cidade. Este conselho foi denominado de Senado em virtude da idade avançada de seus membros.

O Senado passa a reter o poder sobre todas as decisões, a posição dos mais velhos é extremamente respeitada, tanto que os cargos de maior prestígio e poder eram ocupados exclusivamente por homens de idade avançada. Essa realidade era mantida por uma regulamentação rigorosa e pela força das tradições. De acordo com Beauvoir (1990, p.141)

Esta situação política apoia-se numa ideologia que tem suas raízes numa ideologia economia essencialmente rural. Os camponeses desconfiam da novidade, e a virtude essencial para os romanos era a *permanência*. O *mos majorum* (o costume dos ancestrais) tinha força de lei, e postulava a crença na sabedoria arcaica. Os ancestrais permaneciam presentes na família.[...]. Devia-se obedecer a eles, respeitando as tradições. A permanência era garantida pela *pietas*, exigida de todo cidadão, com relação à pátria, aos magistrados, e particularmente com relação ao próprio pai.

A sociedade romana era extremamente tradicionalista, além do poder exercido pelos mais velhos em todas as decisões de âmbito social, eles ainda se privilegiavam do poder do pai de família, que lhes resguardava o direito sobre tudo e sobre todos no interior da família. O patriarca poderia dispor de seus familiares conforme suas conveniências, qualquer atitude tomada em relação a sua família era devidamente legitimada pelas

tradições e pelo direito, por outro lado se algum membro da família desrespeitasse seu patriarca, este deveria ser severamente castigado. Segundo Minois (1987, p.108)

O *pater familias* é, pois, o chefe absoluto. Não estando submetido a ninguém, exerce sobre os membros da família alguns direitos exorbitantes[...].A sua autoridade não tem limites: pode reclamar dos alieni juris que fugiram, pode vender seus filhos a estranhos como escravos, ou em Roma a um outro pater e pode excluí-los mesmo da sua família; pode entregar um de seus filhos a um outro pater para compensar qualquer crime que ele tenha cometido; pode abandonar os recém-nascidos e condenar a morte um membro da família[...] estes poderes alargados do chefe da família sob a República explicam o papel essencial dos velhos na sociedade. À medida que avançam na idade, vêm a família e os bens aumentarem e ao mesmo tempo crescer o seu poder.

No período republicano concedeu-se aos velhos um poder ilimitado, o que por sua vez parecia enaltecer e prestigiar a condição da velhice, no entanto, essa autoridade desmedida criou ambigüidades na sociedade romana, tal fato se demonstrava na literatura e na arte, onde os mais velhos e poderosos eram constantemente ridicularizados. As comédias que retratavam os mais velhos eram bem destacadas e apreciadas pelo povo. Conforme registra Beauvoir (1990, p.153)

Nas peças de Plauto, aplaude-se quando velhos simpáticos se deixam enganar pelos seus filhos. Cecílio declara que os jovens detestam os velhos. Luciano diz que eles são o “objeto das zombarias da juventude”. Certamente, os jovens suportavam a autoridade dos velhos com inveja, ressentimento e ódio. [...] Ridícula aos olhos dos autores cômicos e do público deles, a velhice é, para os poetas, uma potência destruidora cujos golpes eles temem.

Entendemos que o lugar dos velhos nesta sociedade esteve sempre vinculado a questão das posses, conforme as tradições o patriarca era o chefe da família e detentor de todos os bens, esta posição foi essencial para a construção política da República, que se baseava nas decisões do Senado.

De acordo com Minois (1987) com as conquistas de outros povos e a instauração do Império Romano, cresce a admiração do estoicismo⁴ nas classes dominantes e o poder do Senado se enfraquece, dando lugar a figura do Imperador, que passa a exercer o maior poder sobre as decisões políticas. Deste modo, a posição dos velhos tanto no seio da família como na constituição do Estado começa a decair. Segundo Minois (1987, p.115)

⁴ Resignação na dor e na adversidade

Ao perder o seu poder familiar e político, que lhe dava razão para prolongar a sua actividade, o velho permaneceu sozinho com os seus sofrimentos, fealdade e enfraquecimento. A partir daí, nada o afasta das suas desgraças e, assim entregue a si mesmo, o velho torna-se a encarnação do sofrimento.

Conforme Pedro e Cáceres (1982) até o século V da nossa era, toda Europa Ocidental fazia parte do Império Romano, no entanto no período de III à V, conhecido de baixo Império, com a intensificação da crise econômica e da revolta dos escravos e colonos, esta sociedade começa decair.

Com a invasão dos bárbaros em meados do século V e o fim das oligarquias, acontece uma desestruturação de todo sistema político e social romano, configura-se neste momento um outro modelo social que passa a privilegiar a força e o vigor físico, marcando a transição da Idade Antiga para a Idade Média.

No entanto antes de iniciarmos a análise sobre a situação dos velhos no período da Idade Média, faremos uma apresentação sobre os velhos na sociedade Inca, sociedade esta que apesar de ser considerada antiga no continente sul-americano, remete ao mesmo período o qual estava vigente a denominada Idade Média na Europa.

1.2.4 Os velhos na sociedade Inca

De acordo com registros de Ribeiro (1978) e Soriano (1987) para movimentar a rede social e produtiva do Império Inca era fundamental uma rígida e estrita hierarquização de funções políticas e produtivas, desempenhadas por homens e mulheres de camadas sociais distintas, cada qual com obrigações ou direitos específicos e separados por um rígido código de comportamentos e obrigações sociais.

As atividades da vida cotidiana eram predefinidas rigorosamente para cada habitante: sexo, idade, estrato ou classe social estabeleciam o conjunto de papéis familiares, produtivos e sociais a serem desempenhados por toda população, desde o início da vida até o seu final.

Para tanto, houve a necessidade de definir, estabelecer e fazer valer política e ideologicamente variados parâmetros de diferenciação sócio-cultural e profissional entre os habitantes de todo o Estado Imperial Inca, articulando uma rede complexa de atividades e comportamentos referendados pela etnia dominante.

Enquanto os membros da elite se dedicavam exclusivamente para dirigir e comandar os aspectos militares, judiciais, religiosos, políticos e administrativos do Estado, o resto da população era minuciosamente controlado, supervisionado e dirigido de acordo com o papel produtivo, o estrato social e a faixa etária a que pertenciam; desta forma, o total da população existente em cada região podia ser registrado pelos burocratas estatais e seu direcionamento para atividades específicas podia ser realizado pelo Estado de acordo com os interesses da elite a cada momento.

Segundo Soriano (1987) a elite tentou uniformizar as atividades por faixas etárias como se vê no quadro abaixo:

IDADE	HOMEM	MULHER
0 á 5 anos	fora da produção	fora de produção
5 á 9 anos	Ajudante dos pais em tarefas leves ou cuidando de irmãos menores	O mesmo ou servindo de companhia para senhoras
9 á 12 anos	Caça de aves, pastoreio, coleta de lenhas e pequenas atividades	Coleta de ervas e flores para tingimento
12 á 18 anos	Caça de aves, preparação de carnes	Pastoreio, fiação, tecelagem e tarefas agrícolas
18 á 25 anos	Pastores e soldados	Dadas em casamento a nobres
25 á 50 anos	Lenhadores e serviçais	<i>Tecelãs de tapeçaria</i>
50 á 80 anos	Lenhadores e serviçais	Tecelãs, cozinheiras e camareiras
Mais de 80 anos	Em geral descansavam, ou cuidavam de aves. Eram narradores de mitos e lendas, compunham o conselho de anciões	As vezes descansavam ou acompanhavam mulheres da nobreza

Como podemos notar no quadro anteriormente apresentado, os povos incas possuíam uma organização rigorosa, mas também uma extraordinária longevidade. Os velhos também faziam parte na divisão das tarefas e eram vigiados nos seus afazeres como todos os demais, mas possuíam um determinado prestígio pela idade. De acordo com Minois (1987, p.26)

Os velhos, por serem os mais avisados, formam um conselho informal em cada tribo e vivem em redor do príncipe herdeiro para o guiarem.[...] As velhas mulheres têm um papel médico e tidas como sábias, e aquelas que entravam como vírgens no tempo do Sol de Cuzco tornavam-se mamacunas, ou seja, matronas. Por serem assim muito respeitadas, eram assim encarregadas de instruir as noviças.

Considerando alguns relatos sobre sociedades mais primitivas, onde os velhos eram abandonados ou até mesmo mortos, verifica-se no Império Inca um grande avanço na maneira de lidar com os problemas da velhice, isso se deve à extrema organização deste povo que privilegiava acima de tudo a ordem e as regras. As tarefas eram organizadas de acordo com a capacidade de cada um, e os mais jovens e vigorosos deviam ajudar na manutenção da vida daqueles que tinham dificuldades, como os velhos, os órfãos, as viúvas e os deficientes.

Apesar da maneira exemplar dos povos incas de lidar com a organização da vida e da melhoria das condições existenciais dos velhos nesta sociedade, havia muito rigor na vigilância de pessoas que por determinações físicas, não participavam das tarefas da comunidade, a ociosidade era desprezada e punida. Para todos era uma grande vergonha ser punido por não fazer nada, com isso era natural que as pessoas incapacitadas de exercer algumas tarefas se sentissem menosprezadas e marginalizadas da dinâmica social.

Podemos entender que o vigor físico era extremamente valorizado, desta forma a velhice, quer fosse venerada ou repudiada, não era uma etapa que se almejava, muito pelo contrário, o que se buscava incessantemente por todos era a juventude e todos os valores a ela atribuídos.

1.3 Idade Média à Idade Moderna

De acordo com Pedro e Cáceres (1982) a decadência do Império Romano inicia-se uma nova era denominada de Idade Média. Esse período que se inicia no século V é marcado pelas invasões bárbaras e a fuga dos nobres para as instâncias rurais em busca de refúgio. Com este intuito são construídos os feudos, propriedades com um forte sistema de proteção e estruturados com uma organização fundiária para sustentabilidade própria, pois a terra constitui, no início da Idade Média, a única fonte de riqueza.

O feudalismo foi o sistema econômico, social, político e cultural vigente na Europa neste período, atingiu seu apogeu na denominada fase da Alta Idade Média, entre os séculos V à X, e entrou em declínio na Baixa Idade Média, entre os séculos XI à XV.

A sociedade feudal se caracterizou pela propriedade da terra, que era o principal meio de produção existente, a reprodução e manutenção da força de trabalho eram de

responsabilidade da família e não diretamente do senhor. A vida social fica limitada ao espaço do feudo, a política tem um papel secundário e o que prevalece na vida pública são as guerras para defesa da propriedade. Neste quadro não encontramos muitas referências sobre os velhos, pois o que se valorizava nesta sociedade eram os atos de coragem realizados pelos heróis que defendiam suas terras, homens jovens e fortes. Segundo Beauvoir (1990, p.162)

A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar. A juventude constituía uma classe de idade de considerável importância.

A velhice representa o declínio da vida neste modelo social, por outro lado a sociedade feudal possuía uma organização fundamentalmente familiar, cada indivíduo encontrava em sua casa a ajuda material e a proteção que necessitava, consta-se em alguns relatos que o filho mais novo deveria cuidar dos pais na velhice. As instituições familiares proporcionavam certa estabilidade e segurança para os velhos. A Igreja Católica Apostólica Romana, principal instituição européia da Idade Média, regulava e controlava as normas morais relativas a convívio da família, imputando sérias medidas repressivas aos que não seguiam tais regras.

No entanto devemos esclarecer que a Igreja Católica não priorizava neste sentido o problema dos velhos, e nem mesmo a obediência aos pais, mas sim as normas divinas que estavam acima de todos e que deveriam ser seguidas. A velhice na concepção da Igreja era retratada como a imagem do mal, como reflexo da desobediência humana perante Deus. Conforme relatado por Minois (1987, p.152)

Os autores cristãos revelam, pois, uma visão pessimista da velhice[...] Dado que a seus olhos qualquer acontecimento ou fenômeno terreno tem uma significação espiritual, a velhice, que é um mal, não pode deixar de ser um castigo divino, uma maldição que pesa sobre o homem em virtude dos seus pecados. Como o sofrimento e a morte, faz parte da dolorosa herança de Adão.

Sendo assim, de acordo com os preceitos cristãos, a fase da velhice deveria ser resguardada amplamente para se dedicar a Deus e cultivar o lado espiritual. Como forma de se redimir dos pecados de toda uma vida e garantir a salvação após a morte. Com isso os

velhos que se entregavam aos vícios eram desprezados e reprimidos de maneira muito mais rigorosa do que qualquer outro indivíduo nesta sociedade.

Este ideal construído na Idade Média, de conceber a velhice como um período de sacrifícios, onde o homem devia elevar seus pensamentos para as coisas de Deus e buscar o perdão divino, acende no homem medieval uma nova preocupação e necessidade, que é a de assegurar a salvação eterna. Nasce então neste período as idéias sobre o afastamento da vida mundana e abdicação do convívio social, que é gerada a princípio pela iniciativa de velhos de classes mais abastadas, que escolhem levar uma vida de clausura e redenção isolando-se em um mosteiro. Conforme Minois(1987, p.172)

Esta prática, que nasce no século VI, assinala uma viragem na história da velhice. Em primeiro lugar, porque introduz a idéia de uma fundamental ruptura na vida humana e concorre assim para que se tome consciência da especificidade da velhice. Por outro lado, ela torna-se sinônimo de cessação de actividade e de ruptura com o mundo profissional [...] A ruptura com o mundo é aqui muito mais radical e aponta para o reencontro entre os velhos: trata-se do longínquo esboço do asilo de velhos, que é ao mesmo tempo um refúgio e um gheto. E assim se anuncia a concepção moderna de separação dos velhos, mesmo que por enquanto seja apenas voluntária, porque está a germinar a segregação das gerações e também especificamente da velhice.

Apesar deste importante fragmento histórico sobre a situação da velhice no período da Idade Média, que certamente se constituiu como um marco importante na organização da dinâmica social, e principalmente sobre a condição do velho, entendemos que o destaque maior foi concedido sempre aos homens jovens e valentes. As crianças, mulheres e principalmente os velhos tiveram um papel secundário na sociedade medieval.

Passados praticamente dez séculos de uma organização voltada para a manutenção da propriedade rural familiar e orientada sob os preceitos do cristianismo, esta estrutura social começa a ruir sob impactos das transformações do pensamento humano e das novas formas de se constituir a riqueza.

De acordo com Mello e Costa (1999) em meados do século XV, a transição da economia feudal de subsistência para uma economia monetária e de mercado, e de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, assinalou na ordem econômica, social e política, a passagem da Idade Média aos tempos modernos.

Com o declínio do feudalismo, a realeza se alia a Burguesia, classe que detinha os meios de produção, de modo a fortalecer o poder real e criar o Estado Moderno.

Conforme ainda registra Mello e Costa (1999, p.73) “Caracterizado por um só poder, um só exército e uma só administração, nascia na Europa o Estado moderno, cuja autoridade soberana abarcava todo um território e era obedecida por todos os seus habitantes”.

A sociedade começa a buscar uma nova maneira de organizar a existência e de explicar a vida, e o cerne desta corrente vincula-se no crescimento do comércio e no pensamento racional, ou seja, a razão e a condição humana volta a ser o ponto central na construção das ideologias.

A Europa passa a respirar a novidade, evocando valores que são relativos aos períodos de renovação, tais como; o novo, o belo e a avidez. É a vida em momento de plenitude e de exaltação. Na contramão deste movimento se repudia tudo que demonstre declínio, lentidão e velhice. A época da Renascença traz a tona a capacidade do homem em resolver seus problemas, exalta os valores humanos e procura negar as situações das quais a racionalidade humana não é capaz de conter, como o envelhecer e a morte. De acordo com Minois (1987, p.306)

A violência sem precedentes dos ataques feitos nos séculos XVI contra a velhice derivou da raiva impotente dessa geração de adoradores da juventude e da beleza, mas essa idade otimista e criadora revela a fragilidade dos seus esforços para conjurar o envelhecimento e a crueldade para com os velhos manifesta o seu oculto desespero. Porque reside aí o grande obstáculo que torna impossível a deificação do homem e da eternidade sempre estará ausente a este mundo. Mas para os humanistas não seria desesperante saber que no fim de contas o envelhecimento e a morte tornavam inúteis todos os êxitos da razão?

A maioria dos grandes escritores, filósofos, pintores e escultores da época exprimiram em suas obras este ideário e esta imagem negativa sobre a etapa da velhice. Conforme registrado por Minois (1987, p.341)

Em O Peregrino Apaixonado, Shakespeare retoma a clássica oposição entre a juventude e a velhice, com grande vantagem para a primeira:
*A Juventude não saberia viver depois da Velhice:
 Uma é cheia de alegria, a outra de confusão;
 Uma é amanhã de Verão, que escala de satisfação,
 A outra o Inverno frio, toda coberta de geada.
 A Juventude tem vivacidade, a Velhice é sufocante,
 Uma é lesta, a outra é vagarosa;
 Uma tem força e o calor, a outra é fraca e gelada,
 Uma é entusiasmo, a outra é lassidão.
 Velhice, eu detesto-te, mas adoro a Juventude:
 Jovem é aquele que eu estimo.*

No que se refere à produção da vida material e da riqueza, assistimos o desabrochar de uma nova era, desenvolve-se neste período a formação das empresas de manufaturas, o comércio de mercadorias, as negociações financeiras, e principalmente as grandes navegações que deram origem ao processo de Revolução Comercial, que caracterizou os séculos XV, XVI e XVII. Essa mudança trouxe consigo a agitação para as cidades e a vida volta a transitar no território urbano, propiciando o crescimento das técnicas, da ciência, da literatura e das artes.

O novo modelo social intensifica a vida urbana e promove um inchaço populacional nas grandes cidades européias, esta situação gera uma gama de desabrigados e pobres, a miséria é devastadora. Segundo Beauvoir (1990, p.218)

Para tentar combater a terrível miséria que devastava a Inglaterra, Elizabeth, no fim de seu reinado, em torno de 1603, criou a “lei dos pobres”: o governo tornou-se responsável pelos indigentes, por intermédio das paróquias[...]Durante os primeiros quarenta anos do século XVII, diversas instituições de caridade tentaram paliar essa dureza; asilos e hospitais foram fundados. A religião pregava então o respeito à pobreza e exigia que os ricos dessem esmolas.

Notamos neste momento histórico a construção de modelos de proteção social que terão grande influência no decorrer dos anos e que esboçaram maneiras de lidar com os excluídos e marginalizados do sistema social vigente em cada época.

Data deste mesmo período o fortalecimento das ideologias propostas pela Reforma Puritana, iniciada por uma classe de pequenos burgueses proprietários e comerciantes que reivindicavam a liberdade comercial, que até então era controlada pelo poder absolutista da Realeza.

Para o puritano o homem tinha a obrigação de manter ou aumentar aquilo que ganhava com seu trabalho, o lucro era fruto de uma vida digna e virtuosa, uma benção divina pelo esforço pessoal. Deste modo o indivíduo era o único responsável por sua miséria ou por sua fortuna. De acordo com Beauvoir (1990, p.218)

O puritanismo fez um esforço para adaptar o cristianismo a uma sociedade industrial e comercial dominada pelo espírito de competição. Sublinhou essencialmente o preconceito: “Quem não trabalha não come.” Todos os pregadores insistiram no dever do trabalho, pois os burgueses estimavam que era a preguiça e a embriaguez que freavam o progresso[...] Acusaram-se os pobres de imprevidência e de preguiça; recusou-se o encorajamento desses vícios. A mendicância foi condenada como imoral. Em lugar de esmola, praticou-se o empréstimo a juros. Os velhos miseráveis padeceram.

Esse pensamento ganhou força e passará a ser muito significativo nas sociedades posteriores. Alguns anos depois no fim do século XVII, surge outra vertente do pensamento que visa transformar a imagem do homem, enaltecendo os princípios morais e os valores humanos. O período é fortemente marcado pelo sentimentalismo humano e pela solidariedade familiar. Conforme registrado por Beauvoir (1990, p.225 e.226)

Exalta-se a virtude; os contos morais abundam; são “tratados de humanidade”. Há uma preocupação complacente com os fracos: a criancinha e o idoso[...]Esta sentimentalidade teve algumas conseqüências práticas. A “beneficência” foi encorajada: a palavra foi inventada pelo abade de Saint-Pierre, para substituir por uma idéia leiga e religiosa de caridade. Toda uma literatura foi dedicada ao problema da mendicância. Os jornais abriram seções especializadas, onde se citavam exemplos de beneficência, “traços de humanidade”.

A corrente do pensamento filantrópico ganha muitos adeptos na Burguesia, e passa a ser um meio para se buscar a felicidade e principalmente para se mostrar perante a sociedade enquanto uma pessoa boa e virtuosa.

Como em quase todas as sociedades, esta também demarca um contraste em relação à representação da velhice, ~~de um lado os velhos pobres e fracos que são renegados~~ ou assistidos pelos atos filantrópicos da Burguesia, por outro os velhos privilegiados que acumularam riquezas e se tornaram banqueiros, industriais e grandes negociantes. Estes últimos figuravam no mais alto degrau da escala social e eram respeitados por sua experiência e pelo espírito empreendedor.

Mas com o passar dos anos a complexa economia, cada vez mais dinâmica, inovadora e mutável passa a exigir homens mais criativos, sagazes e rápidos. Neste caso os velhos desempenham um papel mais representativo e consultivo. De acordo com Beauvoir (1990, p.244 e 245)

Os homens jovens impunham-se pela audácia e pela faculdade de invenção. Mas muitas vezes julgavam útil escorar-se na tranquilizadora figura de um homem idoso: este detinha as aparências do poder; representava a empresa, cuja verdadeira direção deixava a associados mais dinâmicos.

As transformações econômicas da época se refletem na organização familiar, devido ao dinamismo da economia e da vida social, os jovens têm oportunidades de se inserir no mercado de trabalho e formar sua própria família, não dependendo mais do

patriarca. A família deixou de ser extensa e de abrigar várias gerações, para se tornar nuclear, isto é, composta pelo casal e filhos. Esta tendência se acentua nas grandes cidades.

Conforme relata Ferrigno (1989) a chamada família nuclear deriva-se da exigüidade do espaço urbano de uma economia para outra. Este tipo de família reduziu também a participação dos demais velhos, que geralmente vivem sós ou ficam confinados num asilo.

Essa mudança na estrutura familiar reflete no relacionamento de avós e netos, pois não exercendo mais a figura autoritária sobre toda família, os avós passam a ter uma atitude mais contemplativa e amiga com os netos. Tal fato fica bem evidenciado nas obras de Vitor Hugo. Como registra Beauvoir (1990, p. 253)

Segundo ele, há a comunicação espiritual entre a criança, que ainda está aquém da condição humana, e o velho, que se eleva acima dela. A moral e a razão mesquinha dos adultos não lhes convêm; por sua ingenuidade, por sua sabedoria, os dois estão próximos dos mistérios do mundo, próximos de Deus.

Seguindo esta nova perspectiva, os velhos passam a ser vistos de outra maneira no interior da família, o que por sua vez terá grande relevância na construção do seu papel e sua posição na sociedade contemporânea.

No final do século XVII a Burguesia cada vez mais fortalecida e rica, começa a contestar o regime, opondo-se a intervenção do Estado na economia e preconizando ideais libertários, os temas em discussão circulavam em torno da Liberdade, do Progresso e do Homem. Tal movimento demarcou o início de uma nova configuração social, que se desenvolveria na sociedade contemporânea.

A Burguesia queria uma mudança profunda na estrutura social, de maneira a imprimir métodos que lhe convinham. De acordo com Aquino (1993, p.114)

Toda a contestação ao Antigo Regime foi uma introdução às *Revoluções Burguesas* do final do século XVIII, prolongando-se pelo século XIX. Dentre essas[...] destaca-se a *Revolução Industrial*, que, promovida pela burguesia triunfante, representou o momento decisivo da vitória do *capitalismo* como forma predominante e única em várias sociedades da Europa Ocidental. Isso quer dizer que a partir desse momento a sobrevivência da maioria das pessoas teria por base um trabalho assalariado.

A partir do desenvolvimento do capitalismo e da ideologia liberal, todas as medidas de proteção social serão fruto da correlação de forças travadas no interior das

relações do Capital e Trabalho, e é nesta perspectiva que surgiriam as primeiras medidas de contenção à velhice no contexto da sociedade contemporânea.

Neste capítulo pudemos identificar que os movimentos históricos não são lineares, senão cíclicos. Muitas vezes a raiz do problema atual é, na realidade, a solução de problemas anteriores.

Olhar para o passado nos permite detectar os processos que deram quase sempre no mesmo resultado, além de rever também os passos que nos trouxeram até esse ponto. Erros, acertos e modos diferentes de lidar com determinadas situações nos ensinam a analisar cada ciclo dentro da rotatividade dos movimentos históricos.

De maneira que as considerações sobre a caracterização da velhice em algumas sociedades antigas e na gênese da sociedade industrial e capitalista, ainda que sendo um esboço em grandes linhas, nos permite compreender algumas idéias e analisar as configurações deste sistema dentro da sociedade brasileira, suas influências e seu legado, no contexto econômico e social, e principalmente no que se refere à representação e ao modo de lidar com a questão da velhice, os quais abordaremos no próximo capítulo.

2. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VELHICE NO ESTADO BRASILEIRO.

Neste capítulo consideramos relevante contemplar a questão da velhice no contexto da sociedade brasileira, apreender os fundamentos sobre os quais foi construindo-se uma representação da velhice nesta sociedade e problematizar o envelhecimento populacional no Brasil, este que se constituiu como um processo peculiar dada sua abrupta transição e suas grandes disparidades sociais.

Para compreensão da situação dos velhos na sociedade brasileira e para identificar como o Estado constrói a rede de apoio e proteção à velhice, entendemos ser importante contextualizar sobre a configuração do Estado brasileiro, sua formação, suas fragilidades e principalmente sobre o sistema de proteção social, que atualmente, vem sendo desconstruído sob a égide da retórica neoliberal.

O fortalecimento do neoliberalismo em nosso país, além de provocar o desmonte dos direitos sociais, produz mudanças estruturais importantes na dinâmica social, de modo que consideramos relevante ressaltar este tema para uma melhor apreensão da questão da velhice em nossa sociedade.

Por fim abordaremos o campo das políticas sociais voltados para a proteção e atenção à velhice, analisando as bases sobre as quais se construíram esses direitos, quais são os aparatos legais mais significativos e como estes tem sido aplicados e operacionalizados no terreno da objetividade.

2.1 A Velhice no Brasil: breve histórico

No começo da sociedade capitalista, como explicitado no capítulo anterior, o modo de organização da vida era mutável e estava em constante movimento de renovação, deste modo, valorizava-se o homem rápido, sagaz e dinâmico. A não ser pelos homens poderosos e ricos, que ainda se beneficiavam de certo prestígio, os velhos em geral passaram a ter um papel secundário, sendo até mesmo isolados da dinâmica social.

Neste período, conforme abordamos no capítulo anterior, desenvolvem-se no contexto europeu, duas marcantes ideologias sobre o conceito da previdência. Por um lado o Puritanismo que tem suas bases no individualismo e na capacidade pessoal preconizava que cada pessoa deveria prever suas necessidades e através de seu esforço individual se

organizar para momentos difíceis. Por outro a Filantropia Burguesa visava conquistar uma imagem caridosa, incentivavam-se os atos de beneficência aos fragilizados sociais, quando alguém tinha uma atitude beneficente, era elogiado pelos jornais.

No que se refere à população na fase da velhice encontramos neste contexto, de um lado os velhos pobres e fracos que eram renegados ou ajudados pela beneficência burguesa, de outro os velhos privilegiados que acumulavam riquezas e figuravam no mais alto degrau da escala social.

No que se refere ao Brasil, sua colonização aconteceu como consequência das grandes navegações, período onde emergia no cenário europeu essa nova forma de organização social, fundamentada principalmente na lógica da renovação. A ascensão social e econômica da Burguesia propiciava apoio e financiamento ao desenvolvimento da nova cultura, que em grosso modo caracterizou-se pelo individualismo e racionalismo. No momento em que o Brasil se constitui como país e passa a ser civilizado de acordo com os conceitos europeus de civilidade, o pensamento renascentista tinha se desenvolvido e acontecia na Europa a Revolução Comercial, que culminaria no modo capitalista de ser e viver.

No Brasil a dominação colonial se deu em todos os sentidos e foi determinante no processo de construção dos valores e princípios, seja no âmbito econômico, político, social ou cultural. Sendo assim, entendemos que a representação da velhice, enquanto um processo social e cultural, também desenvolverá traços marcados por padrões de conduta incutidos pela sociedade européia da época. De acordo com Barroso (1992, p.48)

A sociedade brasileira recebeu fortes influências da ideologia capitalista, manifestada através de preconceitos, mitos, estereótipos, desvalorizando a pessoa em processo de envelhecimento ou em estágio de velhice.

Com o advento da industrialização, onde todas as relações se dão no campo das forças produtivas, a situação do velho se agravou. Sobre isso destaca Kunrath (2001, p.44)

A industrialização maximizou a capacidade produtiva, criando uma clara diferenciação entre o jovem, o adulto e o velho. Este sem capacidade produtiva plena e relegado a um segundo plano, pois já está velho para o trabalho.

A velhice como sinal de incapacidade é constituída com bases no modo capitalista de organizar a vida, este pensamento originário dos dominadores europeus terá proporções ainda maiores na realidade brasileira, onde maioria da população foi explorada

e dominada pela força do trabalho. Neste contexto os velhos pobres se tornavam indigentes, muitas vezes denominados como inválidos.

Essa situação de descaso e insensibilidade sobre a velhice se manterá por um longo período no interior da nossa sociedade, até porque as pessoas velhas até meados do último século se constituíam como *uma pequena parcela da população*, insignificante no sentido de gerar uma mudança nas concepções sociais.

No Brasil, algumas medidas de proteção à velhice começam a ser esboçadas no final do século XIX, mas sempre vinculada à ordem do trabalho, no entanto é a partir da década de 1960 que este segmento social começa a ser reconhecido, ainda que em largos passos, tendo em vista que até a década de 1970 o Brasil era considerado um país jovem. Nos últimos 35 anos evidenciou-se um acelerado processo de envelhecimento, que passa a inverter o gráfico etário da sociedade brasileira. Conforme Barroso (1992, p. 48)

Durante muitos anos, projetou se como um país eminentemente jovem. A estrutura demográfica representava uma base ampla e um cimo reduzido, representando a população idosa. Na modalidade dos tempos, experimenta o país uma transição demográfica, criando uma nova imagem, com redução da base e a ampliação do ápice, indicando o envelhecimento populacional.

Muitos são os fatores que contribuíram para o envelhecimento populacional, tais como; a urbanização, os avanços da medicina, da tecnologia, planejamento familiar e saneamento básico, que ao diminuir a taxa de mortalidade favorece o aumento de vida da população. Como registra Silva (2003) “Segundo estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), estamos caminhando para ocupar a 6ª posição de país mais envelhecido do mundo, com uma população de 32 milhões de idosos”.

No entanto, o envelhecimento populacional no Brasil indica grandes desigualdades, que se fazem presente na divisão regional, econômica e social. Por um lado um país rico com altos índices econômicos e capaz de alterar as condições de vida da população, de modo a aumentar a média de longevidade, aproximando-se dos países desenvolvidos no que se refere à expectativa de vida. Por outro lado um país de enorme pobreza, onde as condições de trabalho são precárias e desumanas, antecipando o envelhecimento de grande parte da população. Segundo dados de Barroso (1992, p.50)

Em Santa Catarina, a média de vida alcançou 70 anos, em 1989, enquanto a média do Brasil incidia em 64 anos. No Rio Grande do Norte, nos anos

80, a esperança de vida para o homem estava em 44,7 anos e na Paraíba, 46,2 anos.

Constatamos que nos grandes centros urbanos das regiões sudeste e sul e nas camadas mais altas de renda, as oportunidades de enfrentar o envelhecimento com saúde, conforto e dignidade são infinitamente maiores do que nas localidades mais afastadas e sem infra-estrutura de serviços de saúde e de saneamento e, com a maioria da população velha brasileira, recebendo um salário mínimo de benefícios, em valores atuais refere-se a Trezentos e cinquenta reais (R\$350,00).

Apesar dos dados apresentados, não podemos remeter tais disparidades unicamente as divisões geopolíticas brasileiras, a situação desigual está em toda parte e se reafirma cada vez mais, no entanto aumentem as diferenças na distribuição de renda por todo país. Nesse sentido afirma Silva (2003, p.98)

O envelhecimento demográfico no Brasil apresenta-se marcado pela desvantagem social para uma grande maioria, em função da nossa estrutura histórica, onde as baixas aposentadorias ou a inexistência desta, a ausência de economias acumuladas, a enorme cisão entre as classes, as constantes crises econômicas, a defasagem do salário, a insipiência das políticas sociais, têm gerado impacto sobre idosos, família, sociedade e Estado.

Essa desigualdade influencia na maneira pela qual a sociedade brasileira constrói a representação sobre a velhice e determina o papel social que cabe ao velho. A parte da população velha que tem mais oportunidades de se inserir socialmente, que é mais estimulada a participar e se manter ativa na sociedade, convive com naturalidade e participa de forma desembaraçada nas atividades sociais, seja no âmbito político, cultural ou até mesmo nas relações amorosas. Nesse sentido afirma Barroso (1992, p. 51)

Libertos de preconceitos, vivem com mais independência de atitudes, de gestos e de formas de pensar.[...]. Fazem turismo sozinhos, com boa dose de segurança e “savoir vivre”. No meio social das elites, essas condições já equivalem aos dos países desenvolvidos.

Na outra parte da população “velha” encontramos pessoas marcadas fortemente pela ação do tempo, que demonstram mediante as rugas, o olhar cansado e principalmente nas atitudes de medo e insegurança, as dificuldades e as privações das etapas anteriores da vida. Segundo Silva (2003, p.98 e 99)

Uma grande parcela dos velhos são os trabalhadores que não usufruíram do benefício da política econômica, educacional e de saúde, entre outras. Sem falar que a própria condição econômica e educacional impossibilitou

o processo interativo, no qual os mais velhos pudessem acompanhar as mudanças na estrutura social.

No Brasil até o início da década de 1980, ainda persistia um atendimento com caráter de beneficência, como se a pessoa velha pertencesse a uma classe inferior. De acordo com Barroso (1992, p.50.) “A natureza assistencialista era interpretada simplesmente como dar uma “esmola”, para uma solução imediata. Inexistia a compreensão de que assistência, nos casos devidos, é dever do Estado, é direito de cidadania.”

A sociedade brasileira devido a sua construção histórica, baseada na subordinação colonial, sempre foi influenciada por fatores externos. Além disso, constiu-se como um país de enormes desigualdades econômicas e sociais. Tal fato concede uma peculiaridade nas questões sociais, pois importa-se valores e atitudes de países desenvolvidos e os aplica numa realidade econômica, política e social totalmente distinta.

A verdade é que os países desenvolvidos lidam melhor com a questão da velhice principalmente porque eles se desenvolveram economicamente, antes do aumento populacional do segmento velho. Muitos deles se tornaram Estado de bem estar-social, em que o Estado é provedor das necessidades de todos os cidadãos, antes do envelhecimento populacional. Eles tiveram mais de um século, desde meados do século XIX, para que este processo acontecesse. Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, esse processo está muito mais acelerado. E, ao mesmo tempo, nós estamos nos tornando velhos sem antes termos um desenvolvimento econômico como dos países centrais.

Essa realidade provocou uma preocupação generalizada em diversos segmentos profissionais e fez com que, nos últimos anos, proliferassem no Brasil os programas e associações destinados ao estudo e à assistência da velhice. Os programas que mais se destacam são os promovidos pelas Universidades da Terceira Idade e pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que teve como seu maior expoente o assistente social e gerontólogo Marcelo Salgado, um pioneiro nos estudos sobre a velhice no Brasil.

Consolidaram-se também associações de profissionais que atendem este segmento como a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que se constitui uma importante fonte de informação científica sobre o processo de envelhecimento.

Seguindo a corrente destas iniciativas, o segmento de pessoas velhas, por meio de uma participação mais ativa na sociedade, adaptando-se as mudanças societárias, vem

alcançando espaço com dignidade, mostrando seu potencial criativo e inovador. Conforme Valle(1998,p. 39 e 40)

O idoso de hoje, de certa maneira está voltando a interessar às empresas, bancos, escolas, aos partidos políticos e às universidades. Nos países desenvolvidos, são freqüentes as “Universidades da Terceira Idade”.[...]. É um grupo com um potencial, com um desejo de conhecimento que deve ser considerado como uma clientela ativa com necessidades próprias. Esse quadro exige atenção e programações adequadas, inclusive no nível da reciclagem da várias áreas do conhecimento e, até do campo de trabalho.

Em razão da visibilidade alcançada pela população velha, através do aumento populacional, dos movimentos dos aposentados e dos esforços de organizações profissionais dedicados à essa área de atuação, a velhice na sociedade brasileira atual passa a ser considerada como uma categoria social que se encontra num processo de transição, conquistando um novo status e transformando sua representatividade na dinâmica social.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as informações sobre a pesquisa nacional de amostra por domicílios de 2004 revelam que o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 17,6 milhões, representando 9,7% da população brasileira. O índice de envelhecimento passou de 0,11 no início da década de 1980 para 0,25 em 2004, ou seja, para cada cem jovens existem 25 velhos. A distribuição por sexo neste segmento populacional segue a tendência mundial, apresentando ainda um maior número de mulheres, para cada 100 mulheres velhas, é possível encontrar 78,6 homens.

No entanto, ainda de acordo com dados IBGE referentes aos indicadores sociais do ano de 2004, o envelhecimento populacional ainda acontece de forma bastante diferenciada em cada região e está associado às desigualdades sócio-econômicas. Enquanto os estados da Região Norte possuem índices que variam de 0,07 a 0,18, os índices da Região Sudeste e Sul se elevam atingindo 0,43 no Rio de Janeiro.

De maneira que as disparidades sociais e as características constitutivas de nosso processo de formação serão evidenciadas na formulação e implementação de políticas sociais voltadas para este segmento. Para uma melhor compreensão sobre os processos sociais que envolvem o surgimento e implementação das políticas de atenção à velhice, primeiramente faremos uma contextualização sobre o Estado e a construção das políticas de proteção social no Brasil.

2.2 O Estado e suas Políticas de Proteção Social

Para que possamos entender as configurações do Estado atual e os modelos de proteção social que constituem a sociedade contemporânea brasileira, consideramos relevante destacar alguns acontecimentos ~~que foram influentes no processo de construção~~ dos padrões de proteção social vigentes no Brasil.

Os países de economia capitalista avançada construíram ao longo do século XX, novos modelos no padrão de proteção social e trabalhista. Neste trabalho abordaremos o modelo que passou a vigorar a partir do segundo pós-guerra, denominado de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, neste período coube ao Estado um papel fundamental na participação do processo de expansão econômica e da implementação das políticas públicas de enfrentamento dos problemas sociais gerados no interior das sociedades capitalistas. De acordo com Briggs (1961) apud Draibe (1989)

O Welfare State é um "... um Estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado(através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em pelo menos três direções: primeiro, **garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima**. Independente do valor de mercado de seu trabalho ou de sua propriedade: segundo, restringindo o risco de insegurança, colocando os indivíduos e famílias em condições de fazer frente a certas "contingências sociais"(por exemplo, a doença, a velhice e a desocupação), que de outra maneira, conduziram a crises individuais ou familiares: terceiro, assegurando que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, sejam oferecidos os padrões mais altos de uma gama reconhecida de serviços sociais.

As características do Estado intervencionista surgiram concomitantes com a fase de acumulação de capital marcada pela expansão da concorrência desacerbada e do crescimento no processo de monopolização dos capitais, gerando um grande descontentamento nas massas trabalhadoras, que reivindicavam por melhorias nas condições sociais. A organização e fortalecimento da classe operária assumiram papel central na transformação do modelo de proteção social. Conforme registra Singer (1987, p.55)

O setor público cresceu na maioria dos países capitalistas, em termos absolutos e relativos. Isto se deu, em parte, pelo desejo de os governos controlarem os serviços de infra-estrutura (energia, transporte, comunicações) e de outros setores básicos, no intuito de planejar o desenvolvimento econômico. E em parte, ocorreu também em resposta a

demandas das classes trabalhadoras, que lograram conquistar nesses países, a socialização da medicina, a generalização do ensino médio e o aperfeiçoamento da previdência social.

No período de maior sucesso do Capitalismo Mundial, entre 1945 a 1970, o chamado Estado de Bem-Estar Social cumpriu distintas funções estratégicas, todas consagradas ao enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade. De acordo com Singer (1987) em praticamente, todos os países centrais de economia capitalista avançada houve acentuada expansão dos gastos sociais, principalmente em saúde, educação e previdência social.

Durante esse período, todavia, duas diferenças importantes se fizeram destacar nos propósitos de atuação do Estado de Bem-Estar Social: de um lado, a experiência européia ocidental, que demarcou fortemente seu propósito de atuar sobre as injustiças produzidas pelo desenvolvimento capitalista, por intermédio das políticas de natureza redistributivas, criando uma rede ampla de serviços públicos; e de outro, a experiência norte-americana, que enfatizou bem mais a atuação por meio do sistema educacional e da regulação do patrimônio, criando um modelo de estrutura mista entre setor privado e público. De acordo com Mota (1995,p.128)

A generalização das medidas de proteção social, como uma política social do Estado, entretanto, deu-se sob determinadas condições históricas, adquirindo perfis diferenciados em cada país, dependendo da trajetória econômica e política que particulariza o desenvolvimento do capitalismo e as lutas dos trabalhadores em cada realidade nacional.

No caso do Brasil, que não pertence ao centro do capitalismo mundial, a análise a respeito da proteção social requer considerar inicialmente sua condição de Estado periférico diante da economia global, classificado como país subdesenvolvido e dependente do Capital financeiro internacional. O sistema de proteção social brasileiro nasceu sobre as amarras da dependência econômica e do domínio colonialista e sempre expressou as limitações decorrentes de imposições externas. Segundo Abreu (1999, p.60)

Diversa é a situação das sociedades periféricas que se industrializaram pela via da substituição de importações, com concentração de renda e de capital, com um grande endividamento externo e que, ao longo de uma crise que se prolonga por mais de uma década implementam políticas de ajuste patrocinadas por acordos entre suas elites dirigentes, banqueiros internacionais, agências multilaterais e de financiamento e outros segmentos interessados na reestruturação capitalista. Estes países sofreram, ao longo destes anos, uma recessão com tendências desindustrializadoras, intensa remessa de capital para o exterior(acima dos

excedentes econômicos disponíveis), colapso das finanças públicas, tendência à hiperinflação e desarticulação das frágeis instituições de proteção social e/ou promoção social.

Além das imposições do Capitalismo Internacional, do qual o estado brasileiro é subordinado; a formação política com fortes traços de autoritarismo, clientelismo e a fragilidade da democracia criaram enormes impasses para a consolidação de um padrão de proteção social amplo e universal. Conforme Faleiros (1983, p. 107)

No Brasil, o paternalismo sindical transformou as organizações da classe operária em obras de assistência social[...]. A maioria dos dirigentes sindicais agiam como “pelegos” da política governamental e serviam de intermediários para fazer essas políticas serem aceitas pelos trabalhadores, servindo de instrumento para amortecer os conflitos de classe. Evidentemente, essa forma de ação, a qual chamamos de consenso imposto de cima, favorece a corrupção e a burocracia, servindo também de legitimação do Estado, que faz pequenas concessões a curto prazo, mantendo a acumulação do Capital a longo prazo e mantendo o pacto de dominação política das classes dominantes.

Considerando essas afirmações entendemos que as políticas de proteção na sociedade brasileira foram construídas com bases em estruturas frágeis e em uma democracia simulada, ou seja, são criados espaços de participação popular, no entanto, estes são controlados por órgãos do governo, deste modo, mesmo tendo avançado consideravelmente no processo de industrialização durante o século XX, o Brasil não foi capaz de abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na distribuição de renda e a permanência de grande parte da população em condições precárias de vida e trabalho. De acordo com Pereira (2000, p.125 e 126)

A proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilas das do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada a fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira.

No curso da história brasileira percebemos que o modo de proteção social ganhou expressão fundamentalmente a partir da década de 1930, quando se estabeleceu o

projeto de industrialização. Antes deste período prevalecia no Brasil uma economia que favorecia o modelo agroexportador e não existia nenhum planejamento social. Segundo Pereira (2000, p.128)

A ação do Estado perante as necessidades básicas limitava-se, nesse período, a reparações tópicas e emergenciais de problemas prementes ou a respostas morosas e fragmentadas a reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos dos grandes centros urbanos.

Com a ascensão da burguesia industrial e a emergência das classes trabalhadoras urbanas, na década de 1930, travaram-se lutas entre as forças na esfera do trabalho. E da colisão entre essas duas classes, o jogo político interno que até então prevalecia dependente das classes proprietárias rurais, precisou ser reavaliado de modo a considerar a importância do papel dos trabalhadores e estabilizar os conflitos. De acordo com Santos (1987, p.67)

Tornava-se indispensável uma mudança na composição da elite, ou, pelo menos em parte dela, que permitisse a renovação do equipamento ideológico com que se enfrentava o problema da ordem econômica e social, em primeiro lugar, e como corolário, que se alterassem as normas que presidiam o processo de acumulação e as relações sociais que aí se davam.

Seguindo essa perspectiva foram criados na época órgãos estatais e leis para promover medidas de previdência social e melhorar as condições gerais do trabalho, e em 1943 essas leis se ampliaram e foram organizadas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). No entanto, essa nova articulação de parte das forças sociais não conseguiu constituir um amplo sistema de proteção social associado ao avanço da base industrial.

Na realidade, foi estabelecido um sistema de proteção social de natureza meritocrática e particularista, voltado tão somente aos trabalhadores assalariados com carteira assinada. Sobre isso Santos (1987) constrói o conceito de *cidadania regulada*, definido pelo fato do indivíduo ter sua cidadania reconhecida não por valores políticos e sociais, mas por um sistema com base na estratificação ocupacional e normativas legais.

O governo do período denominado de Estado Novo fica marcado pelo papel intervencionista e por fortes traços nacionalistas, o que nos anos decorrentes será desmontado em função de um novo pensamento econômico o "Liberalismo". De acordo com Ianni (1996, p. 91)

Essa foi a linha que inspirou a maioria dos constituintes e, também, boa parte da política governamental, nos anos de 1946-50. Em nome de princípios liberais, criaram-se novas condições favoráveis à entrada e saída de capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, eliminaram-se os órgãos estatais vinculados ao intervencionismo.

O novo modelo econômico pressupunha um Estado de bases democráticas, conforme as orientações internacionais que no pós-guerra propunham a democratização das instituições políticas. No entanto toda vez que o movimento popular parecia ganhar força, o autoritarismo foi utilizado por interesses econômicos e políticos contrários a isso, a fim de bloquear os possíveis avanços sociais. Segundo afirma Santos (1987, p.73)

As organizações sociais, entre elas os sindicatos, agora liberados para uma disputa mais aberta por melhor participação nos benefícios do progresso econômico, cedo, encontrarão na política repressiva do governo Dutra, os limites legais da ação sindical. Intervenções e fechamento de associações operárias se sucederão durante o primeiro governo no pós-1945, iniciando-se o ciclo das conquistas sindicais lentas e morosas. A prática de regulamento das profissões, como batismo cívico permanece, assim como este permanece como primeiro degrau de ingresso na arena da cidadania.

O bloqueio da democracia de massa e o endividamento do país, devido ao financiamento externo para bancar o desenvolvimento industrial, impediu a realização das reformas civilizatórias do capitalismo ocorridas nas economias centrais. Conforme Pereira (2000) diante dos conflitos gerados pela limitação da democracia, pelos ranços autoritários e pela insatisfação de vários setores sociais com as intenções do Estado de promover reformas de bases, acontece em 1964 o golpe militar, organizado pela burguesia industrial e classe média, que instaura um novo padrão político e administrativo no contexto brasileiro.

Com o governo autoritário foram suprimidas as manifestações daqueles trabalhadores organizados, que haviam conquistado vários direitos e meios de controlar o sistema de proteção social. O interesse maior deste governo era barrar todas as formas de controle social que no seu entendimento criavam entraves para o progresso e o desenvolvimento, tal como preconizava o projeto da ordem econômica internacional.

De acordo com Mota (1995) sobre o fetiche da modernização foram adotadas várias medidas para administrar o sistema de proteção social, tais como; Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que por sua vez reforçavam os mecanismos de centralização e burocratização das decisões.

Embora este período seja considerado por muitos autores como fértil no que se refere à criação de políticas sociais e notável no avanço legal do sistema de proteção social, essas ações e medidas eram de caráter econômico e não social. Conforme registra Pereira (2000, p.136)

Tratava-se, portanto, de uma política social que, no limite, tornou-se extensão da política econômica, como foi o caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ademais, tal política ficava fora do planejamento central, por ser um estratégico investimento informal em recursos humanos e instrumento de legitimação do poder estatal, especialmente perante a classe média.

Apesar de algumas mudanças na configuração do planejamento social no decorrer do governo militar, a acumulação capitalista continuará sendo o fundamento central na organização da política. Ainda conforme Pereira (2000, p. 136 e 137)

Ao ser definido o modelo econômico e político a partir de 67, a política social deixou de configurar um simples complemento ou extensão da economia e se afirmou como um meio importante de acumulação de riquezas. Os programas sociais que passaram a ser desenvolvidos desde então tinham como objetivo prioritário atender os interesses específicos da economia de empresa, embora integrassem a ação estatal. Ou seja, embora públicos na sua gestão, tais programas tiveram sua execução privatizada.

Esse modelo centralizador e voltado fundamentalmente para os interesses do Capital gerou altas taxas de crescimento econômico, mas também ampliou as desigualdades sociais, a pobreza aumentava em larga escala, assim como as disparidades regionais. Sendo as políticas sociais condicionadas aos interesses econômicos, qualquer movimentação reivindicatória oriunda das classes trabalhadoras era totalmente reprimida.

Com o agravamento dessa situação e o descontentamento da população, o governo buscou uma nova reorientação, de modo a dar respostas à crise social. Inicia-se então uma nova reforma política, que apesar de simular uma determinada democracia com abertura de alguns meios de participação, como é o caso das eleições indiretas, são consideradas regressivas e contrárias aos interesses de setores sociais que até então apoiavam o regime.

Diante deste quadro o governo tentou reverter a situação e aproximar Estado e sociedade, criando novas estratégias no que se refere às políticas de proteção social. Segundo Mota (1995) apud Oliveira e Teixeira (1986)

Assiste-se no Brasil, sob os auspícios do regime militar e do milagre brasileiro, a uma relativa ampliação das políticas de seguridade social,

como é o caso do FUNRURAL, da renda vitalícia para os aposentados, além da abertura da previdência social para os trabalhadores autônomos empregados domésticos e da ampliação da assistência social.

Vale ressaltar que o aumento dos serviços sociais no regime militar sempre esteve atrelado ao capital privado, desta forma o processo de privatização das políticas públicas se fortalecia com medidas governamentais que organizava o acesso aos serviços conforme a inserção no mercado de trabalho ou por meio de uma rígida seletividade, que dificultando o ingresso no sistema público, favorecia as iniciativas privadas.

A regulação estatal não conseguia mais conter as crises sociais e econômicas no final da década de 1970, e o governo militar começou a se dismantelar dando lugar para uma nova configuração social, onde as forças democráticas em ascensão conseguiam consideráveis avanços no campo dos direitos sociais. De acordo com Mota (1995, p.142)

Assim nos anos 80, por força da pressão organizada dos trabalhadores, novas mudanças são realizadas no âmbito das políticas de proteção social, mudanças estas que vieram, inclusive, a ser institucionalizadas, no final da década, com a Constituição de 1988. Relativamente à proteção social, o maior avanço da Constituição de 1988 é a adoção do conceito de seguridade social, englobando as áreas da saúde, da previdência e da assistência.

As novas definições do padrão de proteção social estabelecidas constitucionalmente se assemelham aos modelos existentes nos países centrais e são consideradas um grande avanço, principalmente no que se refere ao caráter universalizante dos novos direitos conquistados e assegurados. Conforme registra Couto (2004, p. 159)

O estatuto legal, então rompe com a lógica fragmentada e busca, por meio da seguridade social, dar um sentido amplo à área social, trabalhando na lógica da ampliação dos direitos sociais e da inserção da noção de responsabilidade do Estado brasileiro frente a essas políticas. Assim, é possível afirmar que a política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para a cobertura ações não contributivas para com a política de saúde e de assistência social.

No entanto implementar as políticas e efetivar os direitos preconizados na nova Constituição, passa a ser um grande desafio, considerando a formação política brasileira, a tradição clientelista dos serviços sociais, a burocratização do Estado e principalmente a nova corrente Internacional. Conforme Campos (1998) um importante fator a ser considerado é que modelo de “política social” chegava ao Brasil numa época em

que já entrara em decadência na Europa, com os cortes orçamentários decorrentes do início das tentativas neoliberais de ajuste.

Voltaremos um pouco no tempo e no espaço para dar a idéia exata deste processo. Após uma grande crise do capitalismo na década de 1970 nos países centrais, surgiu o neoliberalismo como modo de se superar a crise existente. Os teóricos que formularam as idéias propostas na corrente do pensamento neoliberal defendiam que a raiz da crise estava no modelo do Estado de Bem Estar Social, que priorizava os gastos sociais e não controlava os movimentos sindicais, os quais tinham conquistado muito poder com suas reivindicações.

Em vista disso o neoliberalismo é construído tendo como pressupostos fundamentais acabar com qualquer forma de controle estatal sobre as negociações financeiras, corte com gastos sociais e uma legislação que controlasse a organização sindical. Conforme Anderson (1995, p.11) “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

A nova reorientação internacional vem na contramão de todos os avanços sociais conquistados na Constituição de 1988, marcando um período de contradições, enquanto a sociedade fortalecida democraticamente passou a ter meios legitimados de participação e reivindicação, por outro os governos pós 88 criavam estratégias para impedir a efetivação dos direitos conquistados. De acordo com as argumentações do governo o endividamento externo herdado dos governos anteriores, impossibilitavam a implementação de políticas sociais de cunho universal como preconizava a Constituição.

Conforme Couto (2004) no mesmo período em que se discutia sobre a promulgação da nova constituição, o Brasil se tornou signatário do acordo firmado com organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio das orientações contidas no Consenso de Washington. Ainda de acordo com Couto (2004, p.145)

No conjunto das orientações indicadas no Consenso, inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, que teve adoção em quase todos os países do mundo, na década de 1980, estão: a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada.

No caso do Brasil que sempre esteve submetido às imposições internacionais e a governos marcados por traços autoritários e patrimonialistas, esse pensamento foi ganhando terreno, e com o advento da globalização que redimensionou as noções de espaço e tempo, esta corrente conquistou uma perfeita aliança. Atualmente quase tudo acontece de uma determinada forma em função do pensamento neoliberal e globalizado, tais como as privatizações, as políticas de estabilização, a formação de blocos regionais, o livre mercado, a modernização e a competitividade.

Desta forma os avanços conquistados na Constituição 1988 passaram a ser considerados um obstáculo para o projeto político posto em prática pelos governos a partir deste período, que tinham em vista modelos econômicos internacionais. De acordo com Couto (2004, p.153)

No atendimento às demandas da população na perspectiva universalista da Constituição de 1988, muitas foram as disputas para que esses princípios de universalidade fossem alterados, sempre invocando a insuficiência de recursos para aplicá-los e a necessidade da focalização de atendimento nas populações mais pobres, visando a racionalização dessa aplicação. Em tese, não se discutiu o princípio, mas os principais atos desses governos dirigiam-se para o seu descumprimento.

Conforme Abreu (1999) o mercado tornou-se a matriz estruturadora da vida social e política da humanidade, quem decide sobre o câmbio e taxas monetárias são as corporações e não o Estado. Os Estados Nacionais ficam privados da possibilidade de articular uma política autônoma de desenvolvimento. De acordo com Borón (1995, p.78)

A hegemonia neoliberal ideológica do neoliberalismo e sua expressão política, o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, O Banco Mundial.

A visão dominante é que o mecanismo de livre mercado assegura o desenvolvimento econômico, mas os problemas sociais são negligenciados, como se isso fosse um processo de transição necessária para o desenvolvimento. Os recursos públicos continuam sendo privatizados, não existindo mais responsabilidade pública, na ótica neoliberal o indivíduo deve sobreviver com seus recursos e não esperar pela proteção social.

Diante deste contexto passamos a analisar as políticas sociais voltadas para a população velha no Brasil, as quais apesar de estarem incluídas no escopo acima evidenciado, se constituem atualmente como um serviço que merece atenção especial dada à peculiaridade desta fase da vida e da configuração deste segmento na sociedade contemporânea.

2.3 As Políticas de Atenção à Velhice

A legislação voltada para a proteção social da velhice sempre esteve relacionada de certo modo aos avanços e retrocessos do movimento dos trabalhadores, haja vista que o sistema de previdência social é uma extensão dos direitos do trabalho e se constitui como uma das primeiras medidas para a construção de políticas sociais para este segmento.

Conforme constatamos anteriormente a criação das políticas de proteção social no Brasil são fundamentadas sobre bases de natureza meritocrática, onde somente trabalhadores devidamente registrados tinham direitos reconhecidos, este fato irá refletir e marcar de modo significativo às políticas sociais que se destinam à proteção da velhice. Segundo Peixoto (1998, p.79)

No Brasil, a primeira concessão ao direito à aposentadoria data do final do século passado mais exatamente de 1890, quando o Ministério da Função Pública concedeu aos trabalhadores das estradas de ferro federais o direito à aposentadoria. Nos anos que se seguiram outros funcionários públicos adquiriram esse direito: trabalhadores do Ministério da Finanças(1891), da Marinha(1892), da Casa da Moeda(1911), dos Portos do Rio de Janeiro(1912).[...].Entretanto, só a partir dos anos 20, com a elaboração da Lei Elói Chaves, que cria as caixas de aposentadoria e pensão(CAPs), é que se desenvolveu um sistema de proteção social no interior da empresa.

O sistema de aposentadorias como uma das primeiras medidas de proteção à velhice nasce com manifestos traços excludentes e particularistas, tendo em vista que reconhece apenas parte da população, aqueles que estão inseridos no campo de trabalho formal. Seguindo esta perspectiva a partir dos anos 30, várias categorias profissionais criaram seus próprios sistemas de proteção social. De acordo com Haddad (1993, p.20)

De 1930 a 1938, a cobertura previdenciária foi se ampliando, tornando-se objeto de atenção do Estado. Com a criação dos Institutos de

Aposentadorias e Pensões – IAPs – ocorreu maior centralização das unidades de administração previdenciária. Sob a égide direta do Estado, os IAPs incluíam todos os empregados de uma categoria ocupacional específica como população segurada.[...]. Em 1938, além das 98 CAPs remanescentes, funcionavam 5 IAPs: o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAMP (1933), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários – IAPB(1934), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC(1934), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI(criado em 1936, mas q entrou em funcionamento em 1938) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Carga – IAPETEC, abrangendo, também, os empregados das empresas de petróleo e os condutores de veículos(1938). Os servidores do Estado e os militares eram cobertos por sistemas separados.

A organização do sistema previdenciário estava entrelaçada ao caráter corporativista das lutas trabalhistas, gerando a exclusão de um grande contingente populacional da cobertura previdenciária, tais como: as empregadas domésticas, trabalhadores rurais e trabalhadores autônomos. Além do caráter excludente deste sistema, tal modelo propicia a segmentação do movimento dos trabalhadores e gerava desigualdades econômicas entre os distintos grupos profissionais, no que se referia aos recursos previdenciários das instituições.

Na década de 1940 emerge um grande movimento de discussão e debate em torno da questão previdenciária que visava alterações no sistema que vigorava, várias modificações foram reivindicadas, porém não atendidas. A insatisfação dos trabalhadores mais combativos e a organização dos opositores do governo geraram revoltas, foi necessário criar novos mecanismos de controle. De acordo com Faleiros (1983) em 1945 com o intuito de amenizar os conflitos e manter um controle mais direto dos trabalhadores, os industriais e comerciantes decidiram criar o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio Sesc (SESC), no mesmo período foi criada por iniciativa do governo a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a criação destas instituições visavam legitimação e consenso da classe trabalhadora. Vale ressaltar que o SESC e a LBA algumas décadas mais tarde seriam as primeiras instituições a implementar programas de assistência social a população velha.

Para implementar uma nova legislação previdenciária é apresentada em 1947 a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que somente seria aprovada após reformulações em 1960. Conforme Peixoto (1998, p. 79)

A criação, em 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social, uniformizando as legislações dos diversos institutos de previdência social, aposentadorias e pensões, abriu caminho para a criação, em 1966, de uma nova lei, reunindo todas as CAPs, IAMPs e IAPs num só instituto – o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Doravante, a Previdência passa a ser questão social de ordem pública.

A unificação aconteceu durante o período militar trazendo em seu bojo uma proposta autoritária e tecnocrática, o objetivo não era de melhorar o sistema tornando o mais justo e equitativo, mas sim de tomar para o Estado o controle total da previdência. Segundo Faleiros (1983) “A Previdência Social, prisioneira da ditadura, deixou de ser instrumento de barganha ou de mobilização política. Os tecnocratas assumiram destaque em todos os níveis de decisão”.

Neste contexto todos os trabalhadores regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passaram a ser cobertos pelos mesmos benefícios, no entanto os trabalhadores que não se incluíam dentro desta formalização continuaram fora do sistema de cobertura previdenciário.

Na década de 1970 conforme registra Haddad (1993) acontece a implementação de algumas leis e algumas alterações importantes para a construção da previdência social, em 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) que colocou em vigor a Lei 4.214 de 02 de março de 1963, que incluía os trabalhadores rurais no plano de cobertura previdenciária. Em 1972 foi instituída a Lei 5.859 de 11 de dezembro que estendia os benefícios previdenciários as empregadas domésticas, e em 08 de junho de 1973 a Lei 5.890 que contemplava os trabalhadores autônomos.

Algumas mudanças significativas para os velhos brasileiros datam deste período, de acordo com Peixoto (1998, p. 79 e 80)

Quanto às políticas sociais voltadas para a velhice, ressaltamos a criação em 1973, pelo Ministério do Trabalho e pelo INPS, da aposentadoria-velhice, concedida aos homens de mais de 65 anos e às mulheres de mais de 60 anos, e do decreto-lei de 1974 que estabeleceu uma renda mensal vitalícia (60% do salário mínimo) para as pessoas mais de 70 anos.

Para Goldaman (2000) tal lei aprovou o amparo da previdência para idosos com mais de 70 anos e para os inválidos, desde que cumpram alguns pré-requisitos: não exercer atividade remunerada, não ser mantido por outra pessoa e não ter outro meio de sustento. O valor do benefício correspondia à irrisória quantia de meio salário mínimo, estando longe de prover a subsistência dos idosos.

Ainda no ano de 1974 de acordo com Haddad (1993) foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) separando assim as questões relacionadas a previdência social do âmbito do Ministério do Trabalho, o novo Ministério tinha como finalidade; desenvolver programas de previdência e assistência social. A partir deste momento várias leis foram implementadas para regulamentar a forma de contribuição e modificar a maneira de reajustes e correção dos proventos dos aposentados. As modificações se davam como meio de superar a crise financeira da previdência, conseqüente dos altos gastos para a compra de serviços do setor privado, a corrupção e o crescimento da demanda.

Conforme Haddad (1993) em 1977 o MPAS define a Política Social do Idoso, que tem como principais itens:

- Implantação do sistema de mobilização comunitária;
- Atendimento institucionalizado;
- Atendimento médico-social;
- Programa de pré-aposentadoria
- Treinamento de recursos humanos;
- Dados sobre a situação do idoso.

Conforme Goldamam (2000) a exposição generalizada dos termos deste documento se aproxima mais de um modelo de carta de intenção do que de um programa sólido e de possível realização.

De fato o que realmente se assistiu no quadro da previdência a partir de 1979 é uma situação cada vez mais desordenada e caótica, conseqüente da diminuição nas arrecadações somada de um crescimento dos gastos com o setor privado e com a ampliação dos serviços. De acordo com Haddad (1993, p.37)

Declínio das receitas e crescimento dos gastos levaram o governo a adotar a estratégia de elevar as primeiras e diminuir os segundos, penalizando contribuintes e beneficiários. Os privilégios concedidos aos interesses privados foram mantidos. Os proventos recebidos pelos aposentados passaram a não cobrir as mínimas necessidades de sobrevivência.

A luta dos movimentos populares é crescente neste período, a população se organizava no sentido de reivindicar a aprovação e efetivação de meios legais que colocassem o cidadão a salvo das mudanças estatais e dos governos despóticos, como era o caso do modelo governamental que ainda vigorava. Na luta por melhorias no sistema

previdenciário surge no cenário político um novo segmento organizado; o dos Aposentados e Pensionistas. Esses novos atores sociais se articularam de modo a defender seus direitos enquanto beneficiários da previdência e lograr melhorias nos benefícios, cada vez mais defasados. Conforme Goldaman (2000, p.24)

Como atores e sujeitos históricos, os idosos, reivindicavam participar da Constituição de 1988. Esses iam as comissões técnicas, faziam sugestões, argumentavam, apresentavam substitutos, organizavam protestos em diversas capitais, lotavam o plenário do Congresso Nacional, atraindo a atenção da mídia dos parlamentares e da população geral.

As constantes lutas sociais culminaram na promulgação da Nova Constituição Federal em 1988, que preconizava um conceito amplo de proteção social. Os aposentados e pensionistas tiveram muitas conquistas e viram suas reivindicações serem materializadas através de uma nova organização das políticas de previdência, de saúde e de assistência social. Que passariam a constituir o tripé fundamental da Seguridade Social.

No que se refere à aposentadoria, as principais conquistas asseguradas na nova Constituição e regulamentadas pela Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 foram:

- Aposentadoria proporcional por tempo de serviço, para homens a partir de 30 anos de contribuição previdenciária e para mulheres a partir de 25 anos.
- Aposentadoria por idade, trabalhador rural – homens 60 anos e mulher 55 anos, trabalhador urbano – homens 65 anos e mulher 60 anos.
- Pensão por morte para viúva e viúvo.
- Cálculo do benefício baseado na média dos últimos 36 salários de contribuição corrigidos monetariamente.
- Reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo até setembro de 1991.

Quanto à saúde ficou definido no art. 196 que seria um direito universal e um dever do Estado, ou seja, todos os cidadãos devem ter o acesso igualitário às ações e serviços voltados para a proteção e recuperação da saúde e que o Estado tem o dever de garantir políticas sociais e econômicas com esse objetivo.

No que se refere ao campo da assistência a Constituição de 1988 prevê no art. 203 assistência social a quem dela necessitar, independente da contribuição. No inciso I prevê a proteção à velhice e no inciso V garante uma renda mínima mensal para idosos

que comprovem não possuir meios de prover sua manutenção. Esse benefício reforça a idéia da já existente renda mensal vitalícia.

A Constituição de 1988 previu uma participação da população na formulação de políticas e no controle das ações de atendimento a segmentos sociais, conforme expresso no art. 1º, parágrafo único, “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição.” Esta participação de acordo com preceitos constitucionais e leis complementares, se viabiliza por meio de eleições diretas, associações, sindicatos ou mediante participação direta nos Conselhos.

Na constante luta pela efetivação e cumprimento dos direitos preconizados na Constituição, o movimento dos Aposentados e Pensionistas ainda conquistaram na justiça um reajuste de 147% retroativo a setembro de 1991. Apesar dos grandes avanços sociais logrados na Constituição de 1988, os governos posteriores se articularam de modo a reverter essa conquista e a não cumprir com as prerrogativas deste aparato legal. Conforme registra Haddad (1993 p. 105 e106)

Deixando de lado o engenho e a ousadia exibidos pelo governo para o não-cumprimento da lei, é bom lembrar que, apesar das denúncias e fraudes, de desvio de recursos, isto é, de falcaturas de toda sorte, o Planalto, ao apelar para o imenso déficit da Previdência, insiste nesta retórica que possui uma particularidade comum àquelas utilizadas ao longo da história da previdência social brasileira: velar, e não revelar, que, em verdade, os recursos previdenciários não retornam de forma devida a quem de justiça: os beneficiários.

Segundo na perspectiva das lutas sociais que caminhavam no sentido de viabilizar a implementação dos direitos constitucionais, uma nova conquista se deu em 7 de dezembro de 1993 com a promulgação da Lei de nº8.742; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS foi criada para regulamentar o direito à Seguridade Social previsto na Constituição de 1988. Segundo Martins e Paiva (2003, p.49)

Este reconhecimento visa estender o direito à seguridade social a todos os brasileiros, na prática, a todos aqueles que estão descobertos da proteção previdenciária pela inserção precária ou pela exclusão do mercado de trabalho formal e ainda os cidadãos que, por alguma contingência, se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, a proteção à velhice é regulamentada através do Programa do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que prevê no art.20º a garantia de 1(um) salário

mínimo mensal ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Em realidade foi necessário alguns reordenamentos, para definir a coordenação e prestação do benefício, de modo, que a implementação do BPC, de fato, aconteceu em 1996, quase oito anos depois de ter sido constado como direito constitucional. No entanto existe uma grande lacuna entre o que está proposto na Lei e sua efetividade prática.

Segundo Silva, Oliveira e Magalhães (1999) a operacionalização do benefício se deu de maneira complicada, não havia uma preparação dos servidores do INSS, órgão que foi definido como responsável para tal função, havia ainda uma atitude negativa das entidades e profissionais que deveria fornecer atestados para os candidatos ao benefício, um grande desconhecimento da LOAS por parte dos profissionais e grande dificuldade para acessar ao benefício, devido aos critérios estabelecidos.

Em 4 de janeiro de 1994 foi sancionada a Lei nº 8842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI). A normativa regulamentada nessa nova lei traz uma conceituação ampla sobre os direitos da população de velhos e preceitua diretrizes de ação que demonstram uma valorização deste segmento. A partir desta Lei foi regulamentada a criação e organização dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, que possui como prerrogativa primordial ter uma representação paritária, de membros de distintos segmentos sociais vinculados de alguma maneira a questão da velhice.

Conforme art.7º da referida Lei “Compete aos Conselhos a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas”. Os Conselhos passam a ser um importante espaço de participação, discussão e de controle social.

A concepção democrática acerca dos conselhos emerge em um período de forte mobilização social, onde a sociedade buscava mecanismos para a concretização dos ideais democráticos preconizados na carta constitucional. No caso da população na fase da velhice, este novo espaço propiciou mudanças significativas na maneira de ver a sociedade e de se posicionar na dinâmica social. De acordo com Bredemeier (2003, p.93)

A ênfase e a valorização dos direitos nas últimas décadas, de certa forma, encontrou idosos pouco preparados para potencializá-los a seu favor. A Constituição Cidadã foi um marco no sentido de ampliar os olhares do idoso para novas perspectivas que se lhes apresentam enquanto cidadãos,

mesmo não sabendo como usufruí-las. Os conselhos podem concretizar e desempenham neste sentido, um papel importante.

A burocratização na aplicação de leis e a morosidade dos processos legais referentes aos direitos sociais dificultam a ação dos conselhos e exigem uma constante reflexão crítica e propositiva por parte dos conselheiros. A partir de 1996 a participação dos conselhos torna-se fundamental, haja vista, que o governo de Fernando Henrique Cardoso propõe mudanças no aparelho do Estado que atende muito mais a agenda neoliberal que os preceitos constitucionais. Segundo Silva, Oliveira e Magalhães (1999, p.76 e 77)

O ano de 1996, que apresentou características significativas na consolidação da estruturação do Governo Federal para o reordenamento da máquina estatal, foi marcado por redução dos investimentos públicos nas políticas sociais básicas, impondo um recrudescimento na qualidade e na quantidade dos serviços públicos em diversas áreas.[...] Observamos que as medidas que vêm sendo adotadas pelo atual Governo Federal vem fragilizando mecanismos que garantem a operacionalidade das ações na área, dificultando o acesso a população usuária da Assistência Social a direitos expressos e garantidos em Lei.

As mudanças em andamento a partir deste período tinham como pressuposto o ajuste do estado brasileiro as normas da ordem capitalista mundial, que previa a diminuição dos gastos sociais. As primeiras propostas de reforma foram relacionadas com o sistema público de Previdência Social, o intuito principal era de romper com o conceito de Seguridade Social preconizado na Constituição de 1988. A reforma estava vinculada as exigências de órgãos financeiros internacionais, aos quais o estado brasileiro sempre se manteve subordinado. De modo que em 15/12/1998 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 20/98. Conforme registra Duarte (2003, p.135)

Na Reforma da Previdência, o Estado manteve o padrão de subordinar a política social aos ditames da política econômica, delimitada pelos mecanismos de estabilização e pelo controle de *déficit* público. O projeto de reforma foi pensado, então, no sentido da economia de recursos e, portanto, na retratação e no corte de benefícios[...]. A Emenda 20/98 trouxe na organização da Previdência Social a exigência de critérios que preservassem o equilíbrio financeiro e atuarial, condicionando a continuidade e o pagamento dos benefícios ao caixa da Previdência Social. Trouxe também o fim da aposentadoria proporcional e o da aposentadoria especial dos professores universitários e a alteração do cálculo do valor dos benefícios, com a retirada da Constituição da referência que esse cálculo deveria ter como base as 36 últimas contribuições, entre outros cortes realizados. Essa reforma, além de apontar os cortes nos direitos e nas garantias sociais dos trabalhadores, permite vislumbrar um possível redirecionamento dos mecanismos de proteção social.

As reformas realizadas lograram os objetivos, alteraram a composição da Seguridade Social contrariando o sentido democrático e universalizante previsto na Constituição de 1988. Tais mudanças, além de definir uma defasagem nos benefícios dos aposentados, sempre trazem em seu bojo um ataque ao status do inativo, de modo que a população que contribuiu durante vários anos para obter o benefício de aposentadoria, passa a ser de acordo com os discursos reformistas; o problema do país, o que por sua vez denota um sentido de inferioridade ao segmento dos aposentados. Segundo afirma Borges (1998, p.353)

O país está pouco preparado para a vida digna dos idosos, numa sociedade que transforma preconceitos em “vulnerabilidades”, desenhando perspectivas pouco otimistas para a atenuação das desigualdades se considerarmos a expansão econômica cunhada pela reestruturação produtiva, em curso mundialmente, na qual o Brasil se inscreve, dado seu status subordinado na economia global. A “onda neoliberal” arrasta para a sucata conquistas sociais, dificultando a afirmação de direitos.

De acordo com Benedetti, Petroski e Gonçalves (2004) a pesquisa realizada no município de Florianópolis no ano de 2002, demonstrou que os maiores problemas apontados pelos velhos são os de ordem econômica e de saúde, de modo que grande parte desta população gasta quase toda sua renda mensal em tratamentos de saúde. Tais afirmações demonstram a ineficácia do aparato legal montado nos últimos anos, por um lado a defasagem dos reajustes nos benefícios de aposentadoria, por outro o sistema de saúde precário e despreparado para atender a esta população, levando os velhos brasileiros a buscar no setor privado a solução dos seus problemas mais imediatos.

No ano de 2002 aconteceu na cidade de Madri-Espanha a II Assembléia Mundial para o Envelhecimento, que significou um marco nas discussões em torno da questão da velhice, foi elaborado neste momento o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento que deveria ser considerado e posto em prática por todos os países. Segundo afirmações de Annan (2004) A Assembléia reconheceu que o envelhecimento é um fenômeno global e apoiou a sua inclusão nas prioridades internacionais em matéria de desenvolvimento. Entre as suas recomendações, o Plano de Ação de Madrid incentivou os governos a reverem as suas políticas, de modo a assegurarem a equidade entre gerações e a promoverem a idéia de que o apoio e a solidariedade intergeracionais são a chave do desenvolvimento social.

Seguindo esta perspectiva mundial e impulsionado por lutas e reivindicações dos velhos e de organizações voltadas para as necessidades deste segmento, em 1º de outubro de 2003 foi sancionado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Estatuto do Idoso, que reforça e amplia os direitos preconizados pela Política Nacional do Idoso, definindo medidas de proteção social às pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos.

O Estatuto do Idoso garante em termos legais uma ampla rede de proteção à velhice, a atenção especial para este segmento torna-se de acordo com o estatuto uma obrigação de toda sociedade. Conforme registra Piardi e Mussi (2004, p.12)

O artigo 2º do Estatuto revela seu espírito, qual seja, o da proteção integral para que o idoso tenha “todas as oportunidades e facilidades, para a preservação da saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social em condições de liberdade e dignidade”. [...]. Vai mais longe em seu art. 3º, quando determina que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, “com prioridade absoluta, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar”, significando dizer que sempre deverá prevalecer o interesse do idoso, priorizando-se seu atendimento.

Tanto o Estatuto do Idoso, quanto o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento e a Constituição Federal de 1988, inseriu como dever da família, da sociedade e do Estado auxiliar o cidadão velho, de modo a defender sua dignidade e bem estar. Entendemos que uma grande subjetividade permeia o termo dignidade, mas neste caso, o termo define a necessidade de um mínimo de condições sociais para os cidadãos velhos poderem viver bem esta etapa da vida, assegurando o acesso a tratamento adequado de saúde, moradia, previdência e principalmente a meios que permitam sua inclusão e emancipação como ser humano na dinâmica social.

Ainda no ano de 2003, logo após a sanção do Estatuto do Idoso o governo aprovou a Emenda Constitucional nº 41 de 19 de Dezembro de 2003, a qual dispõe sobre a modificação dos artigos constitucionais referentes à Previdência Social, isto é, contrastando com a ampla gama dos mecanismos de proteção social criados pelo Estatuto, a reforma da previdência constituiu-se como um retrocesso nos direitos já adquiridos na carta constitucional. Segundo Souza (2004, p.54)

A reforma do governo Lula e do PT, como a de FHC, centrou-se na cessação de direitos sociais e humanos e de garantias constitucionais, abrindo um amplo e generoso espaço para a privatização do INSS e o

vertiginoso crescimento da previdência privada aberta, a que vende planos de previdência.

Em outubro de 2006, duas novas medidas foram tomadas em benefício da população na fase da velhice, foi sancionado o Decreto nº 5934 de 18 de outubro de 2006 que regulamenta o art. 40 do Estatuto do Idoso e estabelece a gratuidade nos transportes interestaduais para maiores de 60 anos e com renda até dois salários mínimos, e foi decretada a Portaria nº 2528 de 19 de outubro de 2006 que aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, esta trazendo inovações como; a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, onde os profissionais de saúde deverão anotar as informações relativas aos idosos atendidos, a fim de facilitar o acompanhamento a cada consulta, e a internação domiciliar pelo Sistema Único de Saúde, pacientes que precisam de cuidados especializados, sem necessidade de internação hospitalar, ficarão em casa, de modo a garantir, segundo o governo, atendimento humanizado e maior autonomia, inclusive para a família, durante o tratamento.

Na prática a lei que regulamenta a gratuidade dos transportes interestaduais vem sendo aplicada com muita dificuldade e resistência por parte das empresas de transporte, as críticas por parte da população de velhos são inúmeras; apesar de cumprirem com todas as regras necessárias para obtenção do benefício, nem sempre conseguem assegurar o direito legalmente conquistado. No que se refere às novas medidas previstas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, ainda estão em processo de organização.

Muitas das medidas legais construídas nos últimos anos para a contenção e proteção da velhice estabelecem um sistema jurídico, político e institucional amplo, de maneira a garantir os direitos desta população, defendendo-os da ação ou omissão da família, da sociedade ou até mesmo das arbitrariedades do Estado. No entanto a legitimidade de certas normativas não garante sua prática efetiva, às vezes, passam por modificações antes mesmo de serem implementadas.

De acordo com as análises de Bobbio (1992) as definições sobre os direitos possuem uma tradução imprecisa e denotam pouco rigor. Empregam-se as mesmas expressões para falar sobre os direitos apenas proclamados e aqueles que são de fato reconhecidos e protegidos sob ordem e ação jurídica. Na maioria das vezes o problema é simplificado por aqueles que argumentam sobre os direitos, criando expectativas falsas e ilusórias sobre a verdadeira face dos direitos.

Para Nogueira (2001) existe uma enorme distância entre as normas e sua aplicação, e que esta se demonstra ainda maior no campo dos direitos sociais, pois a efetividade destes depende de decisões políticas e de investimentos expressivos, passando assim para um âmbito de interesses estabelecidos e bastante arraigados na nossa sociedade.

No caso do Brasil, onde a democracia sempre se demonstrou frágil e a submissão a órgãos financeiros internacionais passou a ser constitutivo de nosso sistema econômico e político, essa situação torna-se ainda mais complexa. A maioria dos direitos legalmente conquistados continuam somente no papel, a implementação é por vezes adiada, dando espaço para a movimentação e articulação dos governos que pretendem aplicar mudanças e desconstruir os direitos sociais, sob a retórica da crise financeira.

Nesse sentido, a aplicação de leis que preconizam benefícios e assistência às pessoas na fase da velhice caminha em passos lentos, a previdência social vem se transformando em um negócio, deixando os proventos de aposentadoria e a esperada tranqüilidade do segurado na velhice penderem dos ditames do mercado financeiro e as políticas públicas implementadas até o atual momento são incipientes e focalizadas para a população pobre.

3. A VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

Conforme abordamos anteriormente, as visões sobre o envelhecimento em nossa sociedade estão permeadas por opiniões, crenças, mitos, preconceitos, estereótipos e atitudes em relação ao velho e a velhice.

O aumento populacional do segmento de velhos no Brasil a partir da década 1970 dimensionou em grande escala a discussão sobre todos esses fatores determinantes na questão da velhice, constatamos que o assunto vem sendo tema de estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento, entre elas; serviço social, psicologia, medicina, antropologia, sociologia e economia. Nestas áreas a questão da velhice é abordada sobre distintos ângulos. Como registra Néri (1991, p.33) “Não existe uma resposta única, porque o próprio fenômeno da velhice tem múltiplos significados, contextualizados por fatores individuais, interindividuais, grupais e sócio-culturais”.

Neste capítulo temos como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos da pesquisa e a análise sobre a questão da velhice na sociedade brasileira a partir da pesquisa realizada com os participantes de grupos de convivência do SESC-Florianópolis.

Ao discorrer sobre os resultados da pesquisa pretendemos elucidar as respostas encontradas, mediante os conhecimentos e as reflexões que vem sendo desenvolvidos em capítulos anteriores deste trabalho, de modo a analisar a percepção do velho sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual.

3.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada foi de caráter exploratória, que teve como base 30 entrevistas estruturadas, de caráter qualitativo e quantitativo. Segundo Gil (1999, p.43)

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos.

A pesquisa foi realizada com pessoas com idade entre 60 a 70 anos, participantes de treze grupos do SESC-Florianópolis, o universo total da população na fase

da velhice inserido em tais grupos, conforme as listas de matrícula elaboradas em março de 2006, gira em torno de 450 participantes. Não apontamos números exatos, pois durante o ano existem desistências e/ou novos inscritos, já o universo definido de 60 a 70 anos está em torno de 300 participantes. De modo que definimos que a amostra seria de 30 pessoas, para termos um percentual de 10% do universo determinado.

A faixa etária foi definida em razão da idade determinada pelo Estatuto do Idoso, como sendo a primeira etapa da fase da velhice, e por considerarmos o período de transição, um momento importante de reflexão, onde as pessoas estão mais atentas ao que está em transformação em sua vida e na sociedade.

A pesquisa foi realizada no período do dia seis de novembro até o dia sete de dezembro de 2006, foi elaborado um questionário com onze questões abertas, que foi aplicado aos participantes de forma individual. A pesquisa foi realizada no Centro de Convivência da Terceira Idade e no Setor de Grupos do SESC/Florianópolis, nos dias de encontro dos grupos, de segunda à sexta-feira, nos horários matutinos de 9 às 11 horas ou no horário vespertino de 14 às 17 horas, dependendo do grupo.

Nos primeiros dois grupos explicamos o objetivo da pesquisa, como seria aplicada e que a escolha dos participantes seria feita através de sorteio. Após o sorteio foi acordado com cada pessoa sorteada o horário para aplicação do questionário, que ficou estabelecido no intervalo de tempo que estariam no Centro de Convivência.

A primeira dificuldade constatada foi com relação ao desinteresse de alguns participantes em responder o questionário, respondendo muitas vezes através de monossílabos e demonstrando uma certa impaciência para finalizar, ao perceber isso sugerimos aos participantes passarem no Setor de Grupos (sala do assistente social e estagiários que trabalham com os grupos) no horário que lhes fosse mais conveniente.

Ainda em um local mais tranquilo e no horário escolhido pelos participantes, alguns continuaram demonstrando desinteresse pela pesquisa.

Diante disso, refletimos sobre o método de escolha e concluímos que nos demais onze grupos a pesquisa seria explicada e que a escolha dos participantes seria de acordo com o interesse dos participantes, ou seja, uma participação voluntária.

Essa alteração foi muito positiva, os participantes respondiam com mais motivação e dedicavam mais tempo para compreender bem cada pergunta e assim fornecer

respostas mais consistentes, este se constituiu como fator relevante na construção da pesquisa.

Outra dificuldade surgiu devido ao fato de que estávamos no final de ano, período de muitas viagens e atividades de encerramento dos grupos, havendo pouco tempo para a aplicação do questionário.

No entanto a proximidade com os participantes, os vínculos profissionais também acompanhados de sentimentos de carinho e respeito sempre presentes na relação entre o pesquisador e os entrevistados, foram com toda certeza os grandes facilitadores desta pesquisa.

Os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido e obedecendo aos termos acordados, as informações obtidas na pesquisa serão abordadas neste trabalho, no entanto os nomes dos entrevistados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação dos mesmos. Desta maneira, ao apresentar os depoimentos dos participantes como citação, usaremos o número da entrevista, tal como; (E₂), para identificar as respostas e as diferentes opiniões.

3.2 Caracterização dos Sujeitos

Como já abordamos anteriormente os sujeitos da pesquisa fazem parte dos grupos de convivência do SESC/Florianópolis, todos moradores de Florianópolis ou Grande Florianópolis, com idade entre 60 a 70 anos, dos quais: quatro (13,33%) são do sexo masculino, vinte e seis (86,66%) do sexo feminino. A idade varia, cinco (16,66%) tem 60 anos, dois (6,66%) tem 61 anos, quatro (13,33%) tem 62 anos, dois (6,66%) tem 64 anos, quatro (13,33%) tem 66 anos, um (3,33%) tem 67 anos, três (10%) tem 68 anos, dois (6,66%) tem 69 anos e sete (23,33%) tem 70 anos.

Todos são aposentados ou pensionistas, mas quando estavam no mercado de trabalho estavam dispostos nos seguintes campos profissionais: seis (20%) professores, quatro (13,33%) funcionários público federal, dez (33,33%) do lar, quatro (13,33%) costureiras, dois (6,66%) industriários, um (3,33%) militar, um (3,33%) economista, um (3,33%) técnico em edificações e uma (3,33%) copeira.

A renda dos participantes esta definida da seguinte maneira: treze (43,33%) recebem entre um a três salários mínimos, onze (36,66 %) entre quatro a seis salários mínimos, três (10%) entre sete a dez salários mínimos e três (10%) entre dez a quinze salários mínimos.

Os entrevistados apesar de serem em totalidade participantes dos grupos do SESC, possuem diferentes trajetórias na Instituição: dez (33,33%) participam por um ano dos grupos, sete (23,33%) por três anos, quatro (13,33%) por quatro anos, quatro (13,33%) por dez anos, dois (6,66%) por dois anos e dois (6,66%) por 5 anos.

3.3 Apresentação e Análise da Pesquisa

A primeira questão proposta no questionário indaga sobre o que vem a ser o envelhecimento, quatorze (46,66%) dos entrevistados responderam que entendem o envelhecimento como um processo natural, uma fase da vida assim como a infância, adolescência e maturidade. Conforme depoimentos o envelhecimento é;

Uma coisa natural da vida, a pessoa nasce, envelhece e morre, o ciclo da vida. (E₁₅)

A gente já nasce envelhecendo, característica própria de todos os seres vivos – um processo natural. (E₁₈)

Um ciclo da vida, passamos pela infância, adolescência, maturidade e velhice. (E₂₁)

A questão da saúde física foi citada por seis (20%) dos participantes, como sendo o que define o envelhecer, de acordo com os depoimentos; “Envelhecer com saúde é bom”. (E₃₀)

Outros seis participantes (20%) definiram o envelhecimento como algo negativo, difícil de aceitar. Conforme definições dos participantes;

Envelhecer é como um desânimo, com o passar do tempo o corpo vai enfraquecendo. (E₂₇)

Terrível, acho que a pessoa não precisava viver tanto. (E₂₈)

A perda de valores, perdemos muita coisa; saúde, vitalidade, beleza. (E₁₆)

Ainda relativo ao entendimento sobre o envelhecer tivemos dois (6,66%) dos participantes, que se referem ao envelhecimento como um acúmulo de experiências e momento de mais sabedoria, e mais duas respostas (6,66%) que relacionam o envelhecimento ao desgaste físico.

O envelhecimento como foi abordado neste trabalho é permeado de diferentes interpretações. No imaginário social a velhice é vinculada às vezes a uma pessoa bondosa e sábia, qualidades adquiridas com a experiência, ou com uma pessoa doente e dependente, tornando uma carga pesada para seus familiares e para a sociedade.

Desta forma, muitos entrevistados definem a velhice conforme seu estado de saúde física e mental, quando se sentem saudáveis e motivados para participar na vida social e são capazes de contribuir com sua experiência e sabedoria, então declaram que envelhecer é bom. Pelo contrário definem a velhice como algo extremamente negativo.

Atualmente devido ao aumento populacional de pessoas velhas e a ampliação de estudos sobre a temática do envelhecimento, esse imaginário parece estar se transformando, tanto na sociedade, como na percepção dos próprios velhos, fato este que explica que (46%) dos entrevistados encara a velhice como um processo natural da vida, que tem pontos negativos e positivos, o que não impede de ser uma fase prazerosa e feliz.

A segunda pergunta questiona sobre a experiência pessoal do envelhecimento. A grande maioria, vinte (66,66%) dos entrevistados, respondeu que o seu processo pessoal de envelhecimento tem sido bom, tranquilo e saudável, dois (6,66%) dos entrevistados, responderam que tem sido difícil, vêem seu processo de envelhecimento de maneira negativa, já oito (26,66%) dos entrevistados, demonstraram em suas respostas uma visão mais equilibrada no que se refere a experiência própria de envelhecer, ou seja, não foram extremamente positivos, nem negativos, reconhecendo a velhice como uma etapa difícil, mas que pode ser vivida de uma forma satisfatória, ou que se tem fases boas e ruins neste processo, como em qualquer outro. Conforme se evidencia nas afirmações a seguir;

No início foi traumatizante, me detinha nas limitações. Agora me voltei para mim mesma, fazer coisas que me dão prazer e passei a aceitar melhor meu processo de envelhecimento. (E₇)

Eu tenho consciência do meu envelhecimento, mas faço o possível para me manter bem e atualizado no convívio social. (E₁₃)

Tem dias que acho bom e outros que me sinto mal, me sinto sozinha. (E₂₄)

A aceitação da velhice como um processo natural, por grande parte dos entrevistados, reflete também no modo como estes passam a vivenciar esse momento. De maneira que a maioria (66,66%) considera que o seu processo de envelhecimento tem sido bom ou regular, neste caso, considerando não somente os problemas ligados à velhice, senão questões inerentes da vida em qualquer fase. A minoria considera que tem sido

negativo, resultado este que denota mudanças no quadro sobre a velhice na sociedade contemporânea. Ao menos no que se refere ao universo da população pesquisada. De acordo com Santana e Sena (2003, p.45)

Com o crescente envelhecimento da população, começa a se formar, gradativamente, uma nova imagem sobre o envelhecer, atribuindo ao mesmo novos significados e valores que se contrapõem àqueles criados e reproduzidos socialmente durante muito tempo.

A terceira questão refere-se ao processo de envelhecimento no âmbito da sociedade brasileira atual, indagados sobre o assunto, a maior parte dos entrevistados, vinte e um (70%) dos participantes, respondeu que atualmente as pessoas na fase da velhice vivem muito melhor, esta melhoria conforme os entrevistados acontece por vários fatores, entre eles; o reconhecimento da cidadania, aceitação da velhice, maior liberdade e principalmente, como um dos motivos mais citados, se destaca a participação e o lazer oportunizados para o segmento dos velhos. Segundo depoimentos;

Mudou bastante, as pessoas estão aceitando melhor os idosos nos espaços públicos, antes ficavam isolados. (E₄)

Hoje está bem melhor, a preocupação com idoso é um grito na sociedade, temos leis, o Estatuto do Idoso. A sociedade está incluindo o idoso como uma questão social. (E₁₈)

Agora a terceira idade aproveita mais, vai a bailes e participa de grupos. Antigamente a pessoa envelhecia em casa, isso era deprimente. (E₁₁)

Apesar da maioria (70%) dos entrevistados ver o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual de forma positiva, constatamos que cinco (16,66 %) dos entrevistados consideram que a situação ainda é ambígua, ou seja, às vezes melhora por um lado e piora por outro. De acordo com alguns entrevistados;

Melhorou bastante no sentido de que hoje os idosos tem muito que fazer, mas ainda tem aspectos a serem melhorados, principalmente no que se refere às leis para os idosos, que existem bem bonitas, mas não são aplicadas, como é o caso dos ônibus, que nós ganhamos o direito de viajar gratuitamente, mas na realidade isso não acontece. (E₇)

Melhorou sobre o lado da participação, mas os velhos ainda são muito desrespeitados, a gente pode ver isso na questão da saúde, é uma vergonha o que a população idosa passa para conseguir consultas e exames. (E₈)

Para quem tem condições financeiras é bom, mas para quem não tem é ainda pior, porque hoje a família não cuida mais e os serviços públicos são precários. (E₂₃)'

Para quatro (13,33%) dos entrevistados, a velhice ainda é vista de maneira negativa na sociedade brasileira. As falas de três (10%) destes entrevistados ilustram tal fato;

A gente ainda é muito discriminado na sociedade, ninguém aceita a velhice. (E₁₂)

Eu acho que o envelhecimento é muito severo, a sociedade não olha muito para o idoso. O mundo moderno é para a juventude. (E₁₃)

A maioria não quer se mostrar velha, não aceitam o envelhecimento e hoje ainda tem as vantagens da tecnologia, assim muitos mascaram a velhice. (E₁₅)

Como analisamos anteriormente as mudanças ocorridas nos últimos anos no que se refere à questão do envelhecimento, resignifica os valores atribuídos a esta faixa etária e propõe uma nova maneira de vivenciar o envelhecer, de modo que conforme percebemos nas falas, esse novo sentido para o envelhecer é realidade na vida de grande parte dos entrevistados. Estas respostas referendam a análise realizada por Santana e Sena (2003, p.45)

Nessa perspectiva, presencia-se, contemporaneamente, uma nova forma de vivenciar a velhice, que ultrapassa as imagens preconceituosas que associam o envelhecer a perdas, doenças e morte. Um novo vivenciar que se dá a partir do engajamento de instituições em novas formas de atendimento, oportunizando aos idosos, atividades na área cultural, artística e de lazer, bem como a discussão do próprio processo de envelhecimento.

Constatamos ainda que a imagem que os próprios velhos tem da situação da velhice na sociedade brasileira atual, seja pelo lado positivo ou negativo da questão, muitas vezes está relacionado à atuação do Estado perante este segmento, a criação de leis de proteção à velhice é vista por muitos como avanço e uma mudança positiva no status do velho, já para outros a criação de leis não representa uma melhoria significativa, haja vista, que não são de fato cumpridas e executadas. Realidade esta, que tem se mostrado uma prática antiga e naturalizada no Brasil. Conforme registra Barroso (1999, p.36)

O comportamento atual do poder público é muito ambíguo. Consagra-se leis; não as cumpre, e nem pune quem não cumpre[...]. Na realidade foram promulgadas leis benéficas, justas, valiosas; porém, muitas não tiveram aplicação prática, ficando apenas como exercício teórico. As relacionadas à velhice permanecem, ainda em caráter experimental de implantação, pela omissão dos diversos Ministérios.

Desta forma as políticas públicas, tais como; os direitos relativos à saúde, previdência, transporte e assistência social, que deveriam contribuir para uma melhor

qualidade de vida e dignidade da pessoa em envelhecimento são criadas e raramente efetivas, ou até mesmo desconstruídas sob a égide da crise financeira, retórica maniqueísta construída pela corrente neoliberal para cortar gastos e precarizar os serviços públicos.

Além do fato das políticas públicas se mostrarem bem contraditórias, ainda permanece traços excludentes referentes a esta etapa da vida, fato este que contribui para atitudes preconceituosas e negação da velhice, demonstrada até mesmo por pessoas que já se encontram nesta fase da vida. Uma constatação disso é percebida nos meios de comunicação; através destes a imagem da pessoa jovem é sempre valorizada em detrimento da imagem da pessoa velha. Nesse sentido ressalta Bruno (2003, p.77)

No dia-a-dia, quando ligamos a televisão, assistimos ao apelo da mídia para o consumo de produtos para exorcizar o “fantasma da velhice”, investir no combate às marcas do tempo no corpo, receitas milagrosas que prometem a eterna juventude.

Na quarta pergunta, indagou-se como o entrevistado percebia a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas sociais, para treze (43,33%) dos entrevistados, esta é uma questão que tem de ser melhorada, as políticas sociais segundo eles são incipientes e ainda são vistas com muito descrédito por grande parte da população, inclusive pelo segmento das pessoas que estão na fase da velhice. As falas a seguir confirmam a análise apresentada;

Deveria ter mais apoio, o Estado deveria ter um contato mais real com os idosos. A lei diz uma coisa mais na realidade acontece outra. (E₁₄)

Não acredito nelas, são usadas somente para fins eleitorais, mas na verdade não acontece, o Estatuto do Idoso, por exemplo, não funciona. (E₁₅)

Eles fazem escrevem - mas ainda não se consegue efetivar. Políticas existem, mas não são aplicadas, como é o caso das passagens de ônibus, conquistamos o direito da gratuidade, mas vai lá para ver se a gente consegue viajar. (E₅)

No entanto, para onze (36,66%) dos entrevistados as políticas sociais de atenção a velhice tem melhorado muito nos últimos anos, alegam que o envelhecimento populacional impulsionou os governos a criarem medidas de proteção social para este segmento e que as melhorias na atenção aos velhos é bem marcante na sociedade brasileira atual.

O restante, seis (20%) dos entrevistados, reconhece os avanços na criação das políticas sociais de atenção à velhice, no entanto, criticam a falta de efetividade das

mesmas, alegam que ainda falta muito esforço para que as medidas de proteção sejam colocadas em prática. De acordo com afirmações dos participantes,

Muitas vitórias na conquista de direitos, mas poucos avanços na prática.
(E₁)
Os primeiros passos foram dados com o Estatuto do idoso, e agora depende de nós idosos lutar e fazer valer nossos direitos. (E₂)
Atualmente a sociedade está despertando para um acompanhamento da velhice, existem mais ações, mas ainda é pouco. (E₆)

Pudemos notar que apesar de alguns entrevistados perceberem as políticas sociais referentes à velhice de maneira negativa, outros de maneira positiva ou ambígua, em quase todas as falas predominam o reconhecimento sobre a criação de novas leis e sobre a ampliação de medidas de proteção à velhice, o que não acontece segundo grande parte dos participantes é a efetiva consolidação dos aparatos legais. Conforme registra Almeida (2003, p.52)

Seria insensatez desconsiderar que o aumento no número de idosos acrescentou visibilidade a velhice, cercando-a de preocupações e programas de atenção e proteção antes inexistentes. No entanto, devo insistir no fato de que uma coisa é afirmar que a velhice ficou mais visível, outra, bem diferente, é dizer que ela ganhou em visualidade.

Desta forma percebemos que apesar de existir atualmente uma gama diversificada de leis⁵ e benefícios destinados à proteção da população velha, ainda será necessário percorrer um longo caminho para uma real efetividade dos mecanismos legais, e um empenho particular para caminhar na contramão da retórica neoliberal, que pressupõe o corte com gastos públicos, fundamentalmente no que se refere às políticas sociais.

Conforme Goldaman (2000) a corrente neoliberal coloca em risco a força política do segmento populacional idoso, tornando cada vez mais necessário a luta e a mobilização para garantir os direitos contemplados pelos aparatos legais.

Diante da dificuldade de se garantir os direitos constitucionalmente conquistados e as demais leis que protegem a pessoa em fase da velhice, entendemos ser fundamental que os sujeitos envolvidos no processo se manifestem e se posicionem à frente das forças opostas.

⁵ Entre elas se destacam; Lei nº8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; Lei nº8.8842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso; Lei nº 10.741, de 01 de outubro. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

As lutas e mobilizações organizadas são mecanismos primordiais para assegurar a aprovação, manutenção e garantia de direitos. Nesse sentido os velhos brasileiros estão participando cada vez mais em espaços de discussão e de controle social, tornando-se um segmento de extrema relevância no fortalecimento dos movimentos sociais. Como exemplo disso, citamos a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB), que de acordo com reportagem da revista ComCiência (2002)

Organiza e representa aproximadamente vinte milhões de brasileiros aposentados, na sua maioria entre cinqüenta e oitenta anos de idade. A COBAP tem como missão prioritária estabelecer articulações, prestar informações, atuar junto aos órgãos públicos, fazer-se representar em Conselhos de Defesa de Direitos e de Políticas Públicas com o objetivo primordial de defender os direitos sociais da população idosa.

No entanto, considerando a dimensão atual da população velha e o aumento dos grupos de convivência, nos quais esta se organiza, identificamos que ainda existe uma grande potencialidade, política e social, a ser estimulada neste segmento.

A questão cinco procurou identificar a opinião dos participantes sobre as políticas públicas de saúde para as pessoas na fase da velhice, vinte e cinco (83,33%) dos entrevistados, ou seja, a grande maioria respondeu que a saúde pública não apresenta condições para assegurar um atendimento adequado para esta população, segundo alguns entrevistados;

Esse é um dos maiores problemas em envelhecer no Brasil, falta programas de atendimento específico para o idoso, o idoso deve ser priorizado. (E₅)

É muito complicado, o idoso fica na fila para tudo, não tem seu plano de saúde, espera meses por uma consulta ou exames, ainda bem que eu tenho um bom filho que paga um Plano de Saúde para mim. (E₂₈)

Deixa muito a desejar, tem dificuldade para pegar medicamentos e marcar consulta. Precisa um programa mais específico para o idoso, por exemplo, um médico geriatra nos postos de saúde. (E₁₅)

Para três (10%) dos participantes, a saúde pública no Brasil tem vários problemas, no entanto disseram que ainda assim reconhecem algumas melhorias em relação ao tempo em que os pais estavam na fase da velhice, já dois (6,66%) dos entrevistados alegam que houve muitas melhorias, que atualmente se tem mais recursos e que a gratuidade na distribuição de remédios foi um grande avanço.

O Estatuto do Idoso define em seu artigo nº15 que:

É assegurada a atenção integral à saúde dos idosos, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção e proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

Ainda é previsto neste artigo, entre outros direitos; atendimento geriátrico e gerontológico, medicamentos gratuitos e atendimento domiciliar, incluindo a internação, a quem dela necessitar.

No entanto, além de muitos desses direitos ainda não terem sido implementados na rede pública de saúde, o acesso aos direitos que já estão disponíveis é na maioria das vezes, um procedimento que demanda muito tempo e submete os usuários à uma situação degradante, madrugando em filas de espera para conseguir consultas e esperando meses por exames.

A maioria, vinte e cinco (83,33%) dos entrevistados reclamaram dos serviços públicos de saúde, e alegaram a falta de um Programa Específico de Saúde para as pessoas na fase da velhice e da inexistência de médicos geriatras nas Unidades Locais de Saúde, aliás, um direito previsto no Estatuto do Idoso, em decorrência inclusive do que preconiza a Constituição Federal de 1988 no artigo nº 196, como podemos constatar a seguir:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Em visita à Secretaria Municipal de Saúde – Florianópolis, realizada no dia 15 de fevereiro de 2007, obtivemos a informação que a partir de ter sido decretada a Portaria nº 2528 de 19 de outubro de 2006 que aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, teve início a implantação do Programa de Saúde do Adulto Idoso. De acordo com a enfermeira, coordenadora do programa em Florianópolis, nesta data, o Programa ainda estava em processo de implantação e ainda não existia médicos geriatras na rede pública, porém serão contratados para atuar nas Policlínicas Regionais do Município, ainda neste ano de 2007.

Percebemos que mais de três anos após a aprovação do Estatuto do Idoso, muitos dos direitos previstos neste documento, ainda estão em fase de implantação ou continuam somente no papel, tais como os previstos no artº 15, parágrafo 1, incisos II, III, IV e V, respectivamente, que asseguram:

Atendimento geriátrico e gerontológico nos ambulatórios; unidades geriátricas e gerontológicas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover; reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para a redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

O envelhecimento acarreta muitas mudanças físicas, é um período onde o corpo humano necessita cuidados especiais para manter-se saudável. Desta forma, a morosidade na implementação dos direitos de saúde e a precarização dos serviços contribuem diretamente para o fortalecimento do sistema de saúde privado.

Por um lado, indivíduos que necessitam cuidados de saúde freqüentes e especializados, por outro, enormes obstáculos para a consolidação do direito universal à saúde, construídos de acordo com pressupostos neoliberais que prevêm a diminuição do Estado e a maximização do mercado, de maneira que a saúde seja concebida como uma mercadoria.

Entretanto, a organização e mobilização dos velhos brasileiros tem crescido muito com a participação nos conselhos municipais, estaduais e federais, grupos de discussão, nas universidades abertas e nas associações de aposentados, e isso de certa forma tem criado resistência à corrente neoliberal, de modo que alguns entrevistados alegam que melhorias vêm sendo conquistadas, ainda que em largos passos.

Na sexta pergunta foi questionado aos entrevistados sobre o que pensam a respeito da previdência pública brasileira, vinte (80%) considerou que a atuação da previdência pública tem se demonstrado de forma muito negativa para os velhos brasileiros, responderam que no momento que mais precisam se sentem desprotegidos, a maioria das respostas revela uma indignação com os baixos salários pagos para o benefício da aposentadoria e com a constante perda de direitos. Segundo os entrevistados;

A defasagem na contribuição é violenta, não se tem consideração pelo que o idoso fez pela sociedade. (E₁₃)

Devia ser melhor, pelo tanto que a gente trabalhou, o salário do aposentado não é justo. (E₉)

Aposentadoria muito baixa, não dá para viver com o dinheiro da previdência pública. (E₁₀)

Para seis (20%) dos participantes a previdência pública revela-se positiva, responderam que apesar de reconhecerem que existem muitos problemas em relação ao benefício da aposentadoria, na experiência própria não tem motivos para reclamar.

Mesmo com alguns entrevistados dizendo que não sentem os problemas da previdência pública em sua experiência pessoal, todos (100%) dos entrevistados reconhecem que percebem a defasagem nos benefícios e que as constantes reformas previdenciárias sempre terminam com algum prejuízo para os aposentados.

Segundo registra Viana (2001) a reforma da previdência está intrínseca nas regras internacionais de ajuste e se constitui como condição indispensável para a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. Conforme acordos assumidos com o FMI a partir de 1998, e várias vezes revistos, a previdência deveria entrar com grande parte dos pagamentos.

Desta forma, ainda de acordo com o autor, a privatização da previdência no Chile tornou-se um fetiche para muitos dirigentes de países latino-americanos, mas não sendo possível, devido a diferentes momentos históricos e conjunturais, privatizar totalmente a previdência, inicia-se então uma severa limitação.

Esta reflexão continua sendo muito condizente com a realidade atual e explica o desmonte e a precariedade da previdência pública brasileira. Segundo Souza (2006)

O governo do Presidente Lula agravou substancialmente a renda das aposentadorias e pensões da Previdência Social e que o valor médio dos benefícios em outubro de 2005 – R\$ 477,88 - representava apenas 19,04% do Valor Máximo do Benefício, fixado pelo INSS, que é de R\$ 2.508,72, que expressa igualmente o teto do salário benefício e salário contribuição[...].Dados do ANASPS mostram que dos 28,8 milhões de beneficiários da Previdência, 63,4%, cerca de 15,1 milhões recebem cerca de R\$ 260 reais, aí incluídos os 100% dos 7,3 milhões de beneficiários rurais e dos 2,7 milhões de benefícios assistenciais. Há 3,0 milhões (12,98%) recebendo entre R\$ 260 e 520,00 mensais; 3,9 milhões (16,63%) recebendo entre R\$ 520 e R\$ 1.300; 650,1 mil (2,72%) recebendo entre R\$ 1.300 e R\$ 1.560; 419,8 mil (1,76%) recebendo entre R\$ 1.560 e 1.820. Apenas 20,0 mil (0,06%) recebem mais do que R\$ 1820. Para a ANASPS os aumentos concedidos para os benefícios acima do mínimo abaixo da correção do piso previdenciário ampliou as perdas das aposentadorias e pensões, agravando as dificuldades dos idosos. “Na realidade, a previdência está sendo perversa com os que mais dela necessitam e isto só ocorreu pelas atrocidades cometidas pelos governos FHC e Lula na Previdência, não cobrando a dívida de R\$ 300 bilhões, não combatendo a sonegação, de 30 a 40% da receita, ampliando as renúncias e o déficit e efetuando baixíssima recuperação de crédito”.

Recentemente, no final do ano de 2006, o presidente Lula afirmou que não fará reformas na previdência em seu novo mandato. Esse pronunciamento foi registrado na íntegra pela revista VEJA por Guandalini e Duailibi (2006, p.57)

Eu vejo que agora a moda é jogar a culpa na Previdência Social. Eu queria dizer uma coisa para vocês: a Previdência Social, se levasse em conta apenas o que os trabalhadores pagam, se levasse em conta apenas o que os trabalhadores que pagam recebem, o déficit dela não seria motivo de discurso de nenhum de nós.

As críticas sobre o discurso do presidente são pauta certa em todos os meios de comunicação desde então. Em um artigo da revista *Veja* em 6 de dezembro de 2006, intitulado “Não Dá para “Destruir” sem reformas”, fazem uma crítica sobre o discurso do presidente Lula e afirmam que o sistema previdenciário brasileiro produz um rombo anual superior à 40 bilhões de reais e responde por dois terços do déficit público. Declararam ainda que o discurso realizado pelo presidente trata-se de uma meia verdade, já que;

Dois terços dos aposentados nunca contribuíram com nenhum tostão para receber seus benefícios hoje. São na maioria, aposentados do setor rural, que tiveram esse direito assegurado pela constituição de 1998. Sem esses pagamentos, o déficit da Previdência cairia de 40 bilhões para 10 bilhões de reais. Mas os 30 bilhões restantes não sumiriam: alguém teria que pagá-los do mesmo jeito.

Diante do exposto, percebemos que para superar os problemas da previdência social, além de vontade política, é necessário romper com a lógica neoliberal, que desconsidera vários fatores, entre eles; os desvios de verbas e a sonegação, criando uma idéia de que a vulnerabilidade da previdência pública está vinculada tão somente a gastos extremados para garantir direitos constitucionais.

A problemática que envolve a previdência pública no Brasil é um fator de grande relevância na percepção sobre a velhice nesta sociedade. O sujeito inativo tem seu status diminuído em relação ao sujeito que está em atividade, os velhos sofrem com a precariedade dos serviços públicos, com a diminuição do poder aquisitivo e não conseguem usufruir da tão almejada segurança e tranquilidade.

Na sétima pergunta, ao serem questionados sobre a assistência social pública, quinze (50%) dos entrevistados responderam que a assistência para os velhos tem melhorado muito nos últimos anos, segundo algumas falas;

Está melhorando, cada dia tem mais programas para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. (E₄)
Melhorou, hoje existem mais programas e projetos para a terceira idade. (E₇)

Para onze (36,66%) dos participantes da pesquisa a assistência pública ainda é muito incipiente, formada por medidas superficiais voltadas para a população pobre. De acordo com a resposta de dois (6,66%) destes entrevistados;

Uma vergonha, os programas de Assistência da Prefeitura inclui cestas básicas para idosos pobres, almoço e festas comemorativas. Parece que o idoso só precisa de comida. (E₁₈)

Existem mais programas, mas não é suficiente para a grande demanda. A assistência é na maioria das vezes para conter aquele idoso que está em situação lamentável. (E₁₃)

Ainda outros quatro (13,33%) dos participantes consideram que a assistência social tem tido uma atuação regular no que se refere à velhice, ou seja, atualmente existem mais programas de assistência para o segmento de pessoas velhas, no entanto, ainda não são suficientes para atingir toda demanda.

A partir dos dados anteriormente apresentados constata-se que dentre as políticas públicas, a assistência social foi considerada com um pouco mais de positividade, metade dos entrevistados alegam melhorias no campo da assistência, essa diferença deve-se à muitos fatores, entre eles; o fato de que o conceito sobre o papel da assistência social ainda não está muito claro para grande parte da população, ao contrário do entendimento sobre a previdência social, sempre ligada a questão da aposentadoria, e sobre a saúde pública, entendido como direito obrigatório e vital.

Deve-se considerar também que a partir da promulgação da LOAS em 1993, a assistência social, já reconhecida anteriormente como direito constitucional, conquistou espaço enquanto política pública de dever do Estado e mesmo com grandes dificuldades de financiamento vêm tendo uma atuação mais organizada e adquirindo maior visibilidade. Conforme registra Martins e Paiva (2003, p. 57)

O sistema descentralizado e participativo da LOAS, ainda que fragilizado em muitos aspectos, como recursos humanos e financeiros insuficientes, revela-se uma potente estrutura capaz de não só desenvolver as ações pretendidas no campo sócioassistencial, mas ainda contribuir efetivamente na implantação de muitas medidas.

Atualmente a velhice tornou-se uma grande e nova demanda para o campo da assistência social, para muitos considerada um grande apoio e uma novidade na vida dos velhos brasileiros, para os demais ainda é uma política pública incipiente, articulando somente atividades de lazer, no caso da atuação com a velhice, ou voltada para casos de extrema vulnerabilidade.

Segundo Clemente (2006) o BPC, benefício assistencial para pessoas na fase da velhice e portadoras de deficiência, previsto na LOAS, atende 2,4 milhões de brasileiros, com um salário mínimo por mês. Esse benefício é pouquíssimo conhecido porque vai para

uma população muito vulnerável e sem peso político. De acordo com cálculos de especialistas do Centro Mundial de Pobreza, da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo menos 200 mil idosos poderiam estar recebendo essa ajuda hoje. Sem contar a chamada população oculta, pessoas que sequer têm documento, ou seja, não existem para a burocracia.

De acordo com Martins e Paiva (2003) são muitos os fatores que fragilizam as políticas de assistência social e determinam a baixa capacidade destas ações em alterarem de maneira estrutural as condições de vida da população beneficiária.

Na oitava questão os participantes foram indagados sobre como vêm a convivência social dos velhos na sociedade brasileira atual, vinte (66,66%) das respostas revelaram que grande parte dos entrevistados considera que atualmente a convivência social dos velhos acontece de maneira bem positiva, conforme alguns depoimentos;

A consciência do idoso sobre a vida mudou e com isso sua maneira de se comportar com os outros, melhorando a convivência. Muito melhor do que antes somos mais respeitados e por isso convivemos melhor com todos.(E₂)

Melhorou, porque hoje o idoso tem mais apoio para participar na dinâmica social. É bem melhor, as portas estão abertas para as pessoas idosas interagirem melhor com todos.(E₄)

Melhorou, no sentido que atualmente tem mais leis que protegem o idoso, dando um certo prestígio para os idosos na convivência com outros. (E₇)

Para seis (20%) dos participantes, a situação ainda é bastante ambígua, se por um lado existe maior participação e consideração dos velhos brasileiros, por outro existe uma mudança de comportamentos das pessoas na sociedade moderna, que segundo os entrevistados altera a maneira respeitosa com a qual os mais jovens se referiam ou se dirigiam aos mais velhos antigamente. De acordo com a afirmação de um (3,33%) participante; “Por um lado melhorou bastante, até pela questão da lei, hoje temos o Estatuto do Idoso e somos vistos com mais respeito. Por outro os jovens são educados de maneira diferente com outros valores, e às vezes são muito malcriados com os mais velhos”.(E₁)

Para os demais, quatro (13,33%) dos entrevistados a convivência social do velho atualmente é vista de forma negativa, alegaram que ainda existe muito preconceito e discriminação das pessoas na fase da velhice e que maior parte da população não aceita o envelhecimento.

Nesta questão também identificamos o quanto à atuação do Estado interfere na percepção do velho sobre si mesmo perante a sociedade, retirando alguns entrevistados (13,33%) que responderam que ainda existe muito preconceito e que a velhice ainda não é aceita, os demais (86,66%) dos entrevistados apesar de perceberem de maneira um pouco diferente, todos se referem às novas medidas do Estado para a proteção e promoção da velhice, como sendo um fator fundamental na melhoria da convivência social do velho.

Alegam que se sentem mais respeitados e considerados na dinâmica social, que atualmente o status do velho melhorou devido à criação de leis de proteção que dão mais dignidade a esta população. Muitos dizem que após ser considerado enquanto um cidadão de direitos a postura do velho perante a vida melhorou e isso é muito benéfico na convivência com outros.

De acordo com Beauvoir (1990) O papel que os velhos representam na família ou na sociedade reflete muitas vezes o que o Estado lhes confere.

Desta forma, entendemos que as políticas públicas são de fato muito importantes na resignificação da velhice. Conforme Debert (1998, p.63) “Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas de propiciar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada”.

Na nona pergunta indagamos aos participantes sobre a convivência familiar, como eles percebem essa relação no momento que estão na fase da velhice, para quinze (50%) dos entrevistados a sociedade moderna é marcada pela mudança nas relações de trabalho e que estas afetam negativamente a união das famílias, na opinião deles outro fator que reflete de maneira negativa na relação familiar é o sentido de independência e individualidade característica da sociedade brasileira atual. De acordo com alguns entrevistados,

Piorou, pois antes as mulheres não trabalhavam e cuidavam das mães ou sogras, hoje ninguém tem tempo. Se o idoso tem saúde e pode se cuidar sozinho é bom, pelo contrário se torna uma carga pesada para a família.(E₄)

Atualmente o idoso não é cuidado pela família, todos trabalham. As famílias são menores, no meu caso tive duas filhas e nenhum neto, uma filha faleceu, e quando a outra viaja fico totalmente sozinha. Eu tenho que fazer por mim. Na sociedade moderna o idoso tem que fazer por si, tem que ser independente. (E₅)

Acho que cada um constrói o que quer ter, penso que o idoso deve ter leitura que ele atrapalha em uma casa. Meu filho disse para mim assim;

Pai, eu não tenho tempo de cuidar do pai, eu posso até pagar se for preciso, mas eu sou advogado, minha esposa tem o trabalho dela e não temos como cuidar do senhor e da mãe. Eu entendo isso, antes as mulheres cuidavam dos pais idosos, hoje a sociedade mudou e o idoso deve entender isso, que tem condições deve ir para uma clínica - eu farei isso. (E₁₈)

No entanto, para dez (33,33%) dos entrevistados a convivência com seus familiares é vista de modo bastante positivo na atualidade, consideram que as mudanças na forma de encarar a própria velhice, não se deixando abater pelos preconceitos e dificuldades desta fase, contribuíram para uma melhor relação com seus familiares, conforme afirmações de dois (6,66%) participantes;

Melhorou muito, pois o idoso se impôs, se fez respeitar, não fica mais em casa reclamando da vida e da família, vive sua vida com mais dignidade. (E₂)

Acho que é melhor, pois hoje os idosos são mais abertos com os filhos e por isso a convivência é melhor. Meus pais eram muito fechados, a relação era mais difícil. (E₂₄)

Na opinião de cinco (16,66%) dos participantes, a situação é percebida com uma certa ambigüidade, estes responderam que é difícil dizer se é positivo ou negativo, pois a velhice é vista de forma diferente na atualidade, ou seja, existem muitas coisas que são melhores e outras que são piores, e isso também vale no âmbito da família.

Em face das respostas apresentadas nesta questão podemos dizer que, seja no sentindo negativo ou positivo, as mudanças nas relações familiares ficam evidentes nas falas dos entrevistados, e estes entendem que devem se adaptar as essas mudanças para conviverem melhor com as famílias. Conforme Cortella (1998, p. 12)

Hoje, as coisas inverteram-se na prática: a experiência, em relação ao que passou, não tem valor, e sim o conhecimento da novidade, daquilo que está vindo, chegando. Isso causou, grande impacto no mundo do trabalho, no mundo dos relacionamentos e no mundo familiar.

Apesar de reconhecerem que a sociedade está mudando e que eles devem se preparar e se adaptar a isso, segundo a opinião da metade dos entrevistados as transformações tendem a fragilizar os laços familiares. Como registra Cortella (1998, p.11)

As relações mudaram e isso acarretou uma dupla situação: de um lado, certa exaltação egonarcisista, isto é, a pessoa se fecha no próprio mundo e nas próprias coisas. A segunda situação é da precariedade dessas relações.

Anteriormente, como foi mencionado por alguns entrevistados, as mulheres cuidavam dos velhos de sua família e esta era uma prática comum e natural. Santos (2003, p. 13 e 14) reafirma isso dizendo que:

No contexto familiar, o cuidador é uma figura que sempre esteve presente e, geralmente, era uma função exercida pelas mulheres. Para elas o fato de cuidar era algo natural, quase que incorporado às demais funções relativas às atividades familiares.

Atualmente a mulher possui um outro espaço na dinâmica social, está inserida no mercado de trabalho e cada vez se distanciando mais do espaço doméstico. Esta é uma realidade que os entrevistados consideram e se utilizam para reafirmar que o mundo mudou, e que o velho de hoje deve estar atento e se adaptar.

Reconhecem que uma pessoa em fase avançada de envelhecimento pode precisar de muitos cuidados, tornando-se uma carga muito pesada para seus familiares e prejudicando a dinâmica familiar, principalmente, considerando as configurações da família moderna.

Desta forma, uma das grandes características do envelhecimento na sociedade moderna é a independência dos velhos. Como registra Veras (2003, p.32) “No que se refere ao segmento idoso, há uma evidente aumento do número tanto de idosos como de idosas morando sozinha”.

É importante ressaltar que essa mudança não se constitui como algo necessariamente negativo. Como afirma Debert apud Veras (2003, p.32)

As melhorias nas condições de saúde e outros avanços tecnológicos, tais como os meios de comunicação, elevadores, automóveis, entre outros, podem estar sugerindo que viver só, para os idosos, representa uma forma inovadora e bem-sucedida de envelhecimento e não uma situação de abandono, descaso e/ou solidão. Viver só pode ser, portanto, um estágio do ciclo de vida e poder estar refletindo preferências e não abandono ou negligência.

Sendo assim, as transformações na sociedade podem também trazer novas e boas alternativas de vivenciar a velhice, resignificando as relações no tempo e no espaço e dando um novo sentido para esta etapa da vida. Essa nova forma de se relacionar com a família foi identificado por alguns entrevistados, como uma mudança muito positiva para o velho atual.

No entanto, consideramos importante ressaltar que as possibilidades da vida moderna devem ser encaradas como uma opção para os velhos e não uma solução, desresponsabilizando totalmente a família e contrariando mais um dos direitos constitucionais, que prevê como dever da família e do Estado o cuidado e proteção à velhice. Como lembra Valle (1998, p.43)

A estrutura familiar é muito importante na e para a Terceira Idade. Não só pelo problema econômico, mas pelo humano, pelas relações, pelo estar junto, pelo poder contar com o outro[...] A família nos anos 90 é marcada por um desagregação e dispersão e isso trará reflexos na geração idosa.

Precisamos estar atentos para que as facilidades de se cuidar sozinho e não incomodar a família, não se transforme em mais um produto capitalista, se já não o é. Pois se por um lado existe uma tendência global que valoriza a independência e a individualidade e por outro existe o relevo das dificuldades atuais que uma família enfrenta para cuidar dos mais velhos. Será que já não existe uma retórica neoliberal que introduziu a idéia sobre a natural diminuição da família e do cuidado como mercadoria?

Na décima pergunta os entrevistados foram questionados a respeito dos aspectos negativos do envelhecer na sociedade atual brasileira, se existem e quais seriam. Oito (26,66%) dos entrevistados consideram que não existem aspectos negativos, que na realidade atualmente o velho vive muito melhor. As falas a seguir demonstram esse entendimento;

Acho que em geral melhorou, não vejo aspecto negativo. (E₉)
 Acho que não, na verdade acho que melhorou muito a situação do velho.
 (E₂₁)

Outros seis (20%) dos participantes responderam que existem aspectos negativos e estes estão relacionados com a questão do preconceito e rejeição da velhice, como podemos notar nos depoimentos a seguir;

Acho que sim, o velho ainda é discriminado - para dizer a verdade "eu não queria viver muito não", a velhice é muito ruim.(E₁₂)
 Tem muitas coisas para melhorar, as pessoas devem respeitar mais os idosos e entender suas limitações. (E₁₄)
 Sim, os velhos ainda são um estorvo na sociedade, os jovens ainda têm preconceito.(E₁₈)

Na opinião de mais quatro (13,33%) dos participantes existem aspectos negativos, para estes o problema da velhice na sociedade moderna está relacionado com solidão, de acordo com um (3,33%) participante; "Deveria existir lugares de atendimento

especial, onde o idoso pudesse passar o dia, o velho na sociedade moderna sente muita solidão".(E₂₀)

Ainda sobre esta questão, quatro (13,33%) dos participantes consideram que os aspectos negativos estão no fato de muitas pessoas não aceitarem o próprio processo de envelhecimento, conforme percebemos nas falas seguintes;

Acho negativo o fato das pessoas que estão envelhecendo fazerem plástica, antigamente não era assim. Isso para mim é não aceitar o envelhecimento. (E3)

Não aceitação da velhice, muita falta de atividade e desânimo de muitos idosos. (E19)

Para três (10%) dos entrevistados o ponto negativo do envelhecimento na sociedade brasileira atual está vinculado a questão da precariedade da saúde pública.

Para três (10%) dos participantes relacionam os aspectos negativos a pouca efetividade da legislação brasileira, alegam que o amparo legal não funciona quando necessário.

Para dois (6,66%) dos entrevistados a precarização da previdência pública e defasagem do benefício de aposentadoria é o ponto mais negativo.

Vários pontos sobre a questão do envelhecimento foram abordados nas respostas, uma parte significativa dos entrevistados respondeu que não existem aspectos negativos sobre envelhecer na sociedade brasileira atual, que analisando de uma maneira geral as melhorias são mais evidentes. Essa resposta traz em si certas contradições, tendo em vista que quando questionados sobre temas específicos, tais como: previdência e saúde pública, a grande maioria define como sendo pontos negativos para a velhice no Brasil.

Entendemos com isso que os entrevistados estão mais ligados à idéia das melhorias, àquelas imagens positivas sobre a velhice retratada nos meios de comunicação e que contribuem para a auto-estima dos velhos. Os temas relacionados ao Estado e suas políticas parecem estar em um plano secundário, somente lembrados quando tratados de forma direta ou quando se necessita.

Diante do exposto levantamos os seguintes questionamentos; quais serão os objetivos, as contribuições ou os impactos da mídia nas mudanças da representação sobre a velhice e da organização deste segmento na sociedade brasileira atual?

Ainda relativo à décima pergunta detectamos novamente vários pontos, que já havíamos analisado em questões anteriores, como o preconceito e rejeição por parte da

sociedade, solidão dos velhos, não aceitação da velhice e mais uma vez referentes a atuação do Estado no que se refere a saúde pública, ineficácia da legislação e precariedade dos benefícios de aposentadoria.

Apesar das melhorias em relação à velhice terem ficado bem evidenciadas neste trabalho, ainda existem muitos preconceitos a serem vencidos e muitas medidas de proteção à velhice para serem efetivadas. Conforme registra Bruno (2003, p. 76)

É necessário deflagrar uma revolução social e cultural que possibilite, de um lado, a efetivação de políticas públicas que respondam às necessidades do segmento, e, de outro, tão importante quanto, o investimento na mudança da percepção que a comunidade familiar e social tem sobre o envelhecimento e a velhice, provocando o rompimento dos mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento idoso.

Na décima primeira questão indagamos aos participantes se existem pontos positivos em envelhecer na sociedade brasileira atual e quais seriam. Todos (100%) responderam que sim, que existem melhorias no envelhecimento atualmente, a maioria destes, vinte (66,66%) dos participantes relaciona o aspecto positivo à participação dos velhos na dinâmica social, vale ressaltar que no conceito dos entrevistados a participação está relacionada com estar inserido em grupos, viajar, passear e ir a bailes. Conforme notamos nas falas a seguir;

Acho que sim, a participação do idoso na sociedade é muito positiva hoje. (E₃)

É o incentivo para o idoso acompanhar as atividades, maior participação e informações para uma boa qualidade de vida. (E₆)

Envelhecer hoje é bem melhor, porque tem maior apoio e participação. (E₇)

Hoje tem muitos grupos de idosos, nós passeamos, participamos de muitas atividades. (E₁₀)

Para cinco (16,66%) dos entrevistados o aspecto positivo passa pela questão dos direitos, ou seja, alegam que atualmente tem mais leis que protegem a velhice. De acordo com um (3,33%) entrevistado; “Tem tido melhorias na questão social que envolve o idoso, principalmente com a criação Estatuto do Idoso”.(E₁)

Na opinião de quatro (13,33%) participantes as melhorias e facilidades da vida moderna são os aspectos mais positivos no que se refere à envelhecer na sociedade atual, já para um (3,33%) participante só existem melhorias para aqueles que tem condições financeiras, como podemos conferir no seguinte depoimento; “Sim, para quem tem poder

financeiro consegue-se viver melhor, existem muitos serviços, o idoso que tem dinheiro, viaja e pode pagar por atendimento especializado quando precisa.”(E₁₃)

Reafirma-se nesta última questão o novo posicionamento do velho perante a sociedade, sua nova maneira de vivenciar a velhice; aceitando melhor as transformações decorrentes dessa fase da vida e contribuindo para uma nova imagem da velhice. De acordo com Santana e Sena (2003, p.51)

Em meio às imagens negativas, percebe-se o surgimento de uma nova realidade social em que ganha força uma nova imagem do envelhecimento, vislumbrando-se ações e programas que atuam na perspectiva de transformação e reversão da imagem negativa e estigmatizadora da mesma.

A participação dos velhos na dinâmica social é identificada pela maioria dos entrevistados como um grande avanço da sociedade moderna, participar dos processos sociais, sentindo se útil, ativo e, principalmente, livre para decidir sobre sua vida.

Ainda sobre esta questão temos a referência sobre a atuação do Estado através da criação de leis que protegem e dignificam os velhos, mais uma vez a reafirmação da importância das políticas públicas na construção de uma nova imagem social do velho, e como estas refletem de maneira positiva na percepção do velho sobre si mesmo.

As facilidades da vida moderna também foram mencionadas por alguns entrevistados, como sendo um dos aspectos mais positivos de estar envelhecendo na sociedade brasileira atual.

Como já abordamos anteriormente os avanços tecnológicos, as melhores condições de saúde e a imensidade de serviços aos quais os velhos podem recorrer para tornar sua vida mais fácil, podem significar um avanço qualitativo na maneira de vivenciar a velhice, possibilitando-lhe a independência e liberdade.

No entanto, desde que esta nova perspectiva seja uma possibilidade e não um pensamento hegemônico que suprima diferenças preferenciais e fragilize ainda mais os sentidos de coletividade presentes na família e comunidade.

Por fim temos uma última afirmação que reflete muito a questão da desigualdade social e econômica no Brasil, de que as melhorias na qualidade de vida do velho na sociedade brasileira atual são visíveis, no entanto, somente aqueles que possuem certo poder aquisitivo podem usufruir de fato dessa nova realidade.

As disparidades sociais constituem-se como um fator intrínseco na formação da sociedade brasileira, de modo que assim como todos os âmbitos dessa sociedade, a questão da velhice no Brasil sempre esteve marcada por desigualdades regionais, econômicas e sociais.

Desta forma, apesar dos grandes avanços e mudanças positivas no que se refere à percepção da velhice na sociedade brasileira atual, temos ainda como desafio estender a todos os velhos brasileiros a possibilidade de vivenciar essa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já abordamos anteriormente, toda sociedade está vinculada a alguma idéia sobre a passagem do tempo e suas mudanças, porém a maneira pela qual cada sociedade atua sobre o envelhecer se diferencia, levando em consideração à visão de homem e de mundo, particular para cada período social. A partir do resgate histórico constatamos que essas diferenças estiveram sempre ligadas ao modelo de produção da vida material e da riqueza.

Comprovamos também que sempre que o modelo social vigente começa decair, se apresenta uma natural necessidade de revisar nas estratégias que foram utilizadas no passado e relevar aquelas que poderiam contribuir para a melhor compreensão da realidade atual.

O termo renovação é comumente utilizado durante os períodos de transição, pois define muito bem esse movimento que traz à tona os antigos valores e métodos, para revisá-los e refazê-los com uma nova força e um novo aspecto.

Vejamos, por exemplo, a idéia sobre a segregação dos velhos que foi construída na Idade Média com fundamentos em uma retórica cristã, considerada como meio de redenção espiritual. As bases sobre as quais esta metodologia estabeleceu sua legitimidade foi desmontada, no entanto, a segregação continua sendo fortalecida e legitimada com conceitos condizentes com cada período histórico, contribuindo para a naturalização da discriminação e do isolamento social dos velhos.

Percebemos ainda que a velhice, como todo e qualquer processo humano está inserida na noção cíclica, passando por momentos de valorização e desvalorização. Mas o que se diferencia nesta fase é que ela se apresenta de maneira ambígua em praticamente todas as sociedades retratadas. Em algumas sociedades os mais velhos possuíam muita autoridade e eram detestados, em outras eram valorizados pelos poderes míticos e ao mesmo tempo eram ridicularizados por isso.

Essas ambigüidades se perpetuam em quase todas as sociedades e se evidenciam pelo fato do homem não aceitar o seu próprio envelhecimento e buscar atacar de alguma maneira a representação real deste processo, no caso, a velhice.

Na sociedade brasileira, dada a maneira pela qual fomos colonizados, os valores de outras sociedades nos foi imposto e determinou o modelo de desenvolvimento social e conseqüentemente as formas pelas quais construímos nossas representações sociais.

A questão da velhice, em especial, seguindo a perspectiva do período histórico das sociedades capitalistas colonizadoras, sempre foi relegada. Se existia alguma consideração maior para com os mais velhos nas sociedades indígenas ou negras, esta foi suprimida. A valorização e o status de uma pessoa, de acordo com os ideais aqui impostos, estavam relacionados com o seu poder financeiro.

Desta forma, analisar os processos históricos anteriores a nossa colonização, nos permitiu identificar o que fundamenta determinados comportamentos em relação ao envelhecimento e reafirmar que a velhice tal como é concebida é uma construção histórica, de modo que pode ser desconstruída e revitalizada.

No Brasil tanto a percepção sobre a velhice como a forma de lidar com essa questão, foram determinadas por conjunturas internacionais, mesmo que estas fossem totalmente distintas de nossa realidade, o que por sua vez evidenciará diferentes resultados.

Os primeiros direitos consolidados no Brasil constituíam a supremacia do homem proprietário, seguindo a perspectiva vigente na Europa da época. Os velhos pobres não eram sequer mencionados, enquanto os velhos ricos eram valorizados e reconhecidos, exercendo cada vez mais poder. Tal fato demonstra que a desigualdade social característica da sociedade brasileira também se evidenciará na questão da velhice.

Como abordamos neste trabalho, os primeiros direitos voltados para a população na fase da velhice foram assegurados no começo do século XX, com a conquista do direito à aposentadoria, e estavam mais vinculados a questão do trabalho do que da velhice em si.

Somente a partir da década de 1970 que a questão da velhice começou a ganhar visibilidade no Brasil, o envelhecimento populacional cada vez mais marcado desde então impulsionou a criação de medidas de proteção e a busca de conhecimento sobre a velhice.

No momento em que a sociedade brasileira começou a considerar a questão do envelhecimento e lutar para consolidar direitos que assegurassem uma melhor qualidade de vida para a população velha, tem início nos países centrais uma crise do sistema capitalista

e uma nova corrente de pensamento, o neoliberalismo, que tem como pressuposto fundamental o corte com gastos públicos, principalmente, com gastos sociais.

De modo que a conquista de direitos sociais no Brasil surgiu seguida de uma retórica neoliberal que visa suprimi-los, ou seja, a era dos direitos marcada pela promulgação da Constituição de 1988 coloca no cenário social brasileiro a questão dos direitos, instaurando um novo conceito de cidadania. No entanto, logo após esse avanço logrado com a construção de uma Constituição Cidadã, manifesta-se através de ditames internacionais, sob a égide de uma retórica neoliberal, a desconstrução dos direitos constitucionais.

As reivindicações dos movimentos sociais fizeram frente a essa corrente, de maneira que alguns direitos conquistados constitucionalmente foram regulamentados e normatizados. No que se refere à questão da velhice, se destacam; a Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto do Idoso de 2003.

Como vimos no decorrer deste trabalho, as leis ainda não são cumpridas e contempladas conforme as determinações destes documentos, porém se tornaram referenciais legais importantes, tanto como meio de resignificação da velhice, quanto instrumento de luta e reivindicação.

No que se refere à percepção do velho, objeto de estudo deste trabalho, as políticas sociais de proteção à velhice estão mudando e transformando em sentido positivo a imagem que o próprio velho tem de si e conseqüentemente sua relação com a sociedade.

Conforme percebemos na pesquisa, mesmo que exista um reconhecimento sobre a ineficácia do aparato legal brasileiro, o fato de novas leis serem criadas já determina mudanças significativas sobre as políticas sociais.

Identificamos que o papel do Estado é de extrema relevância, ficou evidenciado nas falas dos entrevistados que a criação de novas leis de proteção à velhice transformou o status do velho na sociedade brasileira atual, conferindo a estes uma respeitabilidade maior enquanto cidadão, o que por sua vez altera a auto-estima e a visão que possuem sobre sua própria condição.

Notamos ainda que ao se sentir mais considerados e respeitados com a construção de um Estatuto próprio e de várias medidas que visam a melhoria na qualidade

de vida deste segmento, os velhos modificam sua forma de se relacionar com o mundo. De maneira que a convivência social passa por uma grande transformação.

Como consideramos anteriormente, as ambigüidades em relação à velhice se evidenciou em praticamente todas as sociedades analisadas, e não se mostrou diferente na percepção dos sujeitos no decorrer desta pesquisa.

Conforme pudemos perceber muitas declarações evidenciam uma mudança positiva no que se refere à velhice perante as políticas sociais e a convivência social. No entanto, a sociedade continua se transformando. Se por um lado existem mais direitos, por outro existe uma corrente de pensamento que objetiva desconstruí-los; se por um lado os velhos convivem mais socialmente, por outro existe uma precarização das relações, fortalecida por conceitos modernos de independência e individualismo.

Sendo assim, e compreendendo que a questão da velhice é uma nova e crescente demanda para o profissional de Serviço Social consideramos importante relevar dois aspectos para reflexão.

1º) A necessidade de atentar os velhos brasileiros para o constante desmonte dos seus direitos e apóia-los na organização e fomentação de movimentos reivindicatórios. O planejamento e desenvolvimento de ações voltadas para este segmento devem contemplar discussões sobre as políticas sociais e propiciar uma análise crítica da realidade, ampliando as atividades dos grupos de convivência, de modo a transformar este espaço em um novo e significativo meio de crescimento das forças sociais.

2º) A importância de trazer para os grupos uma análise mais profunda das conjunturas históricas, econômicas e sociais. Identificar juntamente com eles as novas correntes de pensamento, como estas se manifestam na realidade e podem influenciar na vida de cada um. Em contrapartida devemos refletir sobre suas reais necessidades, trabalhando com esses sujeitos em uma perspectiva de emancipação, ou seja, propiciar um entendimento da realidade, de modo que eles não se transformem em alvo de mais alguma retórica ideológica e possam decidir sobre suas vidas de forma verdadeiramente livre.

Todavia, as questões apresentadas são apenas apontamentos, não pretendendo encerrar esta discussão, mas pelo contrário expandi-la, principalmente no que se refere às influências da corrente neoliberal na construção de uma nova imagem da velhice e ao papel

da mídia que releva a imagem positiva do velho, ocultando vários problemas que ainda se evidenciam na questão do envelhecimento no Brasil.

Consideramos que seria interessante uma análise mais aprofundada de tais aspectos, de modo a compreender como estes se revelam e se manifestam na organização política, econômica e cultural dos velhos na sociedade brasileira atual.

Desta forma, esperamos que as questões levantadas neste trabalho possam contribuir para futuros estudos e debates sobre os velhos na sociedade brasileira e essencialmente para uma prática crítica do profissional de Serviço Social frente à questão da velhice e suas múltiplas expressões.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política**. Mod.1, Brasília: CEAD, 1999.
- ALMEIDA, V. L. V. Modernidade e Velhice. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº75, p.35 a 54, 2003.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir.(Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANNAN, K. Mensagem do Secretário-Geral da ONU. Fonte: Centro de Informações das Nações Unidas. Disponível em: < www.nossopaulo.com.br/Reg-SP/Barra-Escolha/ONU-pessoasidosas.htm > Acesso em: 30 de janeiro de 2007.
- AQUINO, R. S. L. **História das Sociedades: Das sociedades modernas às sociedades atuais**. 27ª ed., São Paulo, Ao Livro Técnico, 1993.
- BARROSO, M.J.L.C.R. O velho no Brasil pobre e no Brasil rico. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, SESC, nº6, p. 47 a 54, 1992.
- BARROSO, M.J.R. A iniciativa pública e privada nos serviços de saúde, educação, cultura e lazer. In: **A Terceira Idade**, SESC, nº17,p. 28 a 38, 1999.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- BENEDETTI, T.R.B, PETROSKI,E.L, GONÇALVES, L.H. T. **Perfil do Idoso do Município de Florianópolis/SC**: Relatório de pesquisa, Florianópolis, UFSC, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORGES, M. E. S. O ser velho das Políticas Públicas: construindo conceitos. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 1998, Goiânia, Brasil. Trabalho e Projeto Ético Político Profissional. Caderno de Comunicações, Goiânia, p. 351 a 354, 1998.
- BORÓN, A. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal, In: SADER E. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais de 2005

BRASIL, Portaria nº 2528, de 19 de outubro de 2006. Dispõe sobre a aprovação da **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias/10/18/materia.htm> Acesso em: 30 de janeiro de 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e da outras providências. Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania, Curitiba, p. 179, novembro, 2003.

BREDEMEIER, S.M.L. Conselho do idoso como espaço público. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, p. 84 a 102, 2003.

BRUNO, M.R.P. Cidadania não tem idade. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, p. 74 a 83, 2003.

CAMPOS, M. S. Democratização e desigualdade social no Brasil: notas sobre algumas implicações profissionais, In: **Serviço Social e Sociedade**, Cortez, São Paulo, p. 9 a 27, 1998.

CLEMENTE, I. **Qual é o alcance dos programas sociais brasileiros?** 2006. Disponível em: <www.anis.org.br/informe/visualizar_informes:cfm?IdInformes=24> Acesso em: 05 de março de 2007.

COMCIENCIA. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. **A Política Nacional do Idoso: um Brasil para todas as idades**. 2002. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env02.htm> Acesso em: 05 de março de 2007.

CORTELLA, M.S. Repensando o envelhecer: entre o mito e a razão. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, SESC, p. 7 a 28, 1998.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível**. São Paulo: Cortez, 2004.

DEBERT. G.G. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M.M.L. (Org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas**. ANPOCS-CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1989.

DUARTE. A. O processo de reforma da previdência social brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, p. 120 a 141, 2003.

- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista; As funções da Previdência e da Assistência Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez,1983.
- FERRIGNO, J.C. Uma visão histórica da família e da velhice. In: **A Terceira Idade**, São Paulo, SESC, p. 36 a 42, 1989.
- FRAIMAM, A. **Coisas da idade**. 4.ed. São Paulo. Gente, 1995.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDAMAN, S. N. Velhice e Direitos Sociais. In: PAZ, S. F. (Orgs.) **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?** Rio de Janeiro: ANG. Rio/CBCISS, 2000.
- GUANDALINI, G. e DUAILIBI, J. Não dá para “Destruir” sem reformas. **VEJA**, São Paulo, n.48, p. 56 a 58, Dezembro/2006.
- HADDAD, E. G. M. **O Direito à Velhice: Os aposentados e a previdência social**. São Paulo, Cortez, 1993.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico Social no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.
- KUNRATH, I.S. A situação dos velhos no Brasil. In: **A Terceira Idade**, São Paulo, p. 43 a 47, SESC, 2001.
- MARTINS, V.B e PAIVA, B. A Implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para cidadania no governo Lula. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, nº73, p. 46 a 74, 2003.
- MASCARO, S. A. **O que é velhice?** São Paulo, Brasiliense, 1997.
- MELHORAMENTOS. **Mini-Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Companhia Melhoramentos, 1997.
- MELLO, L.I. A. e COSTA, L.C.A. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo, Scipione, 1999.
- MERCADANTE, E. A Velhice: culturas diversas, temporalidades distintas. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, SESC, p. 19 a 29, 1998.
- MINOIS, G. **História da Velhice no Ocidente: Da Antigüidade ao Renascimento**. Lisboa: Teorema, 1987.
- MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo, Cortez, 1995.

- MUSSI, P.R e PIARDI, S. M.D.G. Considerações iniciais sobre o Estatuto do Idoso. In: ABREU. H.F. org. **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- NERI, A.L. **Envelhecer num país de jovens; significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- NOGUEIRA. M. A. A dialética Estado/Sociedade e a construção da Seguridade Pública. In: **Cadernos Abong**, Brasília, 2001.
- PEDRO. A. e CÁCERES.F. **História Geral**. 2.ed. São Paulo, Moderna, 1982.
- PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M.M.L. (Org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PEREIRA, P. **Necessidades Sociais e Mínimos Sociais**. São Paulo, Cortez, 2000.
- SALGADO, M. A. **Velhice: uma nova questão social**. 2. ed. São Paulo, SESC-CETI, 1982.
- SANTANA, H. B. E SENA, K. L. O idoso e a representação de si. In: **A Terceira Idade**, SESC, p. 44 a 53, 2003.
- SANTOS, S.M.A. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. Campinas, Alínea, 2003.
- SANTOS, W.G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SILVA, B.M., OLIVEIRA, E. M. e MAGALHÃE, M.T.F. Benefício de Prestação Continuada. In: **Caminho da Cidadania: 5 anos de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social**. Florianópolis, OAB/SC, 1999
- SILVA, J.C. Velhos ou Idosos? In: **A Terceira Idade**, São Paulo, SESC, p. 95 a 111, 2003.
- SINGER, P. **O capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**, São Paulo. Moderna, 1987.
- SOUZA, P.C. **A Previdência de Todos Nós**. Brasília, ANASPS, 2004.
- SOUZA. P. C. **ANASPS denuncia que governo Lula reduziu aposentadoria e pensões do INSS**. Disponível em: < www.anasps.org.br/index.asp?id=1532&categoria=298=50> Acesso em: 16 de fevereiro de 2007.
- VALLE, E. A Velhice e o futuro – os novos velhos do terceiro milênio. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, SESC, p. 29 a 46, 1998.

VERAS, R.P. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, p. 5 a 18, 2003.

VIANNA, M.L.W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S e PEREIRA, P. (org.) **Política social e democracia**. São Paulo, Cortez, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ROTEIRO DAS ENTREVISTAS



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa - **Velhice na contemporaneidade: um olhar na perspectiva dos sujeitos**. O objetivo principal deste estudo é de: analisar a percepção do velho sobre o que é o processo de envelhecimento na atual sociedade brasileira. Você foi selecionado (a) por sorteio e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são de identificar novas maneiras de lidar e trabalhar com o segmento da Terceira Idade. As informações obtidas nesta pesquisa serão abordadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Serviço Social, no entanto os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Renata Virgínia da Silva

Endereço e telefone do pesquisador: Av. Desembargador Vitor Lima, 700, Carvoeira.
Florianópolis-SC. CEP: 88040-400 FONE: (048)3234-0156

Declaro que entendi os objetivos e a necessidade de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

ENTREVISTA: Velhice na contemporaneidade: um olhar sob perspectiva dos sujeitos.

Entrevista n° _____ Data: _____

Nome: _____

Idade: _____ Profissão: _____ Renda: _____

1) Na sua opinião o que é envelhecer?

2) Como tem sido o processo de envelhecimento na sua experiência?

3) Como você vê o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual?

4) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas sociais?

5) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de saúde pública? _____

6) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de previdência pública? _____

7) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de assistência social pública? _____

8) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere à convivência social?

9) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere a convivência no contexto familiar? _____

10) Na sua opinião há aspectos negativos em envelhecer na sociedade brasileira atual? Quais?

11) Na sua opinião há aspectos positivos em envelhecer na sociedade brasileira atual? Quais?

APÊNDICE B - TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS

1) Na sua opinião o que é envelhecer?

PROCESSO NATURAL - CICLO VITAL (46,66%)

R.4) Um processo natural da vida

R-6) Um processo natural que deve ser preparado para ter uma aceitação e boa qualidade de vida

R-9) Envelhecer é a passagem do tempo, é natural do ser humano.

R-10) É normal, né?! vai passando o tempo e a gente envelhece.

R-11) Idade que passa, processo normal, é uma etapa da vida.

R-13) Um processo natural da natureza

R-14) Uma coisa natural, acontece com todas as pessoas

R-15) Uma coisa natural da vida, a pessoa nasce, envelhece e morre, o ciclo da vida.

R-17) É a marca do tempo

R-18) A gente já nasce envelhecendo, característica própria de todos os seres vivos – um processo natural

R-19) é um fato natural, que temos que aceitar.

R-21) Um ciclo da vida, passamos pela infância, adolescência, maturidade e velhice.

R.24.) Uma situação normal da vida, temos que aceitar.

R.25) São coisas da vida, nascer, crescer, envelhecer e morrer.

NEGATIVO (20%)

R-20) É algo difícil de aceitar

R.26) É uma experiência ruim, penso que a gente não deveria durar muito.

R.27) Envelhecer é como um desânimo, com o passar do tempo o corpo vai enfraquecendo.

R.28) Terrível, acho que a pessoa não precisava viver tanto.

R.29) É muito ruim, uma entrega a doença e ao desprezo.

16) A perda de valores, perdemos muita coisa; saúde, vitalidade, beleza.

RELATIVO A SAÚDE (20%)

R-1) Quando é com saúde é bom

R-2) Uma coisa maravilhosa, aceito bem as mudanças do envelhecimento.

- R-3) Para mim é bom, com saúde é bom
R-22) Envelhecer no meio da família e com saúde é bom.
R-23) Envelhecer tem que ser com saúde.
R.30) Envelhecer com saúde é bom.

RELATIVO A EXPERIÊNCIA (6,66%)

- R-7) Acúmulo de experiências, é colher os frutos de uma vida. Viver é fazer um desenho sem borracha.
R-8) Envelhecer é ganhar experiência, sabemos distinguir melhor as coisas, é ter mais sabedoria.

RELATIVO AO CORPO (6,66%)

- R-5) É mais físico, um desgaste natural que acontece com o passar dos anos
R-12) O corpo vai ficando velho e a gente enfraquece.

2) Como tem sido o processo de envelhecimento na sua experiência?

POSITIVO (66,66%)

- R-1) Tem sido tranqüilo, tenho tudo que é necessário.
R-2) Muito bom, vivo com alegria e convivo bem com os problemas da velhice.
R-4) Tem sido muito bom, pois estou envelhecendo com saúde e disposição, me preparei bem para este momento.
R-5) Tem sido bom, um processo consciente, aceito minha idade, apesar de alguns problemas de saúde, trabalho minha mente e tento viver de forma ativa.
R-8) Bom, fiquei mais tranqüila, sou mais paciente e independente.
R-10) Ótimo, passeio bastante, faço ginástica e tenho mais liberdade
R-11) Apesar de ir surgindo as doenças, tem sido bom, não me preocupo com a velhice.
R-12) Tem sido bom, tenho saúde, tenho dinheiro para me manter e fazer as coisas que gosto.
R-14) Está sendo bom, porque tenho aproveitado bem a vida, passeio e participo de muitas coisas.
R-16) Tem sido bom, pois tenho saúde boa e a participação nos grupos melhorou muito minha vida.

R-18) Muito bom, quando se tem suporte financeiro, pode se viver tranqüilamente.

R-20) Bom, bem saudável, nunca me acho velha.

R-21) Tenho uma velhice saudável, isso é muito importante.

R-22) Bom, está ótimo, porque me sinto bem de saúde, passeio e me divirto muito, sou mais livre agora.

R-23) Tem sido bom, estou aprendendo muito, apesar de uma dor ali, outra lá. A minha vida está boa.

R.25.) EStou aproveitando bem,não tenho doenças graves, estou me divertindo muito e participando de muitas atividades.

R.26) Tem sido bom, pois tenho saúde e paz.

R.27) Tem sido maravilhoso, pois tenho saúde e boa disposição.

R.28)Tem sido bom, tenho saúde e filhos criados, posso viver minha vida bem tranqüila.

R.30)Tem sido bom, tenho saúde, sou feliz e vivo em paz.

REGULAR (26,66%)

R-6)Procuro buscar conhecimento entre pessoas e comunidade para que eu tenha prazer em viver.

R-7)No início foi traumatizante, me detinha as limitações. Agora me voltei para mim mesma, fazer coisas que me dão prazer e passei a aceitar melhor meu processo de envelhecimento.

R-13) Eu tenho consciência do meu envelhecimento, mas faço o possível para me manter bem e atualizado no convívio social.

R-15) Não está sendo tão difícil, pois a pessoa tendo um suporte financeiro, dá para envelhecer melhor.

R-17) Reconheço meus limites, situação aceitável.

R-19) Me dedico muito a família e não tenho tempo para mim.

R.24.) Tem dias que acho bom e outros que me sinto mal, me sinto sozinha.

R.29)Médio, tenho épocas boas e outras muito ruins.

NEGATIVO (6,66%)

R-3)Tenho um pouco de dificuldade por causa do " preconceito" , muitas pessoas ainda olham o velho com preconceito.

R-9)Muitos problemas de saúde, tenho que viver a base de remédios.

3) Como você vê o processo de envelhecimento na sociedade brasileira atual?

POSITIVO (70%)

R-2) Melhorou muito, o idoso participa mais e é tratado com mais consideração, o tempo é melhor aproveitado.

R-3) É bem melhor, o idoso tem muitas atividades atualmente, participa da vida social.

R-4) Mudou bastante, as pessoas estão aceitando melhor os idosos nos espaços públicos, antes ficavam isolados

R-5) É positivo, existe uma maior conscientização da velhice, o velho está cada vez mais consciente e reconhecendo seu lugar enquanto cidadão.

R-9) Bem melhor, tem grupos de idosos, podemos passear e participar de várias atividades

R-10) As pessoas hoje sabem envelhecer, é bem melhor.

R-11) Agora a terceira idade aproveita mais, vai a bailes e participa de grupos. Antigamente a pessoa envelhecia em casa, isso era deprimente.

R-14) Na minha opinião está melhor, os idosos são mais livres e independentes

R-16) Melhorou, porque antigamente só ficava em casa, hoje tem muitas atividades para as pessoas idosas.

R-18) Hoje está bem melhor, a preocupação com idoso é um grito na sociedade, temos leis, o Estatuto do Idoso. A sociedade está incluindo o idoso como uma questão social.

R-19) Melhorou, porque no tempo da minha mãe era mais rígido. Hoje sou mais livre e independente. Podemos sair, passear, ir para os bailes, hoje é normal.

R-20) Melhorou bastante, hoje tem mais recursos, temos grupos de idosos, grupos de ginástica.

R-21) Melhorou muito, a começar pelos grupos de idosos. Hoje as idosas se arrumam, passeiam e aproveitam a vida.

R-22) A sociedade é melhor para o idoso, muitas atividades são planejadas para nós.

R-24.) Melhorou muito, porque hoje os idosos saem, vão passear e participam de muitas coisas.

R-25.) É muito melhor, porque hoje tem mais assistência e atenção para os idosos, são mais liberais tem a cabeça mais aberta para entender os jovens, saem, vão aos bailes, namoram, antes os idosos se sentiam inútil, hoje não é assim.

R-26) Melhorou muito a vida dos idosos, hoje a gente passeia bastante e vive melhor.

R.27) Melhorou, pois tem atividades para os idosos, somos mais reconhecidos e participamos mais, o idoso só fica em casa sem fazer nada se quiser.

R.28) Melhorou, porque antes uma pessoa com 50 anos era considerada velha, e a vida era mais difícil, hoje temos mais facilidades, uma pessoa com 70 anos consegue viver bem.

R.29) Melhorou, porque se quiser, o idoso pode estudar, trabalhar e tem possibilidade de viver melhor.

R.30) Melhorou, hoje a gente passeia e curte mais a vida.

AMBÍGUO (16,66%)

R-1) Existe um desequilíbrio, por um lado vemos vários velhos mendigando pelas ruas, e por outro uma melhoria no que se refere aos direitos dos velhos.

R-7) Melhorou bastante no sentido de que hoje os idosos tem muito o que fazer , mas ainda tem aspectos a serem melhorados, principalmente no que se refere as leis para os idosos, que existem bem bonitas mas não são aplicadas, como é o caso dos ônibus- que nós ganhamos o direito de viajar gratuitamente, mas na realidade isso não acontece.

R-8) Melhorou sobre o lado da participação, mas os velhos ainda são muito desrespeitados, a gente pode ver isso na questão da saúde, é uma vergonha o que a população idosa passa para conseguir consultas e exames.

R-17) O governo atual tem amparado a Terceira Idade, mas é necessário mais estímulo para o envelhecer saudável.

R-23) Para quem tem condições financeiras é bom, mas para quem não tem é ainda pior, porque hoje a família não cuida mais e os serviços públicos são precários.

NEGATIVO (13,33%)

R-6) Vejo que ainda existe muitos idosos depressivos que não buscam melhorar o processo, deve se ter uma melhor preparação para o envelhecer. Deve se planejar para envelhecer.

R-12) A gente ainda é muito discriminado na sociedade, ninguém aceita a velhice.

R-13) Eu acho que o envelhecimento é muito severo, a sociedade não olha muito para o idoso. "O mundo moderno é para a juventude".

R-15) A maioria não quer se mostrar velha, não aceitam o envelhecimento e hoje ainda tem as vantagens da tecnologia, assim muitos mascaram a velhice.

4) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas sociais?

NEGATIVO (43,33%)

R-4) Ainda existe muita restrição, tem muito que melhorar, principalmente no sentido de fazer valer o que está previsto em lei- como é o caso das passagens de ônibus, existe a lei, mas na prática não acontece.

R-5) Eles fazem escrevem - mas ainda não se consegue efetivar. Políticas existem, mas não são aplicadas, como é o caso das passagens de ônibus, conquistamos o direito da gratuidade, mas vai lá para ver se a gente consegue viajar.

R-8) Péssima, não dão atenção ao idoso

R-11) Péssimo o governo não se importa

R-13) Não se coloca em prática o que se elabora pelo poder público, fica só na teoria

R-14) Deveria ter mais apoio, o Estado deveria ter um contato mais real com os idosos. A lei diz uma coisa mais na realidade acontece outra.

R-15) Não acredito nelas, são usadas somente para fins eleitorais, mas na verdade não acontece, o Estatuto do Idoso, por exemplo, não funciona.

R-16) Deveria ser melhor, as coisas ficam só no papel, quando tudo que está escrito se tornar realidade será ótimo.

R-18) As políticas públicas ainda precisam ser elaboradas e apropriadas para a realidade, no momento são usadas somente como fim eleitoral, mas as associações são muito importantes na melhoria e concretização das políticas sociais.

R-19) Deveria se dar mais atenção no sentido prático, fala-se muito e se faz pouco.

R-22) Tem que melhorar, se a gente esperar pelos serviços públicos, não dá.

R-23) Pouca coisa é feita, deve se melhorar muito, se os governos cumprissem o que está escrito seria bom.

R-27) Ainda deixa muito a desejar, muito falatório, muitas promessas e poucas ações.

POSITIVO (36,66%)

R-3) Vejo um grande avanço neste aspecto, uma maior valorização do idoso.

R-7) Melhorou bastante, a população idosa aumentou e o Estado teve que fazer alguma coisa

- R-10) Ultimamente estão fazendo mais pelos idosos
- R-9) Acho que é melhor, pois os idosos são mais considerados pelos governos - talvez porque hoje somos muitos, tem que se fazer alguma coisa
- R-12) Melhorou, se tem feito mais pelo idoso.
- R-20) Melhorou, hoje a sociedade tem uma preocupação com os idosos, pois a população idosa aumentou muito, obrigando os governos fazer alguma coisa.
- R.25) Acho que está melhorando, temos ônibus gratuito, grupos de idosos, acho que o que é ruim, é ruim para todos, não só para os idosos.
- R.26) Melhorou, estão dando mais assistência para os idosos.
- R.28) Tem mais facilidades, mas assistência para o idoso. Temos ônibus gratuito, desconto em muitos lugares, acho que está bom.
- R.29) Melhorou, hoje os idosos tem mais direitos, ônibus gratuito, grupos de idosos.
- R.30) É boa, muitas vantagens estão sendo conquistadas para os idosos.

REGULAR (20%)

- R-1) Muitas vitórias na conquista de direitos, mas poucos avanços na prática.
- R-2) Os primeiros passos foram dados com o Estatuto do idoso, e agora depende de nós idosos lutar e fazer valer nossos direitos.
- R-6) Atualmente a sociedade está despertando para um acompanhamento da velhice, existe mais ações, mas ainda é pouco.
- R-17) No centro urbano até que o governo tem realizado algumas coisas para os idosos, se tem um certo apoio, mas na periferia a situação dos idosos é mais difícil.
- R-21) Existem políticas públicas, mas temos que ir a luta, pois senão não acontece nada.
- R.24) Razoável, por um lado parece que está melhorando, pois foram criadas algumas leis para o idoso, mas por outro a gente não vê muitas melhorias na prática.

5) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de saúde pública?

NEGATIVO (83,33%)

- R-2) Isso é muito complicado, não tenho plano de saúde e quando preciso de exames mais específicos devo pagar, o SUS deixa a desejar.

R-4) Acho que ainda tem muitos problemas, o idoso não é bem atendido, enfrenta filas e espera por consultas e exames como todas as outras pessoas. O idoso não é priorizado.

R-5)Esse é um dos maiores problemas em envelhecer no Brasil, falta programas de atendimento específico para o idoso, o idoso deve ser priorizado.

R-6) Precária, muitas reclamações no atendimento público, filas enormes, falta de medicamentos e desrespeito as dificuldades das pessoas mais velhas.

R-7)Péssima, o idoso tem que ir para um fila de madrugada e o atendimento ainda é ruim.

R-8)Precisa melhorar muito, a espera por consultas e exames é demais, um absurdo.

R-9)Muita fila, não são bem atendidos, não se pode depender do serviço público.

R-10)Falta muita coisa, muita demora para conseguir consulta e exames, e muitos exames não tem no SUS, a gente tem que pagar.

R-11)Péssimo, no posto de saúde não tem médico e o atendimento é muito ruim, pode ser criança, grávida ou idoso.

R-12)Cada vez pior, fiquei com problema no pulmão e fiquei 2 meses esperando vaga, se depender do serviço público a gente morre.

R-13)Péssimo, muita demora para marcação de consultas e exames, o idoso que está necessitado morre antes se esperar pela saúde pública.

R-14)Está péssima, o que vemos nos hospitais é horrível, o idoso que depende do SUS fica exposto a uma situação lamentável.

R-15)Deixa muito a desejar, tem dificuldade para pegar medicamentos e marcar consulta. Precisa um programa mais específico para o idoso, por exemplo, um médico geriatra nos postos de saúde.

R-16)Não existe nada específico para o idoso, enfrenta fila como todos e as vezes não encontramos os remédios, temos que comprar.

R-17) Deixa a desejar em todos os sentidos, a demora para as consultas e exames, falta de remédios e atendimento especializado. Esse quadro se agrava na Terceira Idade, devido as nossas maiores necessidades.O velho que tem um plano de saúde não se depara com isso, mas o pobre sofre.

R-18)Fraca, não tem remédio, os médicos de posto não atendem bem, muita fila e desrespeito com o ser humano, pior ainda com o idoso.

R-19) Tinha que melhorar, a classe baixa não tem atendimento e auxílio decente, nos postos o atendimento é precário.

R-20)Quem depende do SUS sofre com filas e demora, além de não ter todos os remédios que necessitam.

R-21) Dizem que tem as coisas mas não tem não, falo dos remédios, dizem que é direito de todos mas “não é não”.

R-22) O atendimento nos postos tem que melhorar, as filas são enormes, os médicos olham por cima, se dependesse do SUS, estaria perdida. Eu pago 250 reais por mês de UNIMED para ter um mínimo de dignidade quando preciso de assistência médica.

R-23) Está muito ruim, a gente vai naquelas emergências de hospital e fica horrorizada, muita tempo esperando de forma desumana, péssimo atendimento.

R-24) Muito ruim, não preciso dizer muito, é só dar uma olhada nas filas dos postos de saúde e nas emergências dos hospitais.

R-25) Em lugar nenhum é bom, deixa a desejar, muita fila, mal atendimento.

R-27) “Ta feio”, quem não tem plano de saúde sofre, o idoso vai no posto e espera meses por uma consulta ou exames.

R-28) É muito complicado, o idoso fica na fila para tudo, não tem seu plano de saúde, espera meses por uma consulta ou exames, ainda bem que eu tenho um bem que tenho um bom filho que paga um Plano de Saúde para mim.

REGULAR (10%)

R-3) Não tenho o que reclamar, tenho tido bom atendimento, mas no caso de medicamentos é muito difícil de conseguir todos que precisamos, gastamos muito com remédios todo mês.

R-26) Acho que melhorou, mas ainda não é 100% por cento, a gente vê muitos problemas, mas antes era mais difícil ainda.

R-29) Boa não está, mas acho que deu uma melhorada, antes era pior, no tempo da velhice dos meus pais, o acesso a saúde pública era muito mais difícil.

POSITIVO (6,66%)

R-1) Melhorou bastante, principalmente na distribuição gratuita de remédios.

R-30) Hoje tem mais recursos, lembro antes minha mãe sofria muito para conseguir ir no médico ou comprar remédio.

6) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de previdência pública?

NEGATIVO(80%)

R-1) Bem precária, não podemos depender do Estado, temos que correr atrás.

R-3) Precária, o salário não é justo, somos castigados com salários cada vez mais baixa.

R-4) Cada vez pior, os salários são cada vez menores, uma situação lamentável para que depende da previdência pública.

R-5) Precários, muito incipientes, gastam o dinheiro com obras e depois dizem não ter dinheiro para cobrir as despesas e dar um salário digno e justo para os aposentados.

R-6) Precária, muita reclamação e salários defasados.

R-7) De qualquer forma é ruim, mas a pública é pior. Eu paguei previdência privada em outra cidade e não posso utilizar aqui, isso é um absurdo.

R-8) Péssima, o salário do aposentado é cada vez menor.

R-9) Devia ser melhor, pelo tanto que a gente trabalhou, o salário do aposentado não é justo.

R-10) Aposentadoria muito baixa, não dá para viver com o dinheiro da previdência pública.

R-11) Ruim, sempre estão tentando mudar os direitos que a gente tinha.

R-12) Pagam muito pouco, trabalhamos muito tempo e quando precisamos ganhamos uma mixaria que não dá nem para os remédios.

R-13) A defasagem na contribuição é violenta, não se tem consideração pelo que o idoso fez pela sociedade

R-15) A gente trabalha tanto e recebe tão pouco, trabalhei 25 anos para receber um salário mínimo, um absurdo.

R-17) Horrível, porque justamente na hora que a pessoa mais precisa, ela se omite.

R-18) Essa é horrível, está esgotada, quebrada, falida e morta. Muito desvio de verbas e má administração, não dá para contar com a previdência pública.

R-19) Teria que melhorar, os salários estão lá em baixo, os reajustes não são cumpridos de acordo com a lei.

R-20) Muito defasada, acabaram de derrubar os 16 %, os salários estão cada vez mais baixos.

R-21) A pública é uma mixaria, cada vez pior.

R-22) Salário é baixo, não dá nem para remédios.

R-23) Os salários dos aposentados são uma vergonha, muito baixos.

R-27) É uma vergonha, não tem reajuste, meu marido trabalhava no Correio e se aposentou com um bom salário, e hoje recebo uma mixaria.

R-28) Terrível, o salário é muito pouco, existe sempre uma desculpa para diminuir a aposentadoria, enquanto por outro lado aumenta o salário dos deputados.

R.29)Péssima, o benefício não cobre nem os gastos com remédios que os idosos geralmente têm.

R.30)Paga se muito pouco pela aposentadoria, os reajustes não acontecem como deveria, e os salários dos aposentados estão cada vez piores.

POSITIVO (20%)

R-2) Recebo conforme contribuí, no meu caso não tenho que reclamar.

R-14) No meu caso não posso reclamar, pois sou aposentada federal, mas vejo o que a maioria dos idosos passam, ganham muito pouco, o valor dos remédios está acima do valor da aposentadoria muitas vezes.

R-16)Para mim tem sido boa, no sentido que sempre recebi a pensão direitinho, mas percebo que está decaindo, pois o reajuste não acontece como deveria. Meu marido se aposentou com 5 salários, hoje recebo 3 salários e meio, daqui a pouco vou ganhar 1 salário mínimo.

R.24) Para mim está boa, recebo a pensão sempre certinha.

R.25.) Para mim é bom dá para viver.

R.26) Para mim é boa, a gente vê muita reclamação dos salários baixos, mas eu particularmente não tenho problema.

7)Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere às políticas de assistência social pública?

POSITIVO (50%)

R-2) As coisas estão melhorando, as entidades e o Estado estão se preocupando mais com as pessoas da Terceira Idade.

R-3)Cada vez melhor, vemos muitas ações sendo feitas para os idosos.

R-4) Está melhorando, cada dia tem mais programas para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas.

R-7)Melhorou, hoje existem mais programas e projetos para a terceira idade.

R-9) Acho que melhorou, o idoso é mais considerado.

R-10) Tem tido mais programas de assistência ao idoso.

R-12) Hoje tem melhorias, existem mais programas de atendimento para o idoso.

R-15) A organização dos grupos e de atividades para as pessoas idosas é muito importante.

R-21) Melhorou, porque aqueles que não tem condições financeiras conseguem algum auxílio.

R.24) Para mim são boas, participo dos programas da PMF para os idosos, ginástica,, encontros e festas. ACHO BOM!

R.25.) Acho que tem feito mais pelos idosos, organizam várias atividades e se tem assistência nos grupos.

R.26) Acho que atualmente tem mais programas de assistência ao idoso.

R.28) Acho que estão fazendo mais pelos idosos, tem mais serviços e opções.

R.29) Está melhorando, buscam fazer mais atividades para os idosos.

R.30) Acho que é melhor, hoje tem assistente social para os idosos, antes a gente nem ouvia falar nisso.

NEGATIVO (36,66%)

R-5) Como muitas leis não são aplicadas, a assistência social fica travada.

R-6) A assistência é de difícil acesso e precária.

R-8) Ainda é ruim, apesar de avançar um pouco, os programas são superficiais.

R-11) Não tem sido boa, insuficiente.

R-13) Existem mais programas, mas não é suficiente para a grande demanda. A assistência é na maioria das vezes para conter aquele idoso que está em situação lamentável.

R-14) Não é suficiente para conter os idosos só fazem atividades de lazer e não supri as reais necessidades dos idosos.

R-16) Não utilizo, mas tudo que é feito, é no sentido de obter votos.

R-17) Superficial- acontecem mais ações atualmente, mas fazer almoços e festas não resolve a situação do idoso.

R-18) Uma vergonha, os programas de Assistência da Prefeitura inclui cestas básicas para idosos pobres, almoço e festas comemorativas. Parece que o idoso só precisa de comida.

R-22) O idoso deveria ter programas organizados em sua comunidade, temos que ir longe para participar das coisas. Na sociedade moderna o idoso é sozinho, precisa ter mais lugares para passar o dia.

R.27) Acho que quem depende de ações publicas do Estado está perdido, pois são precárias.

REGULAR (13,33%)

R-1) Os programas são incipientes, eu diria que de uma maneira geral é “regular”.

R-19) Está melhorando, mas ainda não tem programas bons que acabem com a miséria dos velhos pobres.

R-20) Existe uma certa preocupação, tem esses programas de ginástica, os encontros organizados pela Prefeitura, mas atinge poucas pessoas.

R-23) Tem mais ações, mas a maioria da população idosa não tem assistência.

8) Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere à convivência social?

POSITIVO(66,66%)

R-2) Muito melhor do que antes somos mais respeitados e por isso convivemos melhor com todos. A consciência do idoso sobre a vida mudou e com isso sua maneira de se comportar com os outros, melhorando a convivência.

R-4) Melhorou, porque hoje o idoso tem mais apoio para participar na dinâmica social. É bem melhor, as portas estão abertas para as pessoas idosas interagirem melhor com todos.

R-6) Esta melhorando, os idosos estão lutando e conquistando espaço na convivência com outros grupos.

R-7) Melhorou, no sentido que atualmente tem mais leis que protegem o idoso, dando um certo prestígio para os idosos na convivência com outros.

R-8) Melhorou, porque o idoso hoje tem mais direitos e aprendeu a conviver melhor com outras pessoas.

R-9) Melhorou muito, me sinto bem, hoje os idosos são mais considerados.

R-10) A convivência é melhor pois o idoso aceita mais o seu estado, sai para rua, conversa e participa.

R-11) O idoso está participando mais e isso é bom, melhora a convivência com todos. R-14) Hoje o idoso convive melhor com outras pessoas, porque participa mais da vida social, saindo, viajando e divertindo.

R-15) Melhorou, também os idosos conversam mais com as outras pessoas e todos já estão se acostumando com a presença dos idosos nas ruas.

R-16) Antes os mais velhos tinha costumes muito rígido, hoje o idoso tem a mente mais aberta por isso convive melhor com as outras pessoas.

R-18) O idoso convive melhor, pois participa das atividades sociais, mas ainda existe preconceito.

R-19) Acho que o idoso convive melhor, antes se tinha muitas regras e o idoso se mantinha em casa. Hoje saímos muito e convivemos melhor.

R-20) Hoje é bem melhor, vejo pelos profissionais que trabalham com a Terceira Idade, na ginástica, nos grupos e em todos os lugares que vamos, convivemos melhor.

R-21) A integração com outras gerações é bem melhor atualmente, deve ser pelo fato do idoso sair mais de casa e estar em constante atividade, conhecendo novos lugares e pessoas.

R-22) Está melhorado, pois hoje se fala muito mais no envelhecimento, na tv, em palestras, no jornal e isso vai mudando a relação da sociedade com o idoso.

R-24) Acho que atualmente é muito melhor a convivência, vejo pelos amigos dos meus netos e filhos, sou muito bem tratada por todos.

R-26) Existe um certo respeito, talvez porque hoje o idoso tem mais direitos e é mais esperto.

R-29) Bem melhor, os jovens hoje conversam com as pessoas de mais idades, se tem mais conhecimento sobre o envelhecimento.

R-30) Agora que é bom, os jovens dão muita atenção para nós idosos. Existe uma relação mais aberta.

AMBIGUO(20%)

R-1) Por um lado melhorou bastante, até pela questão da lei, hoje temos o Estatuto do Idoso e somos vistos com mais respeito. Por outro os jovens são educados de maneira diferente com outros valores, e às vezes são muito malcriados com os mais velhos.

R-3) Somos bem respeitados, convivemos melhor com a juventude. Mas apesar de pensar que em muitos aspectos o idoso é mais respeitado, acho que ainda existe preconceito com o idoso – nas ruas, no ônibus, nas filas e no espaço público.

R-5) Eu vejo que ainda tem limitações, muita rejeição da velhice, não aceitação do processo de envelhecimento. Apesar de os jovens ainda terem dificuldade de aceitar os velhos, existe uma maior conscientização do processo de envelhecimento, e devido a isso uma melhoria na convivência com os outros.

R-17) Apesar do apoio e a consideração dada aos velhos ultimamente, o jovem tenta excluir da convivência deles, classificando de antigo.

R-25) De certo modo convivemos melhor, pois hoje somos mais abertos para conviver em sociedade, mais ainda não somos respeitados, no ônibus e nas ruas vemos muito desrespeito com os idosos.

R.28) É diferente, a gente convive melhor, pois estamos mais ativos e participativos em todos os lugares, mas também não somos respeitados pelos jovens como antes.

NEGATIVO(13,33%)

R-12) Acho que ainda é ruim, pois apesar de termos mais direitos, os jovens não respeitam os idosos como antes.

R-13) O idoso vive isolado, é discriminado por outros grupos. Por isso forma grupos da terceira idade, onde pode conviver melhor e se relacionar.

R-23) As pessoas não respeitam o idoso, por isso nos juntamos em grupo, senão ficamos sozinhos.

R.27) Eu acho que não é muito boa, os jovens tiram o lugar dos idosos, se vamos num lugar que tem muitos jovens somos excluídos.

9)Como você vê a velhice no contexto da sociedade brasileira atual no que se refere a convivência no contexto familiar?

NEGATIVO(50%)

R-4) Piorou, pois antes as mulheres não trabalhavam e cuidavam das mães ou sogras, hoje ninguém tem tempo. Se o idoso tem saúde e pode se cuidar sozinho é bom, pelo contrário se torna uma carga pesada para a família.

R-5) Atualmente o idoso não é cuidado pela família . Todos trabalham. As famílias são menores, no meu caso tive duas filhas e nenhum neto, uma filha faleceu, e quando a outra viaja fico totalmente sozinha. “Eu tenho que fazer por mim.”Na sociedade moderna o idoso tem que fazer por si, tem que ser independente.

R-7)O idoso não tem mais apoio da família, a necessidade das pessoas são diferentes, antes os filhos eram mais responsáveis pelos seus idosos.

R-8) O idoso é independente, a família não cuida mais dos seus idosos, nós temos que nos virar sozinhos.

R-12) Antigamente as filhas cuidavam das mães, agora temos que ser independente.

R-13)Antes era melhor, hoje todos são individualistas, não tem comprometimento com a família.

R-16)Não se valoriza o idoso, cada um vive sua vida, ninguém tem tempo para os velhos.

R-17) O velho é isolado, acho que devido a evolução da sociedade, o velho na família não acompanhou as mudanças e tem dificuldade de aceitar muita coisa, falo na questão dos valores, e isso afasta os familiares mais jovens.

R-18) Acho que cada um constrói o que quer ter, penso que o idoso deve ter leitura que ele atrapalha em uma casa. Meu filho disse para mim assim; Pai, eu não tenho tempo de cuidar do pai, eu posso até pagar se for preciso, mas eu sou advogado, minha esposa tem o trabalho dela e não temos como cuidar do senhor e da mãe. Eu entendo isso, antes as mulheres cuidavam dos pais idosos, hoje a sociedade mudou e o idoso deve entender isso, que tem condições deve ir para uma clínica-“eu farei isso”

R-19) No geral tem muito descaso, não tem quem cuide, as pessoas são muito ocupadas atualmente.

R-20) Eu acho que antes a família se preocupava com seus idosos, a mulher ficava em casa e os filhos e os velhos eram mais bem tratados.

R-22) Antes havia mais respeito e preocupação com o idoso.

R-23) Acho que antigamente tinha um respeito maior com os mais velhos, a gente pedia a benção, respeitava a presença de pessoas idosas e todos sentiam que deveriam cuidar das pessoas mais velhas de sua família.

R-25.) Acho que a família deveria cuidar mais dos seus idosos, eu só tenho um filho e a mulher dele não gosta muito de mim, então me sinto muito sozinha.

R-29) Na família é mais complicado, por causa da vida, do trabalho. Todo trabalha fora, não tem tempo, por isso o idoso deve sair, pois senão fica muito sozinho.

POSITIVO (33,33%)

R-1) Melhorou, pois o velho é mais reconhecido hoje.

R-2) Melhorou muito, pois o idoso se impôs, se fez respeitar, não fica mais em casa reclamando da vida e da família, vive sua vida com mais dignidade

R-3) No geral acho que é melhor, hoje o idoso vive de forma mais ativa e é mais considerado.

R-9) O idoso é bem tratado, mais respeitado.

R-11) Muito boa, acho que isto depende da família, depende da criação.

R-15) É um pouco mais respeitado, talvez porque não fique mais em casa, só reclamando da vida.

R-21) Hoje o idoso tem mais direito, isso faz com que sejam mais considerados nas relações.

R-24) Acho que é melhor, pois hoje os idosos são mais abertos com os filhos e por isso a convivência é melhor. Meus pais eram muito fechados, a relação era

mais difícil. R.30) Hoje é tudo melhor somos mais considerados e valorizados por todos.

R.27) Os filhos hoje entendem melhor a velhice, compreendem o envelhecimento, e devido a isso nos tratam melhor.

AMBIGUO(16.66%)

R-6) Nos dias atuais o idoso é visto um pouco melhor, mas ainda existe muito abandono, a família antes tinha mais compromisso com seu idoso.

R-14) Agora está melhor, mas ainda tem muito a melhorar, na minha família, por exemplo, é cada uma na sua, muito individualismo.

R-10) Existe algumas melhorias, mas tem muitas famílias que não querem cuidar de seus velhos. Todos são muito ocupados.

R.26) As coisas mudam, é diferente, hoje temos uma relação mais aberta com os filhos, mas por outro lado tem menos respeito para com os mais velhos, não sei tem coisas q melhoram e outras pioram.

R.28) Acho que está melhor, no sentido de que as relações com os são mais abertas hoje em dia, mas também é cada um por si. Isso às vezes é bom, mas às vezes é péssimo.

10) Na sua opinião há aspectos negativos em envelhecer na sociedade brasileira atual? Quais?

POSITIVO (26,66%)

R-1) Acho que não tem aspecto negativo

R-2) Acho que não tem pontos negativos, pois os problemas sociais e do Estado existem em todas as fases da vida não é específico da velhice.

R-9) Acho que em geral melhorou, não vejo aspecto negativo

R-10) Acho que não, hoje as pessoas aceitam melhor a velhice.

R-16) Acho que não, os velhos são mais respeitados.

R-21) Acho que não, na verdade acho que melhorou muito a situação do velho.

R.25.) Acho que não, o idoso tem a possibilidade de viver melhor agora.

R.27) Não, acho que está muito bom.

NEGATIVO (13,33%)

R-3) Acho negativo o fato das pessoas que estão envelhecendo fazerem plástica, antigamente não era assim. Isso para mim é não aceitar o envelhecimento.

R-5) Ainda sim, o idoso que ainda não se aceita, aqueles que tem vergonha de exercer seus direitos como velhos, fazem plástica para enganar a si mesmos

R-19) Não aceitação da velhice, muita falta de atividade e desânimo de muitos idosos.

R.26) Sim, ainda existe muito preconceito com os idosos, muitas pessoas não aceitam o envelhecimento, fazem plástica e tudo para parecer jovem.

RELATIVO A PRECONCEITO E REJEICAO (20%)

R-11) Preconceito e rejeição

R-12) Acho que sim, o velho ainda é discriminado- para dizer a verdade “eu não queria viver muito não”, a velhice é muito ruim.

R-14) Tem muitas coisas para melhorar, as pessoas devem respeitar mais os idosos e entender suas limitações.

R-15) Sim, a falta de respeito com o idoso, hoje ele vive mais em sociedade, as pessoas começam se acostumar com os idosos na rua e por isso os outros passam a tratar o idoso com qualquer outra pessoa e não respeita e não reconhece suas diferenças

R-18) Sim, os velhos ainda são um estorvo na sociedade, os jovens ainda tem preconceito.

R-22) Ainda tem um pouco de rejeição com o idoso

RELATIVO A SOLIDAO(13,33%)

R-17) Sim, é a falta de entretenimento para o velho.

R-20) Deveria existir lugares de atendimento especial, onde o idoso pudesse passar o dia, o velho na sociedade moderna sente muita solidão.

R.24) Acho que a depressão dos idosos, por causa da solidão.

R.29) Falta de carinho e solidão.

RELATIVO A LEGISLACAO (10%)

R-4) Não vejo aspecto negativo em relação a postura da sociedade, somente do papel do Estado no que se refere a velhice.

R-8) As leis ainda não são cumpridas

R-13) O amparo legal não funciona quando necessário

RELATIVO A SAUDE (10%)

R-23) A falta de remédios e a precariedade do sistema de saúde é um dos pontos mais negativos de envelhecer no Brasil.

R.30) A doença, ser velho e doente neste país não da

R.28)A questão da precariedade na saúde pública.

RELATIVO A APOSENTADORIA (6,66%)

R-6) Aposentadoria precária é o ponto mais negativo

R-7) A situação financeira, aposentadoria muito baixa

11) Na sua opinião há aspectos positivos em envelhecer na sociedade brasileira atual? Quais?

PARTICIPAÇÃO(66,66%)

R-3) Acho que sim, a participação do idoso na sociedade é muito positiva hoje.

R-6) É o incentivo para o idoso acompanhar as atividades, maior participação e informações para uma boa qualidade de vida.

R-7)Envelhecer hoje é bem melhor, porque tem maior apoio e participação.

R-8) Tem, grupos de Terceira Idade e maior apoio para o idoso participar da vida em sociedade.

R-9)As reuniões e grupos de Terceira Idade melhorou a vida dos idosos.

R-10)Hoje tem muitos grupos de idosos, nós passeamos, participamos de muitas atividades.

R-11)O mais positivo são os grupos de idosos.

R-12) Tem, hoje tem muitas coisas para o idoso, grupos do Sesc, ônibus gratuito e várias atividades para gente participar.

R-14) O idoso pode ir em vários lugares, hoje o idoso participa mais, é bem mais positivo envelhecer hoje.

R-15) São os grupos de idosos, essa participação é muito positiva.

R-16) Tem, vivemos de forma mais participativa e ativa.

R-17) É a agregação nos grupos de Terceira Idade.

R-19) O idoso em sua maioria vive melhor por causa das atividades que temos hoje e da liberdade para usufruir disso.

R-20) São os grupos de idosos, os grupos de ginástica e as atividades organizadas para os idosos.

R-21) Acho que tudo é mais positivo, o idoso tem a possibilidade de viver melhor, mais integração com a sociedade.

R-22) Os grupos de idosos, passeios, ginástica para a Terceira Idade e bastante diversão.

R-23) Tem os grupos de idosos, nos relacionamos mais com outras pessoas, vivemos melhor.

R-25) Maior participação

R-27) OS grupos de idosos, os bailes da Terceira Idade.

R-30) Os grupos

DIREITOS (16,66%)

R-1) Tem tido melhorias na questão social que envolve o idoso, principalmente com a criação Estatuto do Idoso.

R-2) O respeito pelo idoso aumentou, ele hoje é um cidadão de direito.

R-5) Sim, existe mais conscientização sobre seu papel enquanto um cidadão com direito e maior participação na vida social por parte das pessoas idosas.

R-18) Tem, o governo está melhorando suas ações para os idosos.

R-24) Mais atenção para os idosos

FACILIDADES DA VIDA MODERNA (13,33%)

R-26) São as atividades programadas para os idosos e as facilidades da vida moderna

R-28) Tudo é mais facilitado

R-29) Meio melhor de vida, mais possibilidade de envelhecer bem.

R-4) Sim, existe mais possibilidades para o idoso viver melhor.

MELHORIAS LIGADAS A PODER FINANCEIRO (3,33%)

R-13) Sim, para quem tem poder financeiro consegue-se viver melhor, existem muitos serviços, o idoso que tem dinheiro, viaja e pode pagar por atendimento especializado quando precisa.